

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	10
DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011	11
DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	12
Demonstração de Valor Adicionado	13

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	14
Balanço Patrimonial Passivo	16
Demonstração do Resultado	19
Demonstração do Resultado Abrangente	21
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	22

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	25
DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011	26
DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	27
Demonstração de Valor Adicionado	28

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	30
Notas Explicativas	33
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	143

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	144
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	146

Índice

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	147
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	148

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2012
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	95.061
Preferenciais	0
Total	95.061
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	16/04/2012	Dividendo	16/05/2012	Ordinária		1,65556

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
1	Ativo Total	1.844.810	2.068.662	2.103.384
1.01	Ativo Circulante	28.472	69.480	33.875
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	34	44	20
1.01.02	Aplicações Financeiras	10.144	5.041	4.498
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	10.144	5.041	4.498
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	10.144	5.041	4.498
1.01.06	Tributos a Recuperar	4.636	5.320	5.636
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	4.636	5.320	5.636
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Compensáveis	4.636	5.320	5.634
1.01.06.01.02	Outros Tributos Compensáveis	0	0	2
1.01.07	Despesas Antecipadas	1	1	22
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	13.657	59.074	23.699
1.01.08.03	Outros	13.657	59.074	23.699
1.01.08.03.01	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio a Receber	13.654	59.073	23.699
1.01.08.03.03	Outros Créditos	3	1	0
1.02	Ativo Não Circulante	1.816.338	1.999.182	2.069.509
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	14.495	17.073	12.169
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	14.495	17.073	12.169
1.02.01.09.04	Cauções e Depósitos Vinculados	14.495	17.073	12.169
1.02.02	Investimentos	1.102.392	1.236.712	1.265.996
1.02.02.01	Participações Societárias	1.102.392	1.236.712	1.265.996
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1.102.392	1.236.712	1.265.996
1.02.03	Imobilizado	95	95	95
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	95	95	95
1.02.04	Intangível	699.356	745.302	791.249
1.02.04.01	Intangíveis	699.356	745.302	791.249
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	699.356	745.302	791.249

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
2	Passivo Total	1.844.810	2.068.662	2.103.384
2.01	Passivo Circulante	5.493	24.951	30.520
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	4	0	0
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	4	0	0
2.01.02	Fornecedores	20	20	0
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	20	20	0
2.01.03	Obrigações Fiscais	3.377	5.116	6.369
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	3.377	5.116	6.369
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	3.366	0	0
2.01.03.01.02	Outros Tributos a Pagar	11	5.116	6.369
2.01.05	Outras Obrigações	2.092	19.815	24.151
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	536	536	536
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	536	536	536
2.01.05.02	Outros	1.556	19.279	23.615
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.133	18.829	23.143
2.01.05.02.08	Outras Obrigações	423	450	472
2.02	Passivo Não Circulante	17.048	12.393	8.601
2.02.03	Tributos Diferidos	1.085	777	434
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.085	777	434
2.02.04	Provisões	15.963	11.616	8.167
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	15.963	11.616	8.167
2.02.04.01.05	Provisões para Processos Judiciais e Outros	15.963	11.616	8.167
2.03	Patrimônio Líquido	1.822.269	2.031.318	2.064.263
2.03.01	Capital Social Realizado	1.387.982	1.387.982	1.487.620
2.03.01.01	Capital Social	958.782	958.782	1.058.420
2.03.01.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	429.200	429.200	429.200
2.03.04	Reservas de Lucros	205.487	388.130	303.430
2.03.04.01	Reserva Legal	93.984	93.984	70.821

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
2.03.04.02	Reserva Estatutária	111.503	136.766	0
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	157.380	232.609
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	228.800	255.206	273.213

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.804	-2.129	-2.395
3.03	Resultado Bruto	-2.804	-2.129	-2.395
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-24.377	420.272	348.360
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-45.946	-45.946	-45.946
3.04.05.01	Amortização do Intangível de Concessão	-45.946	-45.946	-45.946
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	21.569	466.218	394.306
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-27.181	418.143	345.965
3.06	Resultado Financeiro	318	-660	-1.973
3.06.01	Receitas Financeiras	2.696	2.340	1.110
3.06.02	Despesas Financeiras	-2.378	-3.000	-3.083
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-2.378	-3.000	-3.083
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-26.863	417.483	343.992
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-3.812	-334	-351
3.08.01	Corrente	-3.503	1	0
3.08.02	Diferido	-309	-335	-351
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-30.675	417.149	343.641
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	0	19.736	32.495
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	0	19.736	32.495
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-30.675	436.885	376.136
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	-0,32269	4,59584	3,95679
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	-0,32269	4,59584	3,95679

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
4.01	Lucro Líquido do Período	-30.675	436.885	376.136
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-22.577	8.368	16.383
4.02.01	Atualização do Ativo Financeiro de Concessão	-38.890	12.679	24.823
4.02.02	Reversão para o Resultado do Exercício da Atualização do ativo Financeiro de Concessão	4.682	0	0
4.02.03	Efeito de Imposto de Renda e Contribuição Social	11.631	-4.311	-8.440
4.03	Resultado Abrangente do Período	-53.252	445.253	392.519

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	179.763	390.880	424.213
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	171.378	386.953	420.013
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	-30.675	436.885	376.136
6.01.01.03	Amortização do Intangível de Concessão	45.946	45.946	45.946
6.01.01.05	Variação Monetária e Cambial, Líquidas	0	-510	-630
6.01.01.07	Provisão para Processos Judiciais e Outros	0	3.449	3.023
6.01.01.10	Receita Aplicação Financeira em Investimento de Curto Prazo	-568	-1.093	-330
6.01.01.13	Tributos e Contribuições Sociais Diferidos	309	335	351
6.01.01.15	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Recebidos	177.935	387.895	422.319
6.01.01.16	Resultado de Equivalência Patrimonial	-21.569	-466.218	-426.802
6.01.01.19	Resultado de Operações Descontinuadas	0	-19.736	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	8.385	3.927	4.200
6.01.02.05	Imposto de Renda e Contribuição Social Compensáveis	3.081	3.553	3.514
6.01.02.06	Outros Tributos Compensáveis	0	2	-2
6.01.02.07	Despesas Pagas Antecipadamente	0	21	-22
6.01.02.08	Outros Créditos	-4	0	1.087
6.01.02.09	Obrigações Sociais e Trabalhistas	4	0	0
6.01.02.10	Fornecedores	0	20	0
6.01.02.11	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	3.366	0	-603
6.01.02.12	Outros Tributos a Pagar	1.473	-530	-305
6.01.02.13	Juros Resgatados de Investimentos de Curto Prazo	493	873	482
6.01.02.14	Contas a Pagar a Partes Relacionadas	0	0	1
6.01.02.19	Outras Obrigações	-28	-12	48
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.561	-4.756	-3.450
6.02.03	Aplicações em Investimento de Curto Prazo	-15.046	-161.301	-6.852
6.02.04	Resgates de Investimento de Curto Prazo	10.001	160.939	9.799
6.02.05	Aplicações/Resgates de Cauções e Depósitos Vinculados	3.484	-4.394	-6.397
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-178.212	-386.100	-420.760

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
6.03.02	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos	-175.076	-382.242	-417.435
6.03.03	Imposto de Renda sobre Juros Sobre Capital Próprio	-3.136	-3.858	-3.325
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-10	24	3
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	44	20	17
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	34	44	20

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	958.782	429.200	388.130	0	255.206	2.031.318
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	958.782	429.200	388.130	0	255.206	2.031.318
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-157.380	1.583	0	-155.797
5.04.08	Pagamento de Dividendos Adicionais Propostos	0	0	-157.380	0	0	-157.380
5.04.10	Dividendos e juros sobre capital próprio prescritos de controlada	0	0	0	1.583	0	1.583
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-30.675	-22.577	-53.252
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-30.675	0	-30.675
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-22.577	-22.577
5.05.02.06	Ativo Financeiro de Concessão de Controlada (Atualização/Reversão)	0	0	0	0	-34.208	-34.208
5.05.02.07	Tributos sobre o Ativo Financeiro de Controlada (Atualização/Reversão)	0	0	0	0	11.631	11.631
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-25.263	29.092	-3.829	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	5.802	-5.802	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-1.973	1.973	0
5.06.07	Absorção de Prejuízo com Reserva de Lucros	0	0	-25.263	25.263	0	0
5.07	Saldos Finais	958.782	429.200	205.487	0	228.800	1.822.269

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	1.058.420	429.200	303.430	0	273.213	2.064.263
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	1.058.420	429.200	303.430	0	273.213	2.064.263
5.04	Transações de Capital com os Sócios	-99.638	0	-232.609	-145.951	0	-478.198
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-128.000	0	-128.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-20.988	0	-20.988
5.04.08	Pagamento de Dividendos Adicionais Propostos	0	0	-232.609	0	0	-232.609
5.04.14	Redução de Capital	-99.638	0	0	0	0	-99.638
5.04.15	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Prescritos	0	0	0	3.037	0	3.037
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	436.885	8.368	445.253
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	436.885	0	436.885
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	8.368	8.368
5.05.02.06	Atualização do Ativo Financeiro de Concessão	0	0	0	0	12.679	12.679
5.05.02.07	Tributos sobre a Atualização Ativo Financeiro Concessão	0	0	0	0	-4.311	-4.311
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	317.309	-290.934	-26.375	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	39.963	-39.963	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-13.588	13.588	0
5.06.04	Constituição de Reserva Legal	0	0	23.163	-23.163	0	0
5.06.05	Constituição de Reserva Estatutária	0	0	136.766	-136.766	0	0
5.06.06	Proposta de Dividendos Complementares Excedentes ao Mínimo Obrigatório	0	0	157.380	-157.380	0	0
5.07	SalDOS Finais	958.782	429.200	388.130	0	255.206	2.031.318

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	1.058.420	429.200	239.225	0	273.217	2.000.062
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	1.058.420	429.200	239.225	0	273.217	2.000.062
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-228.068	-101.337	0	-329.405
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-75.499	0	-75.499
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-25.838	0	-25.838
5.04.14	Pagamento de Dividendos Adicionais Propostos	0	0	-228.068	0	0	-228.068
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	376.136	16.383	392.519
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	376.136	0	376.136
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	16.383	16.383
5.05.02.06	Atualização do Ativo Financeiro de Concessão	0	0	0	0	24.823	24.823
5.05.02.07	Tributos sobre a Atualização Ativo Financeiro Concessão	0	0	0	0	-8.440	-8.440
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	292.273	-274.799	-16.387	1.087
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	26.476	-24.829	1.647
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-9.002	8.442	-560
5.06.04	Constituição de Reserva Legal	0	0	17.576	-17.576	0	0
5.06.08	Proposta Dividendos Complementares Excedentes ao Mínimo Obrigatório	0	0	274.697	-274.697	0	0
5.07	SalDOS Finais	1.058.420	429.200	303.430	0	273.213	2.064.263

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.515	-2.104	-2.392
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.492	-567	0
7.02.04	Outros	-1.023	-1.537	-2.392
7.02.04.01	Outros Custos Operacionais	-1.023	-1.537	-2.392
7.03	Valor Adicionado Bruto	-2.515	-2.104	-2.392
7.04	Retenções	-45.946	-45.946	-45.946
7.04.02	Outras	-45.946	-45.946	-45.946
7.04.02.01	Amortização de Intangível de Concessão	-45.946	-45.946	-45.946
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-48.461	-48.050	-48.338
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	24.265	488.294	427.911
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	21.569	466.218	394.306
7.06.02	Receitas Financeiras	2.696	2.340	1.110
7.06.03	Outros	0	19.736	32.495
7.06.03.03	Equivalência Reclassificada p/ Resultado de Operações Descontinuadas	0	19.736	32.495
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-24.196	440.244	379.573
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-24.196	440.244	379.573
7.08.01	Pessoal	234	18	0
7.08.01.01	Remuneração Direta	234	18	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	5.333	2.316	2.794
7.08.02.01	Federais	5.327	2.313	2.791
7.08.02.03	Municipais	6	3	3
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	912	1.025	643
7.08.03.01	Juros	911	1.025	643
7.08.03.02	Aluguéis	1	0	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-30.675	436.885	376.136
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	20.988	25.838
7.08.04.02	Dividendos	0	285.380	350.196
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-30.675	130.517	102

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
1	Ativo Total	11.227.983	11.538.858	11.656.071
1.01	Ativo Circulante	2.980.139	3.117.212	3.307.253
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	114.175	162.995	302.261
1.01.02	Aplicações Financeiras	710.043	1.232.561	1.382.654
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	710.043	1.232.561	1.382.654
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	710.043	1.232.561	1.382.654
1.01.03	Contas a Receber	1.538.640	1.423.334	1.320.164
1.01.03.01	Clientes	1.538.640	1.423.334	1.307.957
1.01.03.01.01	Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	1.594.016	1.520.600	1.450.945
1.01.03.01.02	Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	-289.691	-354.784	-344.680
1.01.03.01.03	Contas a Receber - Acordos	234.315	257.518	201.692
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	0	0	12.207
1.01.03.02.02	Serviços Prestados	0	0	12.207
1.01.04	Estoques	63.936	52.553	55.348
1.01.04.01	Almoxarifado	63.936	52.553	55.348
1.01.06	Tributos a Recuperar	419.796	137.572	139.709
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	419.796	137.572	139.709
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Compensáveis	237.304	53.347	63.934
1.01.06.01.02	Outros Tributos Compensáveis	182.492	84.225	75.775
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.020	774	771
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	132.529	107.423	106.346
1.01.08.03	Outros	132.529	107.423	106.346
1.01.08.03.02	Devedores Diversos	1.708	1.669	2.592
1.01.08.03.03	Outros Créditos	130.821	105.754	103.754
1.02	Ativo Não Circulante	8.247.844	8.421.646	8.348.818
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.775.582	1.783.971	1.581.330
1.02.01.03	Contas a Receber	79.740	94.780	183.556
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	79.740	94.780	183.556

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.695.842	1.689.191	1.397.774
1.02.01.09.03	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-64.577	-53.969	-144.389
1.02.01.09.04	Cauções e Depósitos Vinculados	475.980	493.064	486.794
1.02.01.09.06	Outros Tributos Compensáveis	52.303	104.010	97.802
1.02.01.09.08	Ativo Financeiro de Concessão	1.181.937	1.041.813	872.081
1.02.01.09.09	Outros Créditos	50.199	104.273	85.486
1.02.02	Investimentos	9.500	9.500	9.500
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	9.500	9.500	9.500
1.02.03	Imobilizado	6.204	9.559	113.736
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	95	95	94.138
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado	6.109	9.464	17.011
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	0	0	2.587
1.02.04	Intangível	6.456.558	6.618.616	6.644.252
1.02.04.01	Intangíveis	6.456.558	6.618.616	6.644.252
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	6.456.558	6.618.616	6.644.252

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
2	Passivo Total	11.227.983	11.538.858	11.656.071
2.01	Passivo Circulante	2.446.138	2.616.739	2.520.336
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	4.092	3.131	3.761
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	4.092	3.131	3.761
2.01.02	Fornecedores	1.382.389	1.063.104	983.739
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.382.389	1.063.104	983.739
2.01.03	Obrigações Fiscais	340.719	459.385	479.094
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	83.657	100.982	102.946
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	5.679	4.398	7.292
2.01.03.01.02	Outros Tributos a Pagar	77.978	96.584	95.654
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	255.696	357.341	374.965
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.366	1.062	1.183
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	85.161	340.158	317.391
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	33.859	88.872	61.342
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	33.828	88.843	61.316
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	31	29	26
2.01.04.02	Debêntures	46.808	243.309	248.917
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	4.494	7.977	7.132
2.01.05	Outras Obrigações	463.758	582.257	524.519
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	536	536	536
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	536	536	536
2.01.05.02	Outros	463.222	581.721	523.983
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	52.400	170.829	87.970
2.01.05.02.04	Subvenções Governamentais	760	0	0
2.01.05.02.05	Obrigações Estimadas	103.792	95.842	84.451
2.01.05.02.06	Encargos Tarifários e do Consumidor a Recolher	81.805	102.078	89.337
2.01.05.02.07	Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética	48.279	40.727	75.417
2.01.05.02.08	Outras Obrigações	176.186	172.245	186.808

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
2.01.06	Provisões	170.019	168.704	211.832
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	170.019	168.704	211.832
2.01.06.01.05	Provisões para Processos Judiciais e Outros	170.019	168.704	211.832
2.02	Passivo Não Circulante	4.485.124	4.117.802	4.486.172
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.717.058	2.155.827	2.426.006
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	554.678	715.012	787.340
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	554.678	714.984	787.291
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	0	28	49
2.02.01.02	Debêntures	2.159.784	1.436.739	1.630.335
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	2.596	4.076	8.331
2.02.02	Outras Obrigações	1.277.786	1.476.295	1.605.099
2.02.02.02	Outros	1.277.786	1.476.295	1.605.099
2.02.02.02.05	Subvenções Governamentais	2.738	0	0
2.02.02.02.07	Obrigações com Entidade de Previdência Privada	1.133.680	1.230.546	1.372.780
2.02.02.02.08	Encargos Tarifários e do Consumidor a Recolher	2.705	27.088	26.927
2.02.02.02.09	Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética	25.649	76.702	87.794
2.02.02.02.10	Obrigações Estimadas	19.980	20.438	19.492
2.02.02.02.11	Reserva de Reversão	66.085	66.085	66.085
2.02.02.02.12	Outras Obrigações	26.949	55.436	32.021
2.02.03	Tributos Diferidos	159.169	151.955	118.256
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	159.169	151.955	118.256
2.02.04	Provisões	331.111	333.725	336.811
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	331.111	333.725	336.811
2.02.04.01.05	Provisões para Processos Judiciais e Outros	331.111	333.725	336.811
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	4.296.721	4.804.317	4.649.563
2.03.01	Capital Social Realizado	1.387.982	1.387.982	1.487.620
2.03.01.01	Capital Social	958.782	958.782	1.058.420
2.03.01.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	429.200	429.200	429.200

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
2.03.04	Reservas de Lucros	205.487	388.130	303.430
2.03.04.01	Reserva Legal	93.984	93.984	70.821
2.03.04.02	Reserva Estatutária	111.503	136.766	0
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	157.380	232.609
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	228.800	255.206	273.213
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	2.474.452	2.772.999	2.585.300

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	9.959.198	9.835.578	9.697.157
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-9.757.322	-7.493.193	-7.786.517
3.02.01	Energia Elétrica Comprada para Revenda	-5.165.493	-4.305.026	-4.186.190
3.02.02	Energia Elétrica Comprada para Revenda - Proinfa	-210.785	-159.045	-167.609
3.02.03	Encargos do Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição	-1.482.190	-1.225.077	-1.135.854
3.02.04	Taxa de Fiscalização	-24.041	-22.884	-19.252
3.02.07	Pessoal e Administradores	-538.139	-433.610	-389.074
3.02.08	Entidade de Previdência Privada	-166.709	-112.320	-167.914
3.02.09	Serviços de Terceiros	-504.502	-461.589	-407.328
3.02.10	Material	-62.461	-51.676	-35.828
3.02.11	Custo de Construção	-831.115	-738.745	-708.708
3.02.12	Provisão/Reversão de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, Líquida	-39.163	11.363	-56.067
3.02.13	Provisão para Processos Judiciais e Outros, Líquida	-73.577	-19.407	-46.335
3.02.16	Depreciação e Amortização	-450.918	-503.340	-499.725
3.02.17	Outros Custos	-208.229	-179.150	-232.002
3.02.18	Outras Receitas - Alienação de Investimentos	0	707.313	265.369
3.03	Resultado Bruto	201.876	2.342.385	1.910.640
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-45.946	-45.946	-45.946
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-45.946	-45.946	-45.946
3.04.05.01	Amortização de Intangível de Concessão	-45.946	-45.946	-45.946
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	155.930	2.296.439	1.864.694
3.06	Resultado Financeiro	-63.156	-43.186	78.002
3.06.01	Receitas Financeiras	241.402	320.676	275.579
3.06.02	Despesas Financeiras	-304.558	-363.862	-197.577
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-413.876	-440.731	-284.702
3.06.02.02	Variações Monetárias e Cambiais, Líquidas	109.318	76.869	87.125
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	92.774	2.253.253	1.942.696
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-48.934	-751.452	-668.702

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
3.08.01	Corrente	-4.164	-733.136	-564.331
3.08.02	Diferido	-44.770	-18.316	-104.371
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	43.840	1.501.801	1.273.994
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	0	19.736	32.495
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	0	19.736	32.495
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	43.840	1.521.537	1.306.489
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-30.675	436.885	376.136
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	74.515	1.084.652	930.353
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	-0,32269	4,59584	3,95679
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	-0,32269	4,59584	3,95679

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	43.840	1.521.537	1.306.489
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-72.900	27.021	52.900
4.02.01	Atualização do Ativo Financeiro de Controlada	-125.573	40.940	80.152
4.02.02	Reversão para o Resultado do Exercício da Atualização do Ativo Financeiro de Concessão	15.119	0	0
4.02.03	Efeito de Imposto de Renda e Contribuição Social	37.554	-13.919	-27.252
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-29.060	1.548.558	1.359.389
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-53.252	445.253	392.519
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	24.192	1.103.305	966.870

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	334.182	1.185.719	1.886.706
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.240.984	1.867.719	2.252.293
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	-30.675	436.885	376.136
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	450.918	509.395	510.225
6.01.01.03	Amortização do Intangível de Concessão	45.946	45.946	45.946
6.01.01.05	Variação Monetária e Cambial, Líquidas	-22.729	-20.965	-13.485
6.01.01.06	Atualização do Ativo Financeiro de Concessão	15.119	0	0
6.01.01.07	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	61.298	8.227	76.495
6.01.01.08	Provisão de Processos Judiciais e Outros	130.168	57.495	51.965
6.01.01.09	Custo de Empréstimos (Encargos de Dívidas)	306.812	344.922	338.522
6.01.01.10	Fundo de pensão/Plano de Assistência - Deliberação CVM 600	165.888	114.511	185.573
6.01.01.11	Receita Aplicação Financeira em Investimento de Curto Prazo	-105.541	-122.924	-120.463
6.01.01.13	Baixa de Ativo Financeiro, Intangível de Concessão e Imobilizado	91.788	42.064	114.751
6.01.01.14	Tributos e Contribuições Sociais Diferidos	44.770	18.710	103.561
6.01.01.15	Ações e Opções de Ações Outorgadas	845	831	1.276
6.01.01.16	Dividendos e JCP Recebidos	0	34.048	0
6.01.01.17	Ganho de Capital na Alienação de Investimentos	0	-707.313	-265.369
6.01.01.18	Participação de Acionistas não Controladores	74.515	1.084.652	930.352
6.01.01.19	Perdas em Investimentos	11.862	21.235	23.073
6.01.01.20	Reversão Banco Santos	0	0	-106.265
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-906.802	-682.000	-365.587
6.01.02.01	Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	-189.198	-157.477	-150.949
6.01.02.02	Contas a Receber - Acordos	38.243	32.950	42.312
6.01.02.03	Serviços Prestados e Devedores Diversos	-39	-3.380	-2.547
6.01.02.04	Almoxarifado	-11.383	948	-1.824
6.01.02.05	Imposto de Renda e Contribuição Social Compensáveis	-182.295	1.612	174.257
6.01.02.06	Outros Tributos Compensáveis	-46.560	-20.143	-19.809
6.01.02.07	Outros Créditos e Despesas Pagas Antecipadamente	-8.580	-2.032	56.137

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
6.01.02.08	Empréstimo a Receber com Partes Relacionadas	0	0	6.442
6.01.02.09	Obrigações Estimadas, Sociais e Trabalhistas	6.511	12.977	6.618
6.01.02.10	Fornecedores	319.285	86.353	146.397
6.01.02.11	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	1.281	6.876	-16.685
6.01.02.12	Outros Tributos a Pagar	-111.316	-12.875	15.385
6.01.02.13	Juros Resgatados de Investimentos de Curto Prazo	100.488	133.362	116.822
6.01.02.14	Juros Pagos (Encargos de Dívidas)	-314.507	-342.141	-358.443
6.01.02.15	Encargos Tarifários e do Consumidor a Recolher	-44.656	12.902	68.196
6.01.02.16	Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética	-50.441	-60.616	-60.123
6.01.02.17	Pagamento de Processos Judiciais e Outros	-135.814	-104.009	-148.036
6.01.02.18	Outras Obrigações	-17.010	9.007	44.429
6.01.02.19	Pagamento de Obrigações com Entidade de Previdência Privada	-260.811	-254.554	-239.166
6.01.02.20	Transferência para Atividade Descontinuada	0	-21.760	-45.000
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-81.785	156.282	-772.626
6.02.01	Adições de Ativo Imobilizado e Intangível	-871.867	-796.563	-733.489
6.02.02	Consumidores - Participação Financeira	184.333	92.497	39.961
6.02.03	Aplicações em Investimento de Curto Prazo	-7.831.645	-5.034.901	-4.579.627
6.02.04	Resgates de Investimento de Curto Prazo	8.366.802	5.157.490	4.179.078
6.02.05	Aplicações/Resgates de Cauções e Depósitos Vinculados	24.486	29.464	-8.962
6.02.06	Alienação de investimento - Eletropaulo Telecom	0	693.313	308.367
6.02.07	Recebimento de venda de ativo imobilizado e intagível	46.106	0	0
6.02.08	Transferência para Atividade Descontinuada	0	14.982	22.046
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-301.217	-1.481.267	-1.101.313
6.03.01	Ingressos de Novos Empréstimos e Debêntures	1.371.091	4.029	803.218
6.03.02	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos	-605.460	-1.224.797	-1.383.373
6.03.03	Imposto de Renda sobre Juros sobre Capital Próprio	-11.781	-10.547	-8.341
6.03.04	Amortização de Principal de Empréstimos	-1.030.880	-250.819	-521.490
6.03.05	Custos de Empréstimos (Diferimento)	-16.749	0	-10.667

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
6.03.07	Pagamento de Obrigações por Arrendamento Financeiro	-7.438	-4.314	-3.614
6.03.08	Transferência para Atividade Descontinuada	0	5.181	22.954
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-48.820	-139.266	12.767
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	162.995	302.261	289.494
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	114.175	162.995	302.261

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	958.782	429.200	388.130	0	255.206	2.031.318	2.772.999	4.804.317
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	958.782	429.200	388.130	0	255.206	2.031.318	2.772.999	4.804.317
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-157.380	1.583	0	-155.797	-322.739	-478.536
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	0	0	0	0	0	845	845
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	0	0	-327.115	-327.115
5.04.08	Pagamento de Dividendos Adicionais Propostos	0	0	-157.380	0	0	-157.380	0	-157.380
5.04.10	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Prescritos de Controlada	0	0	0	1.583	0	1.583	3.531	5.114
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-30.675	-22.577	-53.252	24.192	-29.060
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-30.675	0	-30.675	74.515	43.840
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-22.577	-22.577	-50.323	-72.900
5.05.02.06	Ativo Financeiro de Concessão de Controlada (Atualização/Reverão)	0	0	0	0	-34.208	-34.208	-76.246	-110.454
5.05.02.07	Tributos sobre Atualização do Ativo Financeiro de Controlada	0	0	0	0	11.631	11.631	25.923	37.554
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-25.263	29.092	-3.829	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	5.802	-5.802	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-1.973	1.973	0	0	0
5.06.04	Absorção de prejuízo com reserva de lucros	0	0	-25.263	25.263	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	958.782	429.200	205.487	0	228.800	1.822.269	2.474.452	4.296.721

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.058.420	429.200	303.430	0	273.213	2.064.263	2.585.300	4.649.563
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.058.420	429.200	303.430	0	273.213	2.064.263	2.585.300	4.649.563
5.04	Transações de Capital com os Sócios	-99.638	0	-232.609	-145.951	0	-478.198	-915.606	-1.393.804
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-128.000	0	-128.000	0	-128.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-20.988	0	-20.988	0	-20.988
5.04.08	Pagamento de Dividendos Adicionais Propostos	0	0	-232.609	0	0	-232.609	0	-232.609
5.04.10	Remuneração com Base em Ações	0	0	0	0	0	0	820	820
5.04.11	Dividendos Recebidos no Exercício	0	0	0	0	0	0	-922.000	-922.000
5.04.14	Redução de Capital	-99.638	0	0	0	0	-99.638	0	-99.638
5.04.15	Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio Prescritos de Controladas	0	0	0	534	0	534	0	534
5.04.16	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Prescritos de Controladas	0	0	0	2.503	0	2.503	5.574	8.077
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	436.885	8.368	445.253	1.103.305	1.548.558
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	436.885	0	436.885	1.084.652	1.521.537
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	8.368	8.368	18.653	27.021
5.05.02.06	Atualização do Ativo Financeiro de Concessão	0	0	0	0	12.679	12.679	28.261	40.940
5.05.02.07	Tributos sobre a Atualização Ativo Financeiro Concessão	0	0	0	0	-4.311	-4.311	-9.608	-13.919
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	317.309	-290.934	-26.375	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	39.963	-39.963	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-13.588	13.588	0	0	0
5.06.04	Constituição de Reserva Legal	0	0	23.163	-23.163	0	0	0	0
5.06.05	Constituição de Reserva Estatutária	0	0	136.766	-136.766	0	0	0	0
5.06.06	Proposta Dividendos Complementares Excedentes ao Mínimo Obrigatório	0	0	157.380	-157.380	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	958.782	429.200	388.130	0	255.206	2.031.318	2.772.999	4.804.317

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.058.420	429.200	239.225	0	273.217	2.000.062	2.574.789	4.574.851
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.058.420	429.200	239.225	0	273.217	2.000.062	2.574.789	4.574.851
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-228.068	-101.337	0	-329.405	-956.359	-1.285.764
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-75.499	0	-75.499	0	-75.499
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-25.838	0	-25.838	0	-25.838
5.04.08	Pagamento de Dividendos Adicionais Propostos	0	0	-228.068	0	0	-228.068	0	-228.068
5.04.10	Remuneração com Base em Ações	0	0	0	0	0	0	1.208	1.208
5.04.11	Dividendos Recebidos no Exercício	0	0	0	0	0	0	-957.567	-957.567
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	376.136	16.383	392.519	966.870	1.359.389
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	376.136	0	376.136	930.353	1.306.489
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	16.383	16.383	36.517	52.900
5.05.02.06	Atualização do Ativo Financeiro de Concessão	0	0	0	0	24.823	24.823	55.329	80.152
5.05.02.07	Tributos sobre a Atualização Ativo Financeiro Concessão	0	0	0	0	-8.440	-8.440	-18.812	-27.252
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	292.273	-274.799	-16.387	1.087	0	1.087
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	26.476	-24.829	1.647	0	1.647
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-9.002	8.442	-560	0	-560
5.06.04	Constituição de Reserva Legal	0	0	17.576	-17.576	0	0	0	0
5.06.06	Proposta Dividendos Complementares Excedente ao Mínimo Obrigatório	0	0	274.697	-274.697	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.058.420	429.200	303.430	0	273.213	2.064.263	2.585.300	4.649.563

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
7.01	Receitas	15.274.531	15.251.516	14.657.625
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	14.359.111	14.378.416	13.870.449
7.01.02	Outras Receitas	123.468	122.992	134.535
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	831.115	738.745	708.708
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-39.163	11.363	-56.067
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-9.111.879	-6.981.765	-7.137.621
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-7.472.097	-6.271.983	-5.996.962
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-577.371	-519.599	-452.720
7.02.04	Outros	-1.062.411	-190.183	-687.939
7.02.04.01	Outros Custos Operacionais	-231.296	-158.751	-244.600
7.02.04.02	Construção de Ativos Próprios	-831.115	-738.745	-708.708
7.02.04.03	Outras receitas - alienação de investimentos	0	707.313	265.369
7.03	Valor Adicionado Bruto	6.162.652	8.269.751	7.520.004
7.04	Retenções	-496.864	-549.286	-545.671
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-450.918	-503.340	-499.725
7.04.02	Outras	-45.946	-45.946	-45.946
7.04.02.01	Amortização de Intangível de Concessão	-45.946	-45.946	-45.946
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	5.665.788	7.720.465	6.974.333
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	241.402	340.412	308.074
7.06.02	Receitas Financeiras	241.402	320.676	275.579
7.06.03	Outros	0	19.736	32.495
7.06.03.01	Resultado de Operações Descontinuadas	0	19.736	32.495
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	5.907.190	8.060.877	7.282.407
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	5.907.190	8.060.877	7.282.407
7.08.01	Pessoal	616.127	475.325	476.278
7.08.01.01	Remuneração Direta	404.799	335.217	279.764
7.08.01.02	Benefícios	166.709	112.320	167.914
7.08.01.03	F.G.T.S.	44.619	27.788	28.600

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	4.922.270	5.689.908	5.295.105
7.08.02.01	Federais	2.107.267	2.916.603	2.593.665
7.08.02.02	Estaduais	2.787.268	2.744.881	2.676.478
7.08.02.03	Municipais	27.735	28.424	24.962
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	324.953	374.107	204.535
7.08.03.01	Juros	303.090	361.887	195.137
7.08.03.02	Aluguéis	21.863	12.220	9.398
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	43.840	1.521.537	1.306.489
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	20.988	25.838
7.08.04.02	Dividendos	0	285.380	350.196
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-30.675	130.517	102
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	74.515	1.084.652	930.353

Relatório da Administração/RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2012 AES ELPA S.A.

Prezados Acionistas,

A Administração da AES ELPA S.A. ("AES Elpa" ou "Companhia"), em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório de Administração e as Demonstrações contábeis da Companhia, acompanhadas do relatório dos auditores independentes sobre essas demonstrações, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012.

Perfil

A AES Elpa é constituída como uma sociedade por ações de capital aberto que tem por objetivo a participação em outras sociedades como acionista, quotista ou membro de consórcio. A Companhia possui o controle acionário da empresa Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A ("AES Eletropaulo") com 77,81% das ações ordinárias e 30,97% do capital total. Por sua vez, a AES Elpa é controlada pela Companhia Brasileira de Energia que detém 98,26% de seu capital total.

Em 31 de dezembro de 2012, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, era de R\$ 958.781.908,12, representado por 95.061.053 ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal.

Desempenho Econômico-Financeiro

As demonstrações contábeis da AES Elpa relativas ao exercício de 2012 adotam o padrão contábil internacional - IFRS (International Financial Reporting Standards) estabelecido pelo IASB (*International Accounting Standards Board*).

O prejuízo líquido apurado em 2012, no valor de R\$ 30,7 milhões, reflete basicamente o resultado da participação societária na controlada AES Eletropaulo. O resultado negativo é explicado pelo impacto da Amortização dos ativos intangíveis de concessão, parcialmente reduzido pela equivalência patrimonial, ambos contabilizados em razão da participação societária na AES Eletropaulo.

Os ganhos de equivalência patrimonial reconhecidos durante o ano são explicados pelo desempenho da controlada AES Eletropaulo. Os principais fatores que explicam a variação no desempenho da subsidiária na comparação entre os anos de 2011 e 2012 são:

- (i) redução de R\$ 252,2 milhões, na receita, em função da aplicação da revisão e reajuste tarifários sobre a Parcela B, parcialmente compensado pelo crescimento de 1,0% do mercado total em 2012;
- (ii) maiores custos com a "Parcela A" no montante de R\$ 782,4 milhões, refletindo a maior custo com compra de energia para revenda e encargos de Rede Básica, ONS e ESS;
- (iii) maiores despesas com PMSO, em R\$ 291,5 milhões, devido principalmente à:
 - a. efeitos não recorrentes com ações para ganho de eficiência resultando em um aumento em R\$ 48,5 milhões;
 - b. acréscimo recorrente de R\$ 38,2 milhões, em função do reajuste de salários, benefícios e encargos relacionado ao acordo coletivo de junho de 2011 e junho de 2012;
 - c. R\$ 27,8 milhões em despesas relacionadas com o Plano de Ação 2011-2012.
- (iv) efeito não recorrente devido a alienação da AES Atimus São Paulo para a TIM em outubro de 2011.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Remuneração aos acionistas

Em função do resultado negativo apresentado no ano de 2012 não há proposta de distribuição de dividendos.

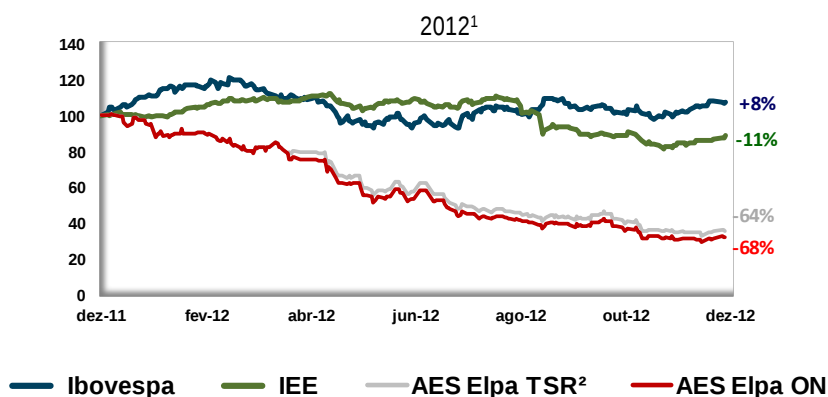
Dividendos 2012 (R\$ Milhões)	
Lucro do Exercício - 31 de Dezembro de 2012	(30,7)
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	3,8
Dividendos e JSCP prescritos até 31.12.12	0,0
Ajuste por conta de dividendos e JSCP prescritos de controladas	1,6
Absorção de prejuízos com reservas de lucros	25,3
Constituição de Reserva Legal (5%)	-
Base para distribuição de dividendos	-
Dividendos intermediários já distribuídos	-
Juros sobre Capital Próprio já destinados	-
Dividendos complementares propostos	-
Destinação para Reserva Especial	-

Mercado de Capitais

A ação ordinária da AES Elpa (AELP3) encerrou 2012 com queda de 68,0%, sendo cotada em R\$ 14,57, enquanto o Ibovespa valorizou 7,6% e o IEE (Índice de Energia Elétrica) desvalorizou 11,2%. A ação ordinária da Companhia foi negociada em 215 dos 246 pregões realizados na BM&FBovespa ao longo do ano. As ações da AES Eletropaulo desvalorizaram 54% em 2012 e refletiram diretamente na desvalorização das ações da Companhia.

Os dados de liquidez mostram a realização de 2.056 negócios, envolvendo cerca de 1.2 milhões de ações ordinárias, com volume médio diário de R\$ 130,8 mil no mercado à vista de 2012. Em 31 de dezembro de 2012, o valor de mercado da AES Elpa era de R\$ 1,4 bilhão.

AES Elpa x Ibovespa x IEE



1 - Índice - 29/12/2011 = 100

2- Total Shareholder Return - retorno total ao acionista

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Serviços de Auditoria Independente

A AES Elpa utilizou os serviços de auditoria independente KPMG Auditores Independentes ("KPMG") para auditoria de suas demonstrações contábeis e revisão especial de suas informações trimestrais. Não foram contratados quaisquer outros serviços não relacionados à auditoria.

Ao contratar outros serviços de seus auditores externos, a política de atuação da Companhia se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em:

(a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2013.

Notas Explicativas

1. Informações gerais

A AES Elpa S.A. (“Companhia” ou “AES Elpa”) está constituída como uma sociedade por ações de capital aberto e tem por objetivo a participação em outras sociedades como acionista, quotista ou membro de consórcio. Controlada diretamente pela Companhia Brasileira de Energia (Brasileira) e indiretamente pela The AES Corporation (sediada nos Estados Unidos).

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 02 de julho de 2012, foi aprovada a mudança da sede social da Companhia do Município de São Paulo (Rua Lourenço Marques, 158) para o Município de Barueri. A nova sede da Companhia está localizada na Avenida Dr. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, 5º andar, Sala individual 1, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, CEP 06460-040.

Contexto operacional das controladas

Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (“Eletropaulo”):

A Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (“Eletropaulo”) é uma companhia de capital aberto, de direito privado, controlada diretamente pela AES Elpa S.A. e indiretamente pela Companhia Brasileira de Energia S.A. (“Brasileira”). A Brasileira por sua vez é uma controlada indireta da The AES Corporation (sediada nos Estados Unidos da América). A controlada Eletropaulo está autorizada a operar como concessionária de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, principalmente para a distribuição e comercialização de energia elétrica em 24 municípios da região metropolitana da Grande São Paulo e tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

Em 01 de junho de 2012, a controlada Eletropaulo mudou sua sede para o Município de Barueri, Estado de São Paulo, na Avenida Dr. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, lojas 1 e 2 (térreo) e 1º ao 7º andar, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, CEP 06460-040.

A controlada Eletropaulo, conforme mencionado na nota explicativa nº 28, faturou com fornecimento de energia 37.570 GWh no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e 36.817 GWh no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, atendendo a aproximadamente 6,5 milhões de clientes no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e 6,3 milhões de clientes no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 (informações não auditadas pelos auditores independentes).

O Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998, assinado em 15 de junho de 1998 (Resolução ANEEL nº 72, de 25 de março de 1998), tem prazo de duração de 30 anos.

Notas Explicativas

Segundo o Contrato de Concessão, a controlada Eletropaulo passa por processos de Revisão Tarifária a cada quatro anos e por processo de Reajuste Tarifário anualmente. Os efeitos da última revisão e do último reajuste tarifário estão descritos na nota explicativa nº 35.4.

AES Com Rio – controlada até 30 de junho de 2011

Até 30 de junho de 2011, a Companhia possuía participação na AES Com Rio, uma sociedade prestadora de serviços de telecomunicações autorizada a explorar o Serviço de Comunicação Multimídia.

Desta forma, nas demonstrações contábeis da Companhia, os saldos referentes a AES Com Rio foram reclassificados para operações descontinuadas para o período findo em 30 de junho 2011 na demonstrações dos resultados e demonstrações do valor adicionado (vide nota explicativa nº 41).

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

Em 19 de fevereiro de 2013, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, submetendo-as nesta data à aprovação do Conselho de Administração e ao exame do Conselho Fiscal. Com base na proposta do Conselho de Administração e na opinião do Conselho Fiscal, tais demonstrações contábeis serão submetidas à aprovação dos Acionistas da Companhia.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais estão identificadas como “Consolidado”.

As demonstrações contábeis individuais da controladora foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e estão identificadas como “Controladora” ou “Individuais”.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), os quais foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), incluindo também as normas complementares emitidas pela CVM.

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pelas reavaliações realizadas em anos anteriores à data de transição, e pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

Notas Explicativas

As demonstrações contábeis individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação societária vigente no Brasil. Desta forma, essas demonstrações contábeis individuais não estão de acordo para as IFRS, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações contábeis da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

2.2 Base de preparação e apresentação

A controlada Eletropaulo efetuou algumas reclassificações de contas relativas às demonstrações do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012. Desse modo, as demonstrações do resultado, fluxo de caixa e valor adicionado referentes ao ano de 2011 e 2010 estão apresentadas no mesmo formato dessas demonstrações referentes ao ano de 2012 com o intuito de propiciar a comparabilidade das informações. As principais alterações foram: (i) despesa com taxas de administração com a Fundação CESP (administradora dos planos de pensão) da rubrica “Pessoal e Administradores” para a rubrica “Outros custos”; (ii) as discussões judiciais trabalhistas finalizadas por intermédio de acordo ou condenação, foram reclassificadas da rubrica “Pessoal e Administradores” para a rubrica “Provisão/Reversão para processos judiciais e outros” visto que a reversão da provisão relacionada ao mesmo litígio já estava sendo apresentado nesta última rubrica; (iii) as discussões judiciais cíveis e fiscais finalizadas por intermédio de acordo ou condenação, foram reclassificadas da rubrica “Outros custos” para a rubrica “Provisão/Reversão para processos judiciais e outros” visto que a reversão da provisão relacionada ao mesmo litígio já estava sendo apresentado nesta última rubrica; (iv) despesa relativa à perda de contas a receber da rubrica “Outros custos” para a rubrica “Provisão/Reversão para créditos de liquidação duvidosa” visto que a reversão da provisão é registrada nesta última rubrica.

Adicionalmente houve também a reclassificação do pagamento de obrigações com entidade de previdência privada da atividade de financiamento para a atividade operacional no fluxo de caixa relacionado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 para permitir a comparabilidade.

Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido ao uso de arredondamentos, os números apresentados ao longo deste documento podem não perfazerem precisamente aos totais apresentados.

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações contábeis, tais como o número de consumidores, volumes de energia elétrica negociados, entre outros, não foram auditados pelos auditores independentes.

Notas Explicativas

2.3 Moeda funcional, conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de sua controlada. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

(b) Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia ou da controlada, foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia e de sua controlada pela taxa de câmbio na data base dos balanços.

2.4 Critérios de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as operações da Companhia e de sua controlada Eletropaulo (e também as operações da controlada AES Com Rio até 30 de junho de 2011).

Entre os principais ajustes de consolidação estão:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas controladora e controladas, assim como as receitas e despesas das suas transações.
- Eliminação das participações no capital e lucro (prejuízo) do exercício das empresas controladas.
- Apuração da participação dos acionistas não controladores no balanço patrimonial e nas demonstrações do resultado.

A participação de terceiros no patrimônio líquido e no lucro líquido das controladas é apresentada no balanço patrimonial consolidado, como parte integrante do patrimônio líquido e na demonstração do resultado consolidada a parcela atribuível aos acionistas controladores e não controladores é apresentada após o lucro líquido do período ou exercício, conforme o caso.

A seguinte controlada está apresentada nas demonstrações contábeis consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012:

Notas Explicativas

Controlada	Atividade	Participação	
		2012	2011
Eletropaulo	Distribuição	30,97%	30,97%

O exercício social das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da controladora, exceto quanto à AES Com Rio com efeitos até 30 de junho de 2011; as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

3. Políticas contábeis e estimativas

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Estas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

3.1 Ativos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Ativos financeiros são quaisquer ativos que sejam: caixa e equivalentes de caixa, instrumento patrimonial de outra entidade, incluindo os investimentos de curto prazo, direito contratual de receber caixa ou outro instrumento financeiro, direito contratual de troca de ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade sob condições potencialmente favoráveis para a entidade, ou um contrato que pode ser liquidado através de títulos patrimoniais da própria entidade sob determinadas condições.

Os ativos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. Esta classificação depende da natureza e do propósito do ativo financeiro, a qual é determinada no seu reconhecimento inicial.

Os instrumentos financeiros da Companhia e sua controlada são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, de acordo com os seguintes critérios:

- Ativos financeiros avaliados a valor justo por meio do resultado - são classificados como mantidos para negociação quando adquiridos com a finalidade de venda ou recompra em prazo muito curto, quando fazem parte de uma carteira de instrumentos financeiros para obtenção de lucro no curto prazo ou quando são derivativos. Esses ativos são avaliados

Notas Explicativas

subsequentemente pelo seu valor justo, com impacto no resultado do exercício.

- Ativos financeiros mantidos até o vencimento - são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis e com vencimento definido para os quais a Companhia e sua controlada tem a intenção e a capacidade de mantê-los até o vencimento. Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, usando o método dos juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Companhia e sua controlada não possuem ativos financeiros classificados como ativos financeiros mantidos até o vencimento.
- Ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis - são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não estão cotados em um mercado ativo. Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, usando o método dos juros efetivos.
- Ativos financeiros disponíveis para venda - são ativos financeiros não derivativos e que não são classificados como empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento ou pelo valor justo por meio do resultado. Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo seu valor justo através do patrimônio líquido.

(a) Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras de curto prazo com liquidez imediata e com risco insignificante de variação no seu valor de mercado. As disponibilidades estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos, por não apresentarem diferença significativa em relação ao seu valor de mercado.

Os investimentos que, na data de sua aquisição, têm prazo de vencimento igual ou menor que três meses são registrados como equivalentes de caixa. Aqueles investimentos com vencimento superior a três meses na data de sua aquisição são classificados na rubrica “investimentos de curto prazo”.

Os investimentos de curto prazo estão classificados como disponíveis para venda e são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, correção monetária e variação cambial, contratados nas aplicações financeiras, são reconhecidos no resultado quando incorridos. As variações decorrentes de alterações no valor justo dessas aplicações financeiras são reconhecidas em conta específica do patrimônio líquido, quando incorridas. Eventuais provisões para redução ao provável valor de recuperação são registradas no resultado. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são transferidos para o resultado do exercício no momento em que essas aplicações são realizadas em caixa ou quando há evidência de perda na sua realização. Em 31 de dezembro de 2012, não houve nenhuma alteração no valor justo.

Notas Explicativas

(b) Consumidores, concessionárias e permissionárias e outras contas a receber (incluindo contas a receber de acordos)

A controlada Eletropaulo classifica os saldos de consumidores, concessionárias e permissionárias e outras contas a receber, como instrumentos financeiros “empréstimos e recebíveis”. Estes recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, pelos juros calculados com base no método de taxa de juros efetiva (“custo amortizado”). Os recebíveis podem ser reduzidos por ajuste por créditos de liquidação duvidosa. Os saldos de contas a receber de consumidores, revendedores, concessionárias e permissionárias incluem valores faturados e não faturados referentes aos serviços de distribuição de energia elétrica. Incluem ainda os saldos referentes ao uso do sistema de distribuição por clientes livres e de energia vendida no mercado de curto prazo na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

(c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD)

A provisão para créditos de liquidação duvidosa está constituída com base na estimativa das prováveis perdas que possam ocorrer na cobrança dos créditos e os saldos estão demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a classificação do título que as originaram. O critério utilizado atualmente pela controlada Eletropaulo para constituir a provisão para créditos de liquidação duvidosa é o seguinte:

Consumidores

- Classe residencial: consumidores com contas vencidas há mais de 90 dias;
- Classe comercial: consumidores com contas vencidas há mais de 180 dias;
- Classe industrial e rurais, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos e outros, com contas vencidas há mais de 360 dias.

Serviços Prestados/Acordos/Outros Créditos

- Faturas vencidas há mais de 360 dias.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa inclui também, análise individual de contas julgadas de difícil recebimento pela Administração.

Os saldos desta rubrica estão sendo complementarmente apresentados nas notas explicativas correspondentes às contas dos ativos que os originaram – vide notas explicativas nºs 5, 6, 8, 9 e 10.

As baixas de créditos para perdas são efetuadas após esgotadas todas as ações de cobrança administrativa e obedecem aos prazos e valores definidos na Lei nº 9.430/1996: faturas e créditos com valores de até R\$ 5, vencidos há mais de 180

Notas Explicativas

dias; valores de R\$ 5 a R\$ 30, vencidos há mais de 360 dias; valores superiores a R\$ 30, vencidos há mais de 360 dias desde que tomadas e mantidas medidas judiciais de cobranças.

Os acordos de parcelamento de consumidores inadimplentes “Termo de Confissão de Dívida - TCD”, são provisionados pelo seu valor total, independente de existirem parcelas cujos valores ainda não estejam vencidos.

Os recebimentos de créditos referentes a contas a receber que foram baixados, por terem se enquadrado nos parâmetros de perdas, são registrados a crédito na rubrica de “Provisão/Reversão para créditos de liquidação duvidosa”.

(d) Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros

Ativos financeiros são analisados, em bases anuais, para identificar eventuais mudanças que possam indicar redução no seu provável valor de recuperação (impairment). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e impactado o fluxo estimado de caixa futuro do investimento de maneira significativa ou prolongada.

(e) Baixa de ativos financeiros

A Companhia e sua controlada baixam seus ativos financeiros quando expiram os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa desse ativo financeiro, ou quando substancialmente todos os riscos e benefícios desse ativo financeiro são transferidos à outra entidade. Caso a Companhia e sua controlada mantenham substancialmente todos os riscos e benefícios de um ativo financeiro transferido, a Companhia e sua controlada mantêm esse ativo financeiro e reconhecem um passivo por eventuais montantes recebidos na transação.

3.2 Almoxarifado

Está valorizado ao custo médio de aquisição ou produção. As provisões para itens obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração de sua controlada. Estes estoques de materiais são destinados ao consumo e à manutenção dos sistemas distribuição.

Os materiais destinados às construções de itens do ativo intangível de concessão da controlada Eletropaulo são classificados como intangíveis em curso.

3.3 Contrato de concessão (ativo financeiro e intangível de concessão)

Os ativos relacionados ao contrato de concessão estão segregados entre ativos financeiros e ativos intangíveis.

Notas Explicativas

Os ativos da concessão (ativo financeiro indenizável e intangível da concessão) são remunerados por meio do WACC regulatório, que consiste nos juros remuneratórios incluídos na tarifa cobrada dos clientes da controlada Eletropaulo e seu montante está incluído na composição da receita de tarifa faturada aos consumidores e recebida mensalmente.

O ativo financeiro de concessão corresponde à parcela estimada dos investimentos realizados na infraestrutura do serviço público que não será totalmente depreciada até o final da concessão. A controlada Eletropaulo possui o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. Os ativos financeiros relacionados ao contrato de concessão são classificados como disponíveis para venda e nos exercícios apresentados, foram valorizados com base na BRR – Base de Remuneração Regulatória, conceito de valor de reposição, que é utilizada para a determinação tarifária. A valorização pela BRR, apesar de não haver legislação que confirmasse que a indenização seria neste conceito, guarda coerência com o critério utilizado pela ANEEL para determinar a tarifa de energia das distribuidoras.

Com a introdução da Medida Provisória 579 (para maiores informações vide nota explicativa nº 11), ficaram definidos os critérios utilizados pelo Poder Concedente para apurar o valor de indenização a ser pago ao término do contrato de concessão, ou seja, será determinado com base no valor novo de reposição depreciado, utilizando a Base de Remuneração Regulatória. Desta forma, o valor da indenização a ser recebido (fluxo de caixa) através deste ativo financeiro foi estabelecido com base nessas informações. Conforme estabelecido pelo pronunciamento técnico CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, as variações na estimativa de fluxo de caixa são registradas diretamente no resultado do exercício. Portanto, com o advento da Medida Provisória 579, confirmou-se que as variações no valor da indenização decorrentes da atualização monetária ou dos valores de reposição constituem-se em elemento do fluxo de caixa esperado e consequentemente devem ser registrados no resultado. Em 31 de dezembro de 2012 a controlada Eletropaulo reverteu, portanto, o saldo registrado no patrimônio líquido (outros resultados abrangentes) gerando um impacto negativo em seu resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 antes dos tributos no montante de R\$ 15.119, registrado no resultado financeiro.

De acordo, ainda, com o pronunciamento técnico CPC 38, as alterações resultantes de mudanças nas condições de mercado (variações em taxas de juros) são registradas no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes. Por não existir um mercado ativo para negociação deste ativo financeiro, a controlada Eletropaulo mensura seu valor justo utilizando os mesmos componentes da taxa de remuneração regulatória estabelecida pela ANEEL (WACC Regulatório). Caso a controlada Eletropaulo verifique uma mudança no WACC regulatório durante os períodos de revisão tarifária, essa nova taxa de juros é utilizada para trazer a valor presente os fluxos de caixa estimados. A controlada Eletropaulo entende que esta metodologia é a que melhor reflete o valor justo na visão dos participantes do

Notas Explicativas

mercado, uma vez que a taxa de retorno estabelecida pela ANEEL leva em consideração, além das taxas livres de riscos, os demais riscos inerentes ao setor. Portanto, os ajustes decorrentes da diferença entre o WACC de mercado e o WACC regulatório são reconhecidos no Patrimônio Líquido. Em 31 de dezembro de 2012, não há saldo registrado em outros resultados abrangentes uma vez que a controlada Eletropaulo concluiu que naquela data não havia diferença entre essas taxas.

Os ativos classificados como intangíveis representam o direito da controlada Eletropaulo de cobrar os consumidores pelo uso da infraestrutura do serviço público ao longo do contrato de concessão.

Os ativos intangíveis são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção, o qual inclui custos de empréstimos capitalizados. Após o seu reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são amortizados de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão que o gerou (vida útil regulatória dos ativos) ou pelo prazo do contrato de concessão, dos dois o menor. De acordo com o pronunciamento CPC 04 (IAS 38) - Ativo Intangível, a vida útil da concessão é finita e o ativo é completamente amortizado ao término da concessão.

A controlada Eletropaulo agrega, mensalmente, os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures ao custo de construção do ativo intangível de concessão em curso, considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) os juros são capitalizados durante a fase de construção do ativo intangível de concessão em curso; (b) os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) os juros totais capitalizados mensalmente não excedem o valor do total das despesas mensais de juros; e (d) os juros capitalizados são amortizados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o ativo intangível aos quais foram incorporados. Os juros capitalizados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, estão apresentados na nota explicativa nº 31.

3.4 Imobilizado - arrendamento mercantil financeiro

Os bens relacionados a contratos de arrendamento mercantil cujo controle, riscos e benefícios são substancialmente exercidos pela controlada Eletropaulo (arrendamento mercantil financeiro) estão registrados como um ativo imobilizado em contrapartida a uma conta do passivo circulante ou não circulante, conforme o caso. O arrendamento é reconhecido inicialmente por quantias iguais ao valor justo do bem arrendado ou, quando este é inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, calculado com base na taxa de juros implícita no arrendamento ou com base na taxa incremental de financiamento da controlada Eletropaulo. Quaisquer custos diretos iniciais do arrendatário, quando aplicável, são adicionados como parte do custo do ativo. Os bens registrados no ativo imobilizado são depreciados ou amortizados de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens ou a duração prevista do contrato de arrendamento, dos dois o menor.

Notas Explicativas

O resultado na alienação é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo líquido da respectiva depreciação acumulada e é reconhecido no resultado do exercício.

3.5 Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos não circulantes ou de longa duração (ativos não financeiros)

A Administração revisa, no mínimo, anualmente o valor contábil líquido dos ativos não circulantes com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Se existe um indicador de perda de valor recuperável, a Companhia e sua controlada efetuam um teste de recuperação do valor contábil. A Companhia e sua controlada não possuem ativos intangíveis com vidas úteis indefinidas para os quais seriam requeridos testes de recuperação anual dos valores registrados.

O valor recuperável do ativo é definido como sendo o maior entre o valor de uso e o valor justo menos custo para venda.

Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa – UGC). O gerenciamento dos negócios da controlada Eletropaulo considera uma rede integrada de distribuição, compondo uma única unidade geradora de caixa.

Uma perda é reconhecida, na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável.

3.6 Provisões

A Companhia e sua controlada registram provisões quando possuem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cujo desembolso de caixa futuro seja considerado como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As despesas relativas a qualquer provisão são apresentadas na demonstração do resultado ou ao item qualificável do ativo ao qual esteja relacionada.

O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação nas datas dos balanços, levando-se em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação.

(a) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia e sua controlada são parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para os processos em que seja provável uma saída de recursos para liquidá-los e sobre as quais seja possível realizar uma estimativa razoável do valor a ser desembolsado. A avaliação da probabilidade de perda por parte dos consultores legais da Companhia e sua

Notas Explicativas

controlada incluem a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos e decisões de tribunais.

3.7 Passivos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

São quaisquer passivos que sejam obrigações contratuais (i) que determinem a entrega de caixa ou de outro ativo financeiro para outra entidade ou, ainda, (ii) que determinem uma troca de ativos ou passivos financeiros com outra entidade em condições desfavoráveis à Companhia e sua controlada. Passivos financeiros ainda incluem contratos que serão ou poderão ser liquidados com títulos patrimoniais da própria entidade.

Os passivos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado e passivos financeiros pelo custo amortizado. Esta classificação depende da natureza e do propósito do passivo financeiro, os quais são determinados no seu reconhecimento inicial.

Os instrumentos financeiros da Companhia e sua controlada são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures são deduzidos os custos da transação diretamente relacionados.

A Companhia e sua controlada não têm registrado em 31 de dezembro de 2012 e 2011 nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

A mensuração subsequente dos principais passivos financeiros pelo custo amortizado é registrada da seguinte forma:

- Empréstimos, financiamentos e debêntures não conversíveis: são atualizados pela variação monetária, de acordo com os índices determinados em cada contrato, incorridos até a data do balanço em adição aos juros e demais encargos contratuais, os quais são registrados em despesas financeiras, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método de taxa de juros efetivos. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.
- Fornecedores: Inclui obrigações com fornecedores de energia, materiais e serviços, bem como a compra de energia de curto prazo adquirida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE. As correções dos saldos estão registradas na rubrica “variações monetárias e cambiais, líquidas”, quando aplicável.

Notas Explicativas

(a) Liquidação de passivos financeiros

A Companhia e sua controlada liquidam os passivos financeiros somente quando as obrigações são extintas, ou seja, quando são liquidadas, canceladas pelo credor ou prescritas de acordo com disposições contratuais ou legislação vigente.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo montante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

(b) Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.8 Derivativos embutidos

Os derivativos embutidos em outros instrumentos financeiros ou contratos, quando existentes, são tratados como um derivativo quando seus riscos e características não forem estritamente relacionados aos dos contratos principais e esses contratos não forem mensurados a valor justo por meio do resultado. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 1011, a Companhia e sua controlada não identificaram nenhum derivativo embutido em seus contratos.

3.9 Impostos sobre as vendas

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 1,65% para venda de energia elétrica e sobre a prestação de serviços;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 7,60% sobre a venda de energia elétrica e sobre a prestação de serviços;
- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - O ICMS é aplicado de acordo com a classe de consumidores. As principais classes são tributadas pelas seguintes alíquotas: 18% para as classes comercial e industrial; e isento para a classe residencial com consumo até 90kv, 12% para consumo entre 91kv a 200kv e de 25% para consumo acima de 201kv;
- Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - 2% incidente sobre a prestação de serviços onde o imposto é devido no estabelecimento prestador. Nos casos

Notas Explicativas

em que o imposto é devido no local da execução, deverá ser aplicar a alíquota correspondente no respectivo município.

Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. Os créditos de PIS e COFINS não cumulativos, sobre custos e despesas operacionais, são apresentados como redutores destes grupos de contas nas demonstrações contábeis.

3.10 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

(a) Imposto de renda e contribuição social correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. As despesas de imposto de renda e contribuição social correntes são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$ 240 no período base para apuração do imposto, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social correntes são reconhecidos pelo regime de competência.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização até o encerramento do exercício, quando então o imposto devido é devidamente apurado e compensado com as antecipações realizadas.

A Administração avalia, periodicamente, a posição fiscal de situações que requerem interpretações da regulamentação fiscal e estabelece provisões quando apropriado.

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os efeitos do imposto de renda e da contribuição social diferidos relacionados a prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias estão registrados nas demonstrações contábeis com base nas disposições da Instrução CVM nº 371 e de acordo com o pronunciamento CPC 32 (IAS 12) - Tributos sobre o lucro.

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias existentes na data do balanço entre os valores contábeis e bases fiscais de ativos e passivos.

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e prejuízos tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas e os créditos e prejuízos tributários possam ser utilizados.

Notas Explicativas

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada a cada encerramento de balanço e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado, no prazo e condições previstos na Instrução CVM nº 371. A expectativa de geração de lucros tributáveis futuros é determinada por estudo técnico aprovado pelos órgãos de Administração da Companhia e sua controlada.

Na medida em que se torne provável haver lucros tributáveis futuros suficientes, a Companhia e sua controlada reconhecem um acréscimo no imposto diferido ativo proporcionalmente a esses lucros.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota do imposto determinada pela legislação tributária vigente na data do balanço e que se espera ser aplicável na data de realização dos ativos ou liquidação dos passivos que geraram os tributos diferidos.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido. O imposto diferido é reconhecido de acordo com a transação que o originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

3.11 Benefícios a empregados

A controlada Eletropaulo patrocina planos de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão para seus empregados, ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objeto de suplementar os benefícios garantidos pelo sistema oficial da previdência social. A controlada Eletropaulo concede também determinados benefícios de assistência à saúde pós-emprego para seus empregados, ex-empregados e respectivos beneficiários – vide notas explicativas nºs 19 e 20.

O plano de aposentadoria na modalidade benefício definido tem o custo da concessão dos benefícios determinados pelo Método da Unidade de Crédito Projetada, líquido dos ativos garantidores do plano. A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de taxas de juros, inflação, aumentos dos benefícios, expectativa de vida, etc. A avaliação atuarial e suas premissas e projeções são revisadas e atualizadas em bases anuais, ao final de cada exercício.

O custeio dos benefícios concedidos pelos planos de benefícios definidos é estabelecido separadamente para cada plano, utilizando o método do crédito unitário projetado.

Notas Explicativas

Os custos de serviços passados são reconhecidos como despesa, de forma linear, ao longo do período médio até que o direito aos benefícios seja adquirido. Se o direito aos benefícios já tiver sido adquirido, custos de serviços passados são reconhecidos imediatamente após a introdução ou mudanças de um plano de aposentadoria.

O ativo ou passivo do plano de benefício definido reconhecido nas demonstrações contábeis corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal), menos custos de serviços passados e ganhos ou perdas atuariais ainda não reconhecidos e menos o valor justo dos ativos do plano.

A controlada Eletropaulo adota o método do corredor para reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais. Quando o valor acumulado líquido dos ganhos ou perdas atuariais não reconhecidos, para cada plano, no final do período base anterior ultrapassar 10% do maior entre a obrigação por benefícios definidos ou o valor justo dos ativos do plano naquela data (método do corredor), o valor excedente dos ganhos e perdas atuariais passam a ser reconhecidos como receita ou despesa ao longo do tempo de serviço médio de trabalho remanescente esperado dos funcionários que participam do plano.

Os ativos do plano são mantidos por uma entidade fechada de previdência complementar. Os ativos do plano não estão disponíveis aos credores da controlada Eletropaulo, e não podem ser pagos diretamente à controlada Eletropaulo. O valor justo se baseia em informações sobre preço de mercado e, no caso de títulos cotados, no preço de compra publicado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado à soma de qualquer custo de serviço passado ainda não reconhecido e ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de reduções nas contribuições patronais futuras do plano.

3.12 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas.

3.13 Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante

Um ativo ou passivo deverá ser registrado como circulante se é esperado que a liquidação ocorra dentro do período de 12 meses subsequentes à data base das demonstrações contábeis, caso contrário será registrado como não circulante.

Notas Explicativas

3.14 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

As taxas de juros implícitas aplicadas são determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. Nas datas base de elaboração das demonstrações contábeis não havia ajustes significativos decorrentes de ajustes a valor presente de ativos ou passivos.

3.15 Distribuição de dividendos

Os dividendos aprovados a serem pagos ou fundamentados em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários e/ou intercalares.

Na apuração do lucro líquido ajustado para fins de distribuição de dividendos é considerada a realização dos ajustes de avaliação patrimonial, relativos à reserva de reavaliação reconhecida em exercícios anteriores à data de transição. Dessa forma, o incremento nas despesas de depreciação e baixas, em função do registro da reavaliação reconhecida em exercícios anteriores, tem efeito nulo na apuração dos dividendos da Companhia.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra no passivo circulante o valor equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra a proposta da Administração da Companhia de distribuição de dividendos excedentes ao mínimo obrigatório como “proposta de distribuição de dividendos adicionais” no patrimônio líquido.

A Companhia distribui juros a título de remuneração sobre o capital próprio, nos termos do Art. 9º, parágrafo 7º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, os quais são dedutíveis para fins fiscais.

Notas Explicativas

Os dividendos e juros sobre o capital próprio não reclamados no prazo de três anos são revertidos para a conta de “lucros (prejuízos) acumulados” para nova destinação, conforme previsto na legislação societária.

3.16 Pagamento baseado em ações

A The AES Corporation mantém plano de remuneração a colaboradores próprios e de suas controladas, diretas e indiretas, relacionado com a outorga de instrumentos patrimoniais. A concessão desses instrumentos patrimoniais ocorre quando determinadas condições preestabelecidas são atingidas. As ações ou opções de ações concedidas pela The AES Corporation são registradas na controlada Eletropaulo ao valor justo do instrumento patrimonial na data de sua outorga.

De acordo com o CPC 10 (R1) – Pagamento baseado em ações, o custo de transações de outorga de títulos patrimoniais é reconhecido no resultado do exercício em contrapartida a uma reserva de capital, no patrimônio líquido da controlada Eletropaulo, em conta específica que indica o compromisso futuro do controlador de aportar os recursos necessários para suportar a outorga das ações e opções de ações da adquiridas pelos funcionários da controlada Eletropaulo. Ainda de acordo com o CPC 10 (R1), a reserva de capital constituída poderá ser utilizada para aumentar o capital da controlada Eletropaulo em favor da The AES Corporation.

3.17 Reconhecimento da receita

A receita de venda inclui somente os ingressos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela entidade. As quantias cobradas por conta de terceiros, tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos, portanto, não estão apresentadas nas Demonstrações de Resultado. Em atendimento ao CPC 30 (R1) - Receitas, a reconciliação entre a receita bruta e a receita líquida, apresentada nas Demonstrações de Resultado, está demonstrada na nota explicativa nº 28. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

(a) Receita de prestação de serviços de distribuição de energia elétrica

Os serviços de distribuição de energia elétrica são medidos através da entrega de energia elétrica ocorrida em um determinado período. Essa medição ocorre de acordo com o calendário de leitura estabelecido pela controlada Eletropaulo. O faturamento dos serviços de distribuição de energia elétrica é, portanto, efetuado de acordo com esse calendário de leitura, sendo a receita de serviços registrada à medida em que as faturas são emitidas. Com a finalidade de adequar as leituras ao período de competência, os serviços prestados entre a data da leitura e o encerramento de cada mês são registrados através de estimativa.

Notas Explicativas

(b) Receita de juros

A receita de juros é reconhecida com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal aplicado, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

(c) Contratos de construção

As entidades abrangidas dentro do escopo do ICPC 01 (IFRIC 12) Contratos de Concessão, devem registrar a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão de acordo com o CPC 17 (IAS11) Contratos de Construção. Os custos da construção da infraestrutura efetuados pela controlada Eletropaulo são confiavelmente mensurados. Portanto, as receitas e as despesas correspondentes a esses serviços de construção são reconhecidas tomando como base a proporção do trabalho executado até a data do balanço. A perda esperada nos contratos de construção é reconhecida imediatamente como despesa. Considerando o modelo regulatório vigente, o qual não prevê remuneração específica para a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão, que as construções e melhorias são substancialmente executadas através de serviços especializados de terceiros, e que toda receita de construção está relacionada a construção de infraestrutura dos serviços de distribuição de energia elétrica, a Administração da controlada Eletropaulo decidiu registrar a receita de contratos de construção com margem de lucro zero.

3.18 Contratos de arrendamento

Conforme descrito na nota explicativa nº 3.4, os bens relacionados a contratos de arrendamento mercantil cujo controle, riscos e benefícios são substancialmente exercidos pela controlada Eletropaulo (arrendamento mercantil financeiro) estão registrados como um ativo imobilizado da controlada Eletropaulo em contrapartida a uma conta do passivo circulante ou não circulante, conforme o caso. Os juros sobre o arrendamento mercantil financeiro são apropriados ao resultado de acordo com a duração do contrato pelo método da taxa efetiva de juros.

Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesas na demonstração do resultado, de forma linear, ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

3.19 Encargos setoriais (controlada Eletropaulo)

(a) Reserva Global de Reversão (RGR)

Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a

Notas Explicativas

2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitado a 3,0% de sua receita anual.

(b) Conta Consumo de Combustível (CCC)

Encargo referente ao rateio dos custos de geração de energia termoeletrica nos sistemas isolados subtraída a parcela equivalente ao custo médio da energia e potência comercializadas no Ambiente de Contratação Regulada. Os consumidores dos sistemas isolados, sistema interligado e do mercado livre também contribuem para o reembolso da CCC na proporção do consumo total de energia. O valor anual previsto pela ANEEL concatenado ao reajuste da distribuidora e repassado as tarifas é pago pela distribuidora em duodécimos.

(c) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, promovendo a universalização do serviço de energia elétrica. O valor anual homologado pela ANEEL não está concatenado ao reajuste da distribuidora e é pago pela distribuidora em duodécimos.

(d) P&D (Pesquisa e Desenvolvimento) e Eficiência Energética

De acordo com a Lei nº 9.991/2000 e posteriores atualizações, as concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição, transmissão ou geração de energia elétrica devem aplicar, anualmente, um percentual mínimo sobre a sua receita operacional líquida (ROL) em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica, segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL.

As concessionárias de distribuição de energia elétrica ficam obrigadas a aplicar, anualmente, no mínimo 0,5% da ROL em projetos de pesquisa e desenvolvimento e 0,5% em programas de eficiência energética voltados ao setor elétrico.

(e) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

O encargo TFSEE é um valor anual estabelecido pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita destinada à cobertura do custeio de suas atividades. Equivale a 0,5% do benefício econômico anual auferido pela concessionária, calculado e homologado pela ANEEL, concatenado ao reajuste da distribuidora e recolhido em duodécimos.

(f) Encargo do Serviço do Sistema (ESS)

Representa o custo incorrido para manter a confiabilidade e a estabilidade do Sistema Interligado Nacional para o atendimento do consumo de energia elétrica no Brasil. Esse custo é apurado mensalmente pela CCEE e é pago pelos agentes da categoria consumo aos agentes de geração.

Notas Explicativas

(g) Encargo de Energia de Reserva (EER)

Encargo específico destinado a cobrir os custos decorrentes da contratação de energia de reserva, incluindo os custos administrativos, financeiros e tributários, a ser rateado entre os Usuários de Energia de Reserva, ou seja, agentes de distribuição, consumidores livres, consumidores especiais, autoprodutores na parcela da energia adquirida, agentes de geração com perfil de consumo ou agentes de exportação que seja agente da CCEE. O valor é apurado mensalmente pela CCEE e é recolhido pela distribuidora e outros agentes.

(h) Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia (PROINFA)

Encargo criado com o objetivo de aumentar a participação de fontes alternativas renováveis na produção de energia elétrica (energia eólica, biomassa e pequena central hidrelétrica). O custeio do PROINFA é estabelecido em conformidade com o Plano Anual do PROINFA – PAP, elaborado pela Eletrobrás, sendo suas quotas determinadas em função do mercado relativo aos consumidores cativos, livres e autoprodutores (caso o consumo seja maior que a geração própria) de cada distribuidora. O valor anual atribuído à concessionária é recolhido em duodécimos.

(i) Operador Nacional do Sistema (ONS)

Encargo recolhido pelas distribuidoras mensalmente, relativo ao custeio das atividades de coordenação e controle da operação dos sistemas elétricos interligados, da administração e coordenação da prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica por parte das transmissoras aos usuários que tem acesso a rede básica, dentre outras atividades.

3.20 Ativos e passivos regulatórios

A partir da adoção do IFRS, as variações entre os valores recebidos nas tarifas e os valores efetivamente desembolsados pela controlada Eletropaulo (denominados ativos e passivos regulatórios) deixaram de ser diferidos, gerando assim volatilidade nos resultados da controlada Eletropaulo.

O reconhecimento dos ativos e passivos regulatórios tem a finalidade de neutralizar os impactos econômicos no resultado em função dos aumentos dos custos não gerenciáveis denominados de “Parcela A”.

Não há previsão de reconhecimento de ativos e/ou passivos regulatórios no IFRS, tendo em vista que os mesmos não atendem ao conceito de ativo do Framework.

Notas Explicativas

3.21 Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado, conforme pronunciamento CPC 41 (IAS 33) Resultado por ação.

O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade total de ações em circulação.

Quando um instrumento tem o potencial de reduzir o lucro básico por ação, ele é considerado um “título participante”. O “título participante” deverá ser utilizado para computar o lucro por ação diluído.

3.22 Segmento de negócios

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração da Companhia e sua controlada para a tomada de decisões sobre alocação de recursos aos segmentos e para a avaliação do seu desempenho.

Todas as decisões tomadas pela Administração da Companhia e sua controlada são baseadas em relatórios consolidados, os serviços são prestados utilizando-se uma rede integrada de distribuição, e as operações são gerenciadas em bases consolidadas. Consequentemente, a Companhia e sua controlada concluíram que possuem apenas o segmento de distribuição de energia elétrica como passível de reporte.

3.23 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Companhia e sua controlada fazem o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos, e as divulgações de passivos contingentes. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia e sua controlada adotam premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entendem como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia e sua controlada são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa a determinação dessas premissas e estimativas, o que pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros a medida que novas informações estejam disponíveis. Um evento que requeira modificação em uma estimativa é tratado prospectivamente.

As principais premissas e estimativas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis são discutidas a seguir:

Notas Explicativas

(a) Benefícios de aposentadoria e outros benefícios pós-emprego

A controlada Eletropaulo possui planos de benefício definido e, também, de contribuição definida.

O plano de contribuição definida não gera para a controlada Eletropaulo obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar os benefícios. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando incorridas.

Em relação ao plano de benefício definido, a controlada Eletropaulo avalia seu passivo com benefícios suplementares de aposentadoria através de avaliação atuarial realizada em bases anuais com a ajuda de consultores especializados em serviços atuariais. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas e atualizadas em bases anuais, ao final de cada exercício.

As principais premissas utilizadas pela controlada Eletropaulo estão descritas a seguir:

Taxa de desconto

De acordo com o pronunciamento CPC 33 – Benefícios a Empregados, a taxa utilizada para descontar a valor presente as obrigações de benefícios pós-emprego deve ser determinada com base nos rendimentos de mercado para títulos ou obrigações corporativas de alta qualidade. Se não houver mercado ativo desses títulos, devem ser usados os rendimentos de mercado relativos aos títulos do Tesouro Nacional.

Ao determinar a taxa de desconto adequada, a controlada Eletropaulo considera as taxas dos títulos do Tesouro Nacional com vencimento correspondente a duração da obrigação do benefício definido. Conforme descrito na nota explicativa nº 19, a controlada Eletropaulo utilizou a taxa real de 3,75% a.a para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

Taxa de mortalidade

A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. A Fundação CESP testa, anualmente, a aderência da tábua de mortalidade utilizada, à experiência recente da população do plano.

Notas Explicativas

Aumento salarial e inflação

Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país. Em relação à taxa de inflação utilizada, a controlada Eletropaulo faz um levantamento junto a departamentos de economia de diversas instituições financeiras, sobre projeções de inflação para o longo prazo.

Taxa esperada de retorno de ativos

A taxa esperada de retorno dos ativos do plano é determinada com base em um estudo conduzido por empresa de consultoria financeira especializada, que analisa o casamento de longo prazo entre os ativos e as obrigações do plano, dado o cenário econômico.

Com a adoção do novo pronunciamento CPC 33(R1) – Benefícios a Empregados, aprovado pela Deliberação nº 695/2012 de 13 de dezembro de 2012 e vigente a partir de 01 de janeiro de 2013, a taxa esperada de retorno de ativos do plano será a mesma utilizada para descontar o valor do passivo (taxa de desconto mencionada acima) – vide nota explicativa nº 19.2.

(b) Amortização do ativo intangível de concessão

Os ativos intangíveis são amortizados de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão que o gerou (vida útil regulatória dos ativos) ou pelo prazo do contrato de concessão, dos dois o menor.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a controlada Eletropaulo utilizou as vidas úteis regulatórias definidas na Resolução ANEEL nº 367, de 2 de junho de 2009.

Em 7 de fevereiro de 2012, a ANEEL aprovou a Resolução Normativa nº 474, que alterou as taxas anuais de depreciação de alguns ativos em serviço. De acordo com essa Resolução as alterações nas taxas têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2012 (prospectivamente). Desta forma, a controlada Eletropaulo adotou as vidas úteis regulatórias definidas na Resolução nº 474 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

(c) Vida útil dos bens do imobilizado

Conforme descrito na nota explicativa nº 3.4, os bens registrados no ativo imobilizado são depreciados de acordo com o menor entre a sua vida útil econômica estimada ou o prazo contratual do arrendamento mercantil.

Notas Explicativas

(d) Provisão para processos judiciais e outros

De acordo com a nota explicativa nº 3.6, a Companhia e sua controlada reconhecem provisão para processos judiciais e outros com base na avaliação da probabilidade de perda.

As estimativas e premissas utilizadas no registro de provisões para processos judiciais e outros da Companhia e sua controlada são revisadas, no mínimo, trimestralmente.

(e) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não circulantes ou de longa duração

A Companhia e sua controlada revisam, no mínimo, em bases anuais a existência de eventos ou mudanças que possam indicar deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração (vide nota explicativa nº 3.5). O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso.

O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado com base no WACC regulatório. Os fluxos de caixa derivam do orçamento de curto prazo e das projeções de longo prazo, correspondentes ao período de concessão e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia e sua controlada ainda não tenham se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Em 31 de dezembro de 2012, a Administração estima que os valores contábeis serão recuperados através de suas operações futuras.

(f) Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários. A Companhia e sua controlada constituem provisões, com base em estimativas cabíveis, para eventuais assuntos identificados em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias das respectivas jurisdições em que opera e cuja probabilidade de perda seja avaliada como provável. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência em fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia e sua controlada.

Notas Explicativas

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável de realização e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento tributário.

(g) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

O critério referente à análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está descrito na nota explicativa nº 3.1 (c).

(h) Ativo financeiro de concessão

Conforme descrito na nota explicativa nº 3.3, o ativo financeiro representa a parcela estimada dos investimentos realizados que não serão amortizados até o final da concessão, ou seja, não serão recuperados via tarifa durante o período da concessão. Sobre esse ativo a controlada Eletropaulo possui o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. É importante ressaltar que este não é um ativo financeiro como os demais ativos comparáveis e disponíveis no mercado, mas um ativo que é derivado e intrinsecamente vinculado à infraestrutura existente da controlada Eletropaulo, suscetível a variações decorrentes de mudanças no ambiente regulatório e no preço das *commodities* relacionadas à infraestrutura.

A Revisão Tarifária da controlada Eletropaulo ocorre a cada 4 anos, e somente nessa data a Base de Remuneração é homologada pela ANEEL através do VNR depreciado. Dessa forma nos períodos entre as datas de Revisão Tarifária, a Administração atualiza o ativo financeiro, utilizando o critério determinado pela ANEEL para atualização da Base de Remuneração entre os períodos de revisão, ou seja, aplica o IGP-M como fator de atualização do valor justo da Base de Remuneração. Cabe lembrar que o critério definido pela ANEEL atribui valor à infraestrutura do concessionário, ou seja atribui valor ao ativo imobilizado, sendo o valor do ativo financeiro uma representação da parcela desse ativo imobilizado que não deve estar depreciado/amortizado ao final do prazo da concessão. Portanto, esse ativo financeiro é intrinsecamente vinculado à infraestrutura, a qual por sua vez tem seus critérios de avaliação definidos pela ANEEL. Esses critérios podem ser modificados pela ANEEL tempestivamente

(i) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses);

Notas Explicativas

referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação. Uma análise do valor justo de instrumentos financeiros e mais detalhes sobre como eles são calculados estão descritos na nota explicativa nº 35.

(j) Transações com pagamentos baseados em ações

A controlada Eletropaulo mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações, requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas.

3.24 Demonstração do resultado

A demonstração do resultado está apresentada pela natureza das despesas e receitas operacionais.

3.25 Novos pronunciamentos e interpretações

A CVM aprovou os seguintes pronunciamentos e interpretações durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012:

- CPC 17(R1) - Contratos de construção - Deliberação CVM nº 691 de 08 de novembro de 2012. A norma encontra-se em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012.
- CPC 18(R2) - Investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto - Deliberação CVM nº 696 de 13 dezembro de 2012. A norma entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2013.
- CPC 19(R2) - Negócios em conjunto - Deliberação CVM nº 694 de 23 de novembro de 2012. A norma entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2013.
- CPC 30(R1) - Receitas - Deliberação CVM nº 692 de 08 de novembro de 2012. A norma encontra-se em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012.
- CPC 33(R1) - Benefícios a empregados - Deliberação CVM nº 695 de 13 de dezembro de 2012. A norma entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2013.

Notas Explicativas

- CPC 35(R2) - Demonstrações separadas - Deliberação CVM nº 693 de 08 de novembro de 2012. A norma encontra-se em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012.
- CPC 36(R3) - Demonstrações consolidadas - Deliberação CVM nº 698 de 20 de dezembro de 2012. A norma entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2013.
- CPC 40(R1) - Instrumentos financeiros: Evidenciação - Deliberação CVM nº. 684 de 30 de agosto de 2012. A norma encontra-se em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012.
- CPC 45 - Divulgação de participações em outras entidades - Deliberação CVM nº 697 de 13 de dezembro de 2012. A norma entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2013.
- CPC 46 - Mensuração do valor justo - Deliberação nº 699 de 20 de dezembro de 2012. A norma entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2013.
- ICPC 08(R1) - Contabilização da proposta de pagamento de dividendos - Deliberação CVM nº 683 de 30 de agosto de 2012. A norma encontra-se em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012.
- ICPC 09(R1) - Demonstrações contábeis individuais, demonstrações separadas, demonstrações consolidadas e aplicação do método da equivalência patrimonial - Deliberação CVM nº 687 de 04 de outubro de 2012. A norma encontra-se em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, não houve mudanças significativas na adoção dos pronunciamentos acima mencionados. Em relação aos pronunciamentos que entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2013, a Companhia e sua controlada somente esperam impacto significativo na adoção do CPC 33(R1) – Benefícios a empregados o qual foi detalhado na nota explicativa nº 19.2.

Notas Explicativas

4. Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

<u>Caixa e equivalentes de caixa:</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Numerário disponível	34	44	80.620	24.729
Numerário em trânsito	-	-	33.555	30.106
CDB-DI (i)	-	-	-	10.102
Operação compromissada (i)	-	-	-	98.058
Subtotal	34	44	114.175	162.995
<u>Investimentos de curto prazo:</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
CDB-DI (i)	2.407	-	85.916	475.361
Operação compromissada (i)	7.737	5.041	601.175	736.285
Títulos públicos (ii)	-	-	22.931	20.915
Fundo de investimento	-	-	21	-
Subtotal	10.144	5.041	710.043	1.232.561
Total	10.178	5.085	824.218	1.395.556

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo.

- (i) Certificados de depósitos bancários e operações compromissadas (*) foram remunerados, em média, no caso da Companhia a 101,83% do CDI (101,33% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011) e na controlada Eletropaulo 102,41% do CDI no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 (102,27% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011).
- (ii) Títulos públicos: correspondem a aplicações em Letras Financeiras do Tesouro - LFT, as quais são remuneradas a 100% da taxa SELIC.

(*) Operações compromissadas são títulos emitidos pelos bancos com o compromisso de recompra do título por parte do banco, e de revenda pelo cliente, com taxas definidas, e prazos pré-determinados, lastreados por títulos privados ou públicos dependendo da disponibilidade do banco e são registradas na CETIP.

As políticas de investimentos financeiros da Companhia e sua controlada determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia e sua controlada não mantinham linhas de financiamento comprometidas e não sacadas.

Notas Explicativas

5. Consumidores, concessionárias e permissionárias

A composição do saldo de consumidores, concessionárias e permissionárias é como segue:

Consolidado						
2012						
Saldos vincendos	Saldos vencidos		Total	PCLD (*)	Saldo líquido	
	até 90 dias	mais de 90 dias				
CIRCULANTE						
Consumidores - Fornecimento:						
Residencial	278.769	245.420	34.977	559.166	(47.661)	511.505
Industrial	65.818	34.066	24.980	124.864	(21.941)	102.923
Comercial	188.218	66.099	21.142	275.459	(12.348)	263.111
Rural	140	76	7	223	(1)	222
Poder público:						
Federal	3.086	867	243	4.196	(352)	3.844
Estadual	11.508	3.208	2.395	17.111	(2.132)	14.979
Municipal	13.695	4.015	6.198	23.908	(4.639)	19.269
Iluminação pública	15.040	3.463	1.276	19.779	(446)	19.333
Serviço público	11.032	12.272	2.373	25.677	(2.253)	23.424
Total - Faturado	587.306	369.486	93.591	1.050.383	(91.773)	958.610
Não faturado	528.631	-	-	528.631	-	528.631
Total	1.115.937	369.486	93.591	1.579.014	(91.773)	1.487.241
Concessionárias e permissionárias:						
Energia no curto prazo - CCEE	12.064	-	-	12.064	-	12.064
Encargos de uso da rede	140	-	-	140	-	140
Outros	2.798	-	-	2.798	-	2.798
Total	15.002	-	-	15.002	-	15.002
Total - CIRCULANTE	1.130.939	369.486	93.591	1.594.016	(91.773)	1.502.243

Consolidado						
2011						
Saldos vincendos	Saldos vencidos		Total	PCLD (*)	Saldo líquido	
	até 90 dias	mais de 90 dias				
CIRCULANTE						
Consumidores - fornecimento:						
Residencial	214.921	257.529	39.996	512.446	(46.964)	465.482
Industrial	50.453	34.911	32.100	117.464	(22.623)	94.841
Comercial	130.513	76.463	34.517	241.493	(25.694)	215.799
Rural	89	79	7	175	(1)	174
Poder público:						
Federal	2.736	1.033	298	4.067	(318)	3.749
Estadual	8.716	2.746	2.283	13.745	(2.132)	11.613
Municipal	13.682	4.420	1.796	19.898	(5.142)	14.756
Iluminação pública	14.560	1.773	1.153	17.486	(572)	16.914
Serviço público	10.374	12.578	2.634	25.586	(1.475)	24.111
Total - faturado	446.044	391.532	114.784	952.360	(104.921)	847.439
Não Faturado	542.907	-	-	542.907	-	542.907
Total	988.951	391.532	114.784	1.495.267	(104.921)	1.390.346
Concessionárias e permissionárias:						
Energia no curto prazo - CCEE	24.820	-	-	24.820	-	24.820
Encargos de uso da rede	513	-	-	513	-	513
Total	25.333	-	-	25.333	-	25.333
Total - CIRCULANTE	1.014.284	391.532	114.784	1.520.600	(104.921)	1.415.679

(*) Provisão para créditos de liquidação duvidosa – vide nota explicativa nº 10.

As contas a receber apresentadas acima são classificadas como empréstimos e recebíveis e, portanto, mensuradas pelo custo amortizado.

Os consumidores escolhem as datas de vencimento de suas faturas mensais. Após o vencimento, há a incidência de juros de 0,033% ao dia e multa de 2% sobre o valor das faturas dos consumidores em atraso.

Notas Explicativas

Na condição de prestadora de serviço público de distribuição, a controlada Eletropaulo deve fornecer energia a todos os consumidores que solicitarem ligação à infraestrutura da concessão.

6. Tributos a recuperar

Imposto de renda e contribuição social compensáveis	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
<u>CIRCULANTE</u>				
Contribuição social	-	-	63.584	7.220
Imposto de renda	-	-	159.204	29.479
Imposto de renda retido na fonte	4.636	5.320	14.516	16.648
Subtotal	4.636	5.320	237.304	53.347

Outros tributos compensáveis	Consolidado	
	2012	2011
<u>CIRCULANTE</u>		
Instituto Nacional da Seguridade Social - INSS	2.081	2.074
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	68.166	58.525
ICMS - Transferência de créditos (*)	2.403	-
Cofins	19.464	18.296
Pis	5.432	5.179
Pis - Crédito tributário (**)	84.782	-
Outros	164	151
Subtotal	182.492	84.225
INSS - auxílio doença - nota explicativa nº 10	(1.963)	(1.963)
Saldo líquido de PCLD	180.529	82.262
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Pis - Crédito tributário (**)	-	60.609
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	52.303	43.401
Subtotal	52.303	104.010
Total geral	234.795	188.235

(*) Transferência de créditos acumulados de Impostos Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, em favor da controlada Eletropaulo, em consonância com o Artigo 84 do Decreto nº 45.490/2000 e autorização concedida pela Secretaria Estadual da Fazenda - SEFAZ, para compensação de ICMS que a controlada Eletropaulo recolherá para a SEFAZ-SP.

(**) PIS Compensação: ação judicial que busca o reconhecimento dos créditos de PIS originados pelas alterações contidas nos Decretos nºs 2.445 e 2.449 de 1988, na medida em que a cobrança de tais quantias foi declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal. Houve decisão favorável definitiva em maio de 2012. A controlada Eletropaulo revisou os cálculos e apurou um crédito adicional de R\$ 22.890 (sendo R\$ 4.412 de principal no resultado operacional e R\$ 18.478 de variação monetária no resultado financeiro) que foi contabilizado em setembro de 2012. A controlada Eletropaulo espera compensar este tributo com tributos federais em um ano. Desta forma, todo o saldo foi reclassificado para o circulante.

Notas Explicativas

7. Tributos e contribuições sociais diferidos

	Consolidado			
	Balanco Patrimonial		Resultado	
	2012	2011	2012	2011
O imposto de renda e contribuição social diferidos referem-se a:				
Provisão de benefício a empregados	255.444	291.040	(35.596)	(40.784)
Provisão para processos judiciais e outros	155.178	154.781	397	(45.536)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	119.535	138.060	(18.525)	(27.010)
Reversão dos ativos e passivos regulatórios para fins de CPC	(245.073)	(45.767)	(199.306)	(2.771)
Ajustes de avaliação patrimonial/mais valia	(709.520)	(755.827)	46.307	49.394
Prejuízo fiscal/Base de cálculo negativa	167.541	-	167.541	-
Atualização do ativo financeiro de concessão (*)	5.140	(37.554)	5.140	-
Diferença na taxa de depreciação/amortização	102.313	88.923	13.390	20.623
Outros	(9.727)	14.389	(24.118)	27.768
Receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social diferidos			(44.770)	(18.316)
Passivo fiscal diferido, líquido	(159.169)	(151.955)		
	2012	2011		
Tributos diferidos ativos	913.401	940.496		
Tributos diferidos passivos	(1.072.570)	(1.092.451)		
	(159.169)	(151.955)		

Devido principalmente aos impactos da revisão tarifária, a controlada Eletropaulo apurou prejuízo fiscal para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e constituiu impostos diferidos ativos sobre prejuízo fiscal e base negativa no montante de R\$ 167.541, os quais possuem expectativa de realização nos próximos exercícios.

(*) Conforme descrito na nota explicativa no 3.3, a controlada Eletropaulo em 31 de dezembro de 2012 reconheceu no resultado do exercício corrente, o saldo referente à estimativa de atualização do ativo financeiro de concessão anteriormente reconhecida no patrimônio líquido. Desta forma, os tributos diferidos anteriormente reconhecidos no patrimônio líquido foram também registrados no resultado do exercício corrente.

Movimentação dos impostos diferidos	
Saldo em 31 de dezembro de 2010	(118.256)
Impacto no resultado	(18.316)
Impacto no patrimônio líquido	(13.920)
Transferência para atividade descontinuada	(1.463)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(151.955)
Impacto no resultado	(44.770)
Impacto no patrimônio líquido	37.556
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(159.169)

De acordo com a Instrução CVM nº 371, a controlada Eletropaulo elaborou, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 estudo técnico demonstrando a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros em um período de 10 anos, os quais deverão ser suficientes para garantir a realização dos tributos diferidos ativos. Esse estudo técnico foi aprovado pelo Conselho de Administração da controlada Eletropaulo em 12 de dezembro de 2012.

Notas Explicativas

Com base no estudo técnico de geração de lucros tributários futuros e estimativa da Administração, a controlada Eletropaulo estima a realização dos tributos diferidos ativos nos seguintes exercícios:

	2012		
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total
Prazo de recuperação dos tributos diferidos ativos:			
2013	159.145	57.292	216.437
2014	136.438	49.118	185.556
2015	100.058	36.021	136.079
2016	97.199	34.992	132.191
2017	85.736	30.865	116.601
2018 - 2020	92.075	33.147	125.222
2021 - 2022	967	348	1.315
	671.618	241.783	913.401

A controlada Eletropaulo revisa anualmente o valor contábil dos tributos diferidos ativos e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação à previsão inicial da Administração da controlada.

As premissas utilizadas nas projeções de resultados operacionais e financeiros e o potencial de crescimento da controlada Eletropaulo foram baseados nas expectativas de sua Administração em relação ao futuro da mesma e não devem ser utilizadas para tomada de decisão em relação a investimento. A Administração entende que a presente estimativa é consistente com o seu plano de negócio, à época da elaboração do estudo técnico, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos.

A Companhia não registra impostos diferidos sobre créditos fiscais enquanto suas operações não apresentarem base tributável de resultados que garantam a realização desses créditos. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia acumulava prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias ativas no montante de R\$ 1.054.576, R\$ 1.290.528 e R\$ 695.002 (R\$ 1.059.021, R\$ 1.294.974 e R\$ 646.710 em 31 de dezembro de 2011), respectivamente.

Notas Explicativas

8. Contas a receber – acordos e outras contas a receber

A composição do saldo do contas a receber - acordos é como segue:

	Consolidado	
	2012	2011
<u>CIRCULANTE</u>		
Termo de confissão de dívida:		
Prefeitura municipal de São Paulo (i)	-	75.453
Prefeituras municipais diversas	24.115	28.617
Consumidores	209.449	151.678
Outros	751	1.770
Subtotal	234.315	257.518
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PMSP - nota explicativa nº 10	-	(75.453)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Consumidores - nota explicativa nº 10	(175.258)	(148.454)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Prefeituras Municipais diversas - nota explicativa nº 10	(19.143)	(20.414)
Saldo Líquido de PCLD	39.914	13.197
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Termo de confissão de dívida:		
Prefeituras municipais diversas	50.314	70.534
Consumidores	29.426	24.246
Subtotal	79.740	94.780
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - consumidores - nota explicativa nº 10	(27.527)	(5)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - prefeituras municipais diversas - nota explicativa nº 10	(37.050)	(53.948)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - acordos outros - nota explicativa nº 10	-	(16)
Saldo Líquido de PCLD	15.163	40.811

- (i) Refere-se a acordo para novação e pagamento de dívidas e outras avenças entre a controlada Eletropaulo e a Prefeitura do Município de São Paulo (Prefeitura) celebrado em 5 de janeiro de 2009, no montante de R\$ 344.161, cujo o pagamento foi efetuado em quatro parcelas, sendo a primeira no montante de R\$ 117.800 em 30 de julho de 2009 e três parcelas anuais no montante de R\$ 75.453. Em 30 de julho de 2012 a Prefeitura efetuou o pagamento da quarta e última parcela do referido acordo.

Notas Explicativas

9. Outros créditos

CIRCULANTE

	Consolidado	
	2012	2011
Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública - Cosip	35.777	32.155
Alienação de bens e direitos	482	4.061
Financiamento à Cesp	222	317
Cauções e depósitos vinculados (*)	67.531	51.070
Outros	26.809	18.151
Total	130.821	105.754
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - outros créditos - diversos - nota explicativa nº 10	-	(74)
Saldo Líquido de PCLD	130.821	105.680

NÃO CIRCULANTE

Eletropaulo Metropolitana X Companhia Brasileira de Energia - Eletropaulo Telecomunicação Ltda - nota explicativa nº 33.1	15.112	14.184
Programa Reluz - PMSB	-	1.408
Programa Reluz - PMSBC	3.728	3.728
Bens e direitos destinados a alienação - nota explicativa nº 24	26.795	80.439
Financiamento à Cesp	4.536	4.367
Outros	28	147
Total	50.199	104.273

(*) Em 31 de dezembro de 2012, a controlada Eletropaulo ofereceu como garantia para o mercado de curto prazo da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) e para Leilão de Energia parte de seus investimentos no montante de R\$ 67.097, para cumprir exigências de compra de energia elétrica.

10. Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD

As movimentações da provisão para créditos de liquidação duvidosa são como segue:

Rubricas de Origem	Consolidado					
	Saldo em 31.12.2011	Provisões	Reversões	Transferências	Baixa para perdas	Saldo em 31.12.2012
CIRCULANTE						
Consumidores - nota explicativa nº 5	104.921	104.805	(3.720)	-	(114.233)	91.773
Serviços Prestados	3.505	-	(632)	-	(1.319)	1.554
Contas a Receber - acordos - consumidores - nota explicativa nº 8	148.454	132.065	(77.208)	(27.522)	(531)	175.258
Contas a Receber - acordos - prefeituras municipais diversas - nota explicativa nº 8	20.414	758	(20.162)	18.133	-	19.143
Contas a Receber - acordos - Prefeitura Municipal de São Paulo - nota explicativa nº 8	75.453	-	(75.453)	-	-	-
INSS - Auxílio Doença - nota explicativa nº 6	1.963	-	-	-	-	1.963
Outros Créditos - nota explicativa nº 9	74	-	(74)	-	-	-
Total	354.784	237.628	(177.249)	(9.389)	(116.083)	289.691
NÃO CIRCULANTE						
Contas a Receber - acordos - consumidores - nota nº 8	5	-	-	27.522	-	27.527
Contas a Receber - acordos - prefeituras municipais diversas - nota explicativa nº 8	53.948	1.235	-	(18.133)	-	37.050
Contas a Receber - acordos - outros - nota explicativa nº 8	16	-	(16)	-	-	-
Total	53.969	1.235	(16)	9.389	-	64.577
Total Geral	408.753	238.863	(177.265)	-	(116.083)	354.268

Rubricas de Origem	Consolidado					
	Saldo em 31.12.2010	Provisões	Reversões	Transferências	Baixa para perdas	Saldo em 31.12.2011
CIRCULANTE						
Consumidores - nota explicativa nº 5	150.442	100.096	(61.287)	-	(84.330)	104.921
Serviços Prestados	5.929	17.267	(15.283)	-	(4.408)	3.505
Contas a Receber - acordos - consumidores - nota explicativa nº 8	91.168	122.101	(63.828)	93	(1.080)	148.454
Contas a Receber - acordos - prefeituras municipais diversas - nota explicativa nº 8	18.600	99	(17.464)	19.179	-	20.414
Contas a Receber - acordos - Prefeitura Municipal de São Paulo - nota explicativa nº 8	75.453	-	(75.453)	75.453	-	75.453
INSS - Auxílio Doença - nota explicativa nº 6	1.963	-	-	-	-	1.963
Outros Créditos - nota explicativa nº 9	246	-	(172)	-	-	74
Total	343.801	239.563	(233.487)	94.725	(89.818)	354.784
NÃO CIRCULANTE						
Contas a Receber - acordos - consumidores - nota explicativa nº 8	98	-	-	(93)	-	5
Contas a Receber - acordos - prefeituras municipais diversas - nota explicativa nº 8	68.193	4.934	-	(19.179)	-	53.948
Contas a Receber - acordos - Prefeitura Municipal de São Paulo - nota explicativa nº 8	75.453	-	-	(75.453)	-	-
Contas a Receber - acordos - outros - nota explicativa nº 8	645	-	(629)	-	-	16
Total	144.389	4.934	(629)	(94.725)	-	53.969
Total Geral	488.190	244.497	(234.116)	-	(89.818)	408.753

Notas Explicativas

A seguir é apresentada a composição dos resultados de provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	2012	2011
Provisão	(238.863)	(244.497)
Reversão	177.265	234.116
Receita com recuperação de perdas (*)	22.135	19.744
Outras	300	2.000
(Despesa)/Receita com PCLD no resultado do exercício	(39.163)	11.363

(*) Referem-se a recebimentos de valores de contas a receber já baixados como perda.

11. Contratos de concessão público - privado

	Consolidado	
	2012	2011
<u>Ativo financeiro</u>		
Ativo financeiro da concessão	1.181.937	1.041.813
<u>Intangível</u>		
Ativo intangível concessão - nota explicativa nº 14	5.757.202	5.873.314
Total contratos de concessão público - privado	6.939.139	6.915.127

O ICPC 01 (IFRIC 12) (Contratos de concessão) estabelece as diretrizes para a contabilização dos contratos de concessão pelos operadores (concessionárias). De acordo com o ICPC 01 (IFRIC 12), a controlada Eletropaulo tem o direito a utilizar a infraestrutura da concessão para prestar os serviços de distribuição de energia elétrica. Esse direito está representado pelo ativo financeiro de concessão e ativo intangível.

	Ativo financeiro de concessão	Atualização do ativo financeiro de concessão	Total do ativo financeiro de concessão
Saldo em 31 de dezembro de 2011	931.359	110.454	1.041.813
Adições provenientes do ativo intangível em curso	140.016	-	140.016
Baixas	(8.326)	-	(8.326)
Atualização monetária (*)	-	(125.573)	(125.573)
Transferência proveniente do intangível de concessão - nota explicativa nº 14	134.007	-	134.007
Saldo em 31 de dezembro de 2012	1.197.056	(15.119)	1.181.937

(*) A controlada Eletropaulo com base no laudo de avaliação referente ao 3º Ciclo de Revisão Tarifária, registrou redução do ativo financeiro de concessão. O montante referente ao ajuste do laudo de avaliação foi parcialmente compensado pelo registro da variação do IGP-M para os meses posteriores à revisão tarifária. Conforme mencionado na nota explicativa no 3.3, com a introdução da Medida Provisória 579, a controlada Eletropaulo mudou prospectivamente sua política contábil e reciclou para o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, todo o ajuste acumulado da valorização anteriormente registrado no patrimônio líquido.

Notas Explicativas

Características do contrato de concessão da controlada Eletropaulo

Em 15 de junho de 1998, a controlada Eletropaulo e a Agência Nacional de Energia - ANEEL assinaram o Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998, o qual estabelece as condições para a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica, com tecnologia adequada e métodos que garantam a prestação do serviço, na sua área de concessão determinada pela Resolução ANEEL nº 72, de 25 de março de 1998. O prazo de duração do contrato de concessão é de 30 anos, a partir da data de sua assinatura. O prazo da concessão poderá ser prorrogado por igual período, sendo que a controlada Eletropaulo deverá efetuar o requerimento até 36 meses antes do término da concessão e a ANEEL deve manifestar-se até o 18º mês anterior ao término da concessão. A eventual prorrogação estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no Contrato de Concessão, a critério da ANEEL. A concessão da controlada Eletropaulo não é onerosa, portanto, não há compromissos fixos e pagamentos a serem efetuados ao Poder Concedente.

Ao término do prazo de vigência do contrato de concessão, os bens e instalações vinculados à distribuição de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, apurada por auditoria do próprio órgão regulador.

Considerando que as condições estabelecidas pelo ICPC 01 Contratos de Concessão foram integralmente atendidas, a Administração da controlada Eletropaulo concluiu que seu contrato de concessão está dentro do escopo do ICPC 01 e, portanto, os bens vinculados à concessão estão bifurcados em ativo financeiro de concessão e ativo intangível.

O reajuste tarifário da controlada Eletropaulo ocorre no dia 4 de julho de cada ano e a revisão tarifária periódica, ocorre a cada 4 anos.

Medida Provisória nº 579 e Decreto nº 7.805

Com objetivo de estimular a economia do país, em 11 de setembro de 2012, o Governo Federal anunciou cortes nos custos de energia para consumidores residenciais e industriais através da Medida Provisória nº 579 ("MP 579"). O tema foi regulamentado e detalhado através do Decreto nº 7.805 de 2012, da Lei 12.783/13 (conversão da MP 579 em Lei), Medida Provisória 605/13 e do Decreto 7.891/13.

O programa, conforme noticiado pelo Governo, visa reduzir as tarifas no país em 20%, em média (mesma redução média estimada para a controlada Eletropaulo) e baseia-se em três pontos principais:

- (i) redução dos encargos setoriais, que contribuiria para a redução das tarifas finais;

Notas Explicativas

(ii) definição de novas condições para a renovação de contratos de concessão de geração e transmissão, com datas de vencimento entre 2015 e 2017 e;

(iii) retirada de subsídios da estrutura da tarifa, com aporte direto da CDE.

Adicionalmente, para as concessionárias de geração que tiverem suas concessões renovadas, o risco hidrológico passa a ser assumido pelas distribuidoras, proporcionalmente às cotas de energia atribuídas, bem como o pagamento da CFURH (Compensação Financeira pelo Uso dos Recursos Hídricos). Ambos serão repassados ao consumidor via tarifa, nos próximos reajustes tarifários.

É importante ressaltar que a concessão da controlada Eletropaulo expira em 2028 e as novas regras de renovação de concessões de distribuição ainda não foram definidas. Além disso, a redução da tarifa em função da MP 579 trará impactos reduzidos para a controlada Eletropaulo, tendo em vista que as alterações afetarão o custo de compra de energia, transmissão e encargos setoriais que possuem mecanismos de repasse tarifário ao consumidor.

Bens vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição e venda de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo estes serem retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Poder Concedente.

Notas Explicativas

12. Investimentos

Os investimentos da Companhia estão compostos como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Imóveis destinados a uso futuro	-	-	5.438	5.438
Participações societárias permanentes:				
Valor patrimonial	1.102.392	1.236.712	-	-
Outros	-	-	4.062	4.062
Total	1.102.392	1.236.712	9.500	9.500

Controlada	
AES Eletropaulo	
Quantidade total de ações do capital social	167.343.887
Quantidade de participação:	
• Ordinárias	51.825.798
Capital social - 31.12.2011	1.057.629
Capital social - 31.12.2012	1.157.629
Percentual de participação - 31.12.2011	30,97%
Percentual de participação - 31.12.2012	30,97%
Percentual de participação em ações ordinárias- 31.12.2011	77,81%
Percentual de participação em ações ordinárias- 31.12.2012	77,81%
Mutação do patrimônio líquido da investida:	
Patrimônio líquido em 31.12.2011	4.009.711
Resultado do exercício	107.946
Juros sobre capital próprio	(54.318)
Dividendos e juros sobre o capital próprio prescritos	5.114
Dividendos complementares excedentes ao mínimo obrigatório	(419.016)
Dividendos complementares ao mínimo obrigatório	(538)
Atualização do ativo financeiro de concessão (líquido de impostos)	(72.900)
Remuneração com base em ações	845
Patrimônio líquido em 31.12.2012	3.576.844
Movimentação do investimento:	
Investimento avaliado pela equivalência - 31.12.2011	1.236.712
Resultado de equivalência patrimonial	33.431
Ganho/perda de investimento registrado no resultado	(11.862)
Reversão de dividendos prescritos de controladas	1.583
Dividendos e juros sobre o capital próprio	(134.895)
Atualização do ativo financeiro de concessão	(22.577)
Investimento avaliado pela equivalência - 31.12.2012	1.102.392

A reserva de opções outorgadas que, em 31 de dezembro de 2012 montava a R\$ 17.297, poderá ser utilizada para aumento de capital em favor da The AES Corporation. Desta forma, o referido montante não afeta o cálculo do investimento com a controlada Eletropaulo.

Em 28 de dezembro de 2012 foi aprovado, em Assembleia Extraordinária, o aumento de capital social da controlada Eletropaulo em R\$ 100.000, sem emissão de ações, mediante a capitalização parcial da reserva estatutária, resultando em um capital social subscrito e integralizado no montante de R\$ 1.157.629 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 1.057.629 em 31 de dezembro de 2011). Este capital corresponde à 66.604.817 ações ordinárias e 100.739.070 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Notas Explicativas**13. Imobilizado - arrendamento mercantil financeiro**

No grupo do ativo imobilizado são apresentados os bens que não estão no escopo do ICPC 01, sendo eles:

Descrição	Controladora		Taxa média anual de depreciação	Consolidado	
	2012	2011		2012	2011
Em serviço					
Custo histórico					
Terrenos	95	95		95	95
Arrendamento financeiro	-	-		21.149	26.075
Total custo histórico	95	95		21.244	26.170
Depreciação e amortização					
Arrendamento financeiro	-	-	23,45%	(15.040)	(16.611)
Total do imobilizado	95	95		6.204	9.559

Os bens do ativo imobilizado classificados como arrendamento mercantil financeiro referem-se basicamente a veículos e equipamentos de informática.

14. Intangível

A composição do saldo de ativos intangíveis da controlada Eletropaulo é como segue:

Descrição	Controlada Eletropaulo	
	2012	2011
Ativo intangível de concessão		
Ativo intangível	6.995.342	6.953.239
Amortização acumulada	(1.238.140)	(1.079.925)
Total do ativo intangível de concessão - nota explicativa nº 11	5.757.202	5.873.314

O saldo do intangível refere-se substancialmente ao direito de uso da infraestrutura da concessão, que é reconhecido na medida em que a controlada Eletropaulo tem o direito (autorização) de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos.

A movimentação do ativo intangível é como segue:

	Em curso		Em serviço		Ativo intangível	Amortização acumulada	Total do ativo intangível de concessão	Outros Intangíveis (**)	Total do Intangível
	Intangível	(-) Obrigações especiais	Intangível	(-) Obrigações especiais					
Saldo em 31 de dezembro de 2010	333.382	(17.509)	6.785.114	(625.685)	6.475.302	(622.299)	5.853.003	791.249	6.644.252
Adições	770.603	(92.497)	9.256	-	687.362	(529.494)	157.868	-	157.868
Baixas	-	-	(82.153)	-	(82.153)	38.891	(43.262)	-	(43.262)
Amortização de obrigações especiais	-	-	-	-	-	32.977	32.977	(45.947)	(12.970)
Transferência	(456.022)	41.864	305.042	(18.156)	(127.272)	-	(127.272)	-	(127.272)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	647.963	(68.142)	7.017.259	(643.841)	6.953.239	(1.079.925)	5.873.314	745.302	6.618.616
Adições	863.488	(184.333)	8.379	-	687.534	(480.945)	206.589	-	206.589
Baixas	-	-	(307.602)	4.463	(303.139)	219.964	(83.175)	-	(83.175)
Amortização de obrigações especiais	-	-	-	-	-	34.497	34.497	(45.946)	(11.449)
Transferência	(589.556)	62.989	425.311	(38.760)	(140.016)	-	(140.016)	-	(140.016)
Transferência para ativo financeiro de concessão (*)	-	-	(202.276)	-	(202.276)	68.269	(134.007)	-	(134.007)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	921.895	(189.486)	6.941.071	(678.138)	6.995.342	(1.238.140)	5.757.202	699.356	6.456.558

Notas Explicativas

(*) A alteração das taxas anuais de depreciação estabelecida pela Resolução Normativa nº 474 alterou o valor do ativo financeiro da concessão. Essa alteração reduziu a taxa média de depreciação dos ativos de 4,12% para 3,78% e consequentemente aumentou o valor estimado da parcela dos investimentos que não serão amortizados até o término do prazo da concessão. A controlada Eletropaulo registrou o impacto do aumento do ativo financeiro de concessão no montante de R\$ 134.007, em contrapartida à rubrica de ativos intangíveis de concessão.

(**) A Companhia possui ativo intangível de concessão, decorrente da aquisição de participação na Eletropaulo que, anteriormente à adoção das normas internacionais de contabilidade, estava classificado como ágio. A sua amortização é reconhecida linearmente pelo prazo de vigência da concessão.

A ANEEL, em 7 de fevereiro de 2012, aprovou a Resolução Normativa nº 474, que alterou as taxas anuais de depreciação de alguns ativos em serviço em relação à Resolução ANEEL nº 367 (esta última vigente em 31 de dezembro de 2011). As alterações nas taxas são prospectivas e têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2012. Essa alteração reduziu a despesa de depreciação/amortização no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 em aproximadamente R\$ 46.162.

15. Fornecedores

	Consolidado	
	2012	2011
<u>CIRCULANTE</u>		
Itaipu	179.280	166.760
Contratos bilaterais - AES Tietê - nota explicativa nº 33.1	204.847	237.315
Contratos bilaterais - outros	-	9.411
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE	19.445	14.320
Energia livre - Outros	62.265	57.450
Uso de rede básica	116.896	107.470
Encargos do serviço do sistema - ESS/EER	143.657	30.549
Conexão à rede básica	9.856	8.662
Transmissão	10.164	9.539
Uso do sistema de distribuição	1.394	2.278
Operador Nacional do Sistema - ONS	4.011	2.777
Leilão - CCEAR	394.725	253.011
Subtotal	1.146.540	899.542
Materiais e Serviços	235.849	163.562
Total	1.382.389	1.063.104

Notas Explicativas

16. Tributos a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Imposto de renda e contribuição social a pagar				
<u>CIRCULANTE</u>				
Imposto de renda	2.437	-	4.138	1.655
Contribuição social	929	-	1.541	2.743
Total	3.366	-	5.679	4.398
	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Outros tributos a pagar				
<u>CIRCULANTE</u>				
Tributos federais				
Pis	-	352	10.714	12.259
Cofins	-	1.622	49.349	56.466
INSS	6	2	7.741	6.081
IRRF	4	3.138	7.381	12.380
Outros	1	2	2.793	9.398
Subtotal - federais	11	5.116	77.978	96.584
Tributos estaduais				
ICMS	-	-	252.065	357.341
ICMS - Perdas comerciais	-	-	3.631	-
Subtotal - estaduais	-	-	255.696	357.341
Tributos municipais				
ISS	-	-	1.366	1.062
Subtotal - municipais	-	-	1.366	1.062
Total - outros tributos a pagar	11	5.116	335.040	454.987

17. Empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro

17.1. Os saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures não conversíveis e arrendamento financeiro são compostos da seguinte forma:

		2012						
		Circulante				Não circulante		
Vencimento	Taxa efetiva (**)	Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a amortizar	Total
Empréstimos e Financiamentos								
<u>Moeda estrangeira:</u>								
STN - Resolução nº 96/1993	2013	6,00	1	30	-	31	-	-
<u>Moeda nacional:</u>								
RELUZ - Eletrobrás - SBC - a.8	2015	5,00	-	881	-	881	1.321	1.321
BNDES Finance - a.9	2016	8,70	48	891	-	939	3.692	3.692
FINEP (*) - a.10	2020	4,00	35	(760)	(725)	17.344	-	17.344
Cédulas de Crédito Bancário - Bradesco (CCB's) - a.12	2019	CDI+2,00	4.301	30.000	(1.843)	32.458	540.000	572.458
Outros			275	-	275	-	-	-
Total			4.660	31.042	(1.843)	33.859	562.357	(7.679)
<u>Debêntures</u>								
Debêntures - 9ª Emissão - a.1	2018	CDI+2,33	7.387	-	(2.053)	5.334	250.000	(7.441)
Debêntures - 11ª Emissão - a.3	2018	CDI+1,86	2.586	-	(126)	2.460	200.000	(660)
Debêntures - 13ª Emissão - a.5	2020	CDI+1,90	3.949	20.000	(949)	23.000	380.000	(4.468)
Debêntures - 14ª Emissão - a.6	2021	CDI+1,66	4126	-	(374)	3.752	600.000	(4.027)
Debêntures - 15ª Emissão - a.7	2018	CDI+1,40	13.037	-	(775)	12.262	750.000	(3.620)
Total			31.085	20.000	(4.277)	46.808	2.180.000	(20.216)
<u>Arrendamento financeiro</u>								
Arrendamento financeiro - a.13		8,51 a 13,90	-	4.494	-	4.494	2.596	-
Total			-	4.494	-	4.494	2.596	-
Total da dívida			35.745	55.536	(6.120)	85.161	2.744.953	(27.895)

(*) O saldo de FINEP está apresentado líquido das Subvenções Governamentais.

Notas Explicativas

		2011							
Vencimento	Taxa efetiva (**) (%)	Circulante				Não circulante			
		Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a amortizar	Total	
Empréstimos e Financiamentos									
Moeda estrangeira:									
STN - Resolução nº 96/1993	2013	6,00	1	28	-	29	28	-	28
Moeda nacional:									
RELUZ - Eletrobrás - SBC - a.8	2015	5,00	-	754	-	754	1.885	-	1.885
BNDES - Finame - a.9	2016	8,70	30	-	-	30	4.029	-	4.029
Cédulas de Crédito Bancário - Citibank (CCB's) - a.11	2015	CDI+2,51	3.173	50.000	(980)	52.193	150.000	(1.407)	148.593
Cédulas de Crédito Bancário - Bradesco (CCB's) - a.12	2019	CDI+2,00	7.395	30.000	(1.804)	35.591	570.000	(9.523)	560.477
Outros			275	-	-	275	-	-	-
Total			10.874	80.782	(2.784)	88.872	725.942	(10.930)	715.012
Debêntures									
Debêntures - 9ª Emissão - a.1	2018	CDI+2,42	11.678	-	(837)	10.841	250.000	(4.801)	245.199
Debêntures - 10ª Emissão - a.2	2013	CDI+2,07	13.956	199.980	(2.243)	211.693	199.980	(1.076)	198.904
Debêntures - 11ª Emissão - a.3	2018	CDI+1,86	4.131	-	(112)	4.019	200.000	(786)	199.214
Debêntures - 12ª Emissão - a.4	2014	CDI+1,50	11.927	-	(780)	11.147	400.000	(1.162)	398.838
Debêntures - 13ª Emissão - a.5	2020	CDI+1,90	6.508	-	(899)	5.609	400.000	(5.416)	394.584
Total			48.200	199.980	(4.871)	243.309	1.449.980	(13.241)	1.436.739
Arrendamento financeiro									
Arrendamento financeiro - a.13	10,11 a 13,90		-	7.977	-	7.977	4.076	-	4.076
Total			-	7.977	-	7.977	4.076	-	4.076
Total da dívida			59.074	288.739	(7.655)	340.158	2.179.998	(24.171)	2.155.827

(**) A taxa efetiva de juros difere da taxa contratual, pois são considerados os custos de transação incorridos na emissão da dívida.

Todos os recursos obtidos com os financiamentos contratados foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, todos respeitaram os limites de utilização contratualmente previstos.

Não há valores pendentes de utilização advindos de financiamentos já contratados.

Os empréstimos e financiamentos STN - Resolução nº 96/1993 e (ii) RELUZ – Eletrobrás, possuem como garantia a receita da controlada Eletropaulo, que é passível de bloqueio em conta bancária, a qual poderá ser sacada mediante outorga de procuração para os representantes dos credores. FINAME E FINEP possuem como garantia, cartas fiança contratadas pela controlada Eletropaulo, conforme detalhado abaixo:

Controlada Eletropaulo			
Quantidade	Valor	Taxa a.a.	
FINAME	1	4.584	1,10%
FINEP	2	20.493	0,70 e 1,00%

Os demais empréstimos e financiamentos da controlada Eletropaulo não possuem garantia.

Os custos de transação incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado do exercício pelo prazo da dívida que os originaram, por meio do método do custo amortizado. A utilização do método do custo amortizado resulta no cálculo e apropriação de encargos financeiros com base na taxa efetiva de juros em vez da taxa de juros contratual do instrumento.

Notas Explicativas

17.2 As principais características dos contratos de empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro estão descritas a seguir:

- a.1) Debêntures - 9ª Emissão - R\$ 250.000 em debêntures, ocorrida em 20 de dezembro de 2005, no mercado local, com vencimento final em agosto de 2018.

	Taxa contratual	Pagamentos Juros	Amortização	Vencimento
			R\$ 75.000	Agosto de 2015
9ª Emissão	CDI + 1,12%	Semestrais	Annual	R\$ 75.000
				Agosto de 2016
				R\$ 25.000
				Agosto de 2017
				R\$ 75.000
				Agosto de 2018

As emissões de debêntures não são conversíveis em ações, de espécie quirografária, não sendo cobertas por garantia obedecendo à legislação vigente. Estas debêntures não possuem cláusulas de repactuação.

Os recursos obtidos por meio da 9ª Emissão de Debêntures e da Cédula de Crédito Bancário Sindicalizada foram destinados integralmente ao pré-pagamento de dívidas renegociadas entre a controlada Eletropaulo e bancos credores em 2004.

Em 12 de setembro de 2012, a controlada Eletropaulo assinou o quarto aditivo contratual, renegociando a taxa de juros incidente sobre esta dívida (taxa contratual) a qual reduziu de 1,75% para 1,12% ao ano. A controlada Eletropaulo efetuou análises desta nova dívida conforme requerido pelo CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e concluiu que não houve alteração substancial em seus termos e, desta forma, concluiu que houve modificação do passivo financeiro existente. Os custos adicionais incorridos foram diferidos e serão amortizados durante o termo restante do passivo modificado.

- a.2) Debêntures - 10ª Emissão - R\$ 600.000 em debêntures, ocorrida em 15 de setembro de 2007, no mercado local, com vencimento final em setembro de 2013.

As emissões de debêntures não são conversíveis em ações, de espécie quirografária, não sendo cobertas por garantia obedecendo à legislação vigente. Estas debêntures não possuem cláusulas de repactuação.

Os recursos obtidos com a 10ª Emissão de Debêntures foram utilizados para o pagamento antecipado da 8ª Emissão Debêntures.

Em 29 de outubro de 2012, a controlada Eletropaulo realizou o resgate antecipado do saldo da 10ª Emissão de Debêntures, no valor de R\$ 199.980. As Debêntures foram resgatadas, cada uma, pelo saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da remuneração, calculada pro rata temporis desde a data do último pagamento da remuneração até a data do

Notas Explicativas

efetivo resgate, e de prêmio, calculado sobre o saldo do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração mencionada no item acima, equivalente a 0,5%, o que corresponde a R\$ 1.009. Os recursos para pagamento do resgate total foram provenientes da 15ª Emissão de Debêntures.

- a.3) Debêntures - 11ª Emissão - R\$ 200.000 em debêntures, ocorrida em 23 de outubro de 2007, com data de emissão em 1º de novembro de 2007, no mercado local, com vencimento final em novembro de 2018.

	Taxa contratual	Pagamentos Juros	Amortização	Vencimento
11ª Emissão	CDI + 1,75%	Semestrais	Anual	Novembro de 2016
			R\$ 100.000	Novembro de 2018

As emissões de debêntures não são conversíveis em ações, de espécie quirografária, não sendo cobertas por garantia obedecendo à legislação vigente. Estas debêntures não possuem cláusulas de repactuação.

Os recursos obtidos com a 11ª Emissão de Debêntures, foram utilizados na realização de investimentos no sistema de distribuição da controlada Eletropaulo, no curso regular de seus negócios.

- a.4) Debêntures - 12ª Emissão - R\$ 400.000 em debêntures, ocorrida em 1º de abril de 2010, no mercado local, com vencimento final em abril de 2014.

As emissões de debêntures não são conversíveis em ações, de espécie subordinadas, não sendo cobertas por garantia obedecendo à legislação vigente. Estas debêntures não possuem cláusulas de repactuação.

Os recursos captados com a 12ª Emissão de Debêntures foram utilizados para o pagamento dos *Bonds* denominados em reais, emitidos pela controlada Eletropaulo em junho de 2005 e vencidos em junho de 2010.

Em 06 de novembro de 2012, a controlada Eletropaulo realizou o resgate antecipado do da 12ª Emissão de Debêntures, no valor de R\$ 400.000. As Debêntures foram resgatadas, cada uma, pelo saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da remuneração, calculada pro rata temporis desde a data do último pagamento da remuneração até a data do efetivo resgate, e de prêmio, calculado sobre o saldo do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração mencionada no item acima, equivalente a 0,25%, o que corresponde a R\$ 1.408. Os recursos para pagamento do resgate total foram provenientes da 15ª Emissão de Debêntures.

- a.5) Debêntures - 13ª Emissão - R\$ 400.000 em debêntures, ocorrida em 14 de maio de 2010, no mercado local, com vencimento final em maio de 2020.

Notas Explicativas

	<u>Taxa contratual</u>	<u>Pagamentos Juros</u>	<u>Amortização</u>	<u>Vencimento</u>
			R\$ 20.000	Maio de 2013
			R\$ 20.000	Maio de 2014
			R\$ 40.000	Maio de 2015
13ª Emissão	CDI + 1,50%	Semestrais	Anual R\$ 40.000	Maio de 2016
			R\$ 80.000	Maio de 2017
			R\$ 80.000	Maio de 2018
			R\$ 80.000	Maio de 2019
			R\$ 40.000	Maio de 2020

As emissões de debêntures não são conversíveis em ações, de espécie subordinadas, não sendo cobertas por garantia obedecendo à legislação vigente. Estas debêntures não possuem cláusulas de repactuação.

Os recursos captados com a 13ª Emissão de Debêntures foram utilizados para o pagamento dos *Bonds* denominados em reais, emitidos pela controlada Eletropaulo em junho de 2005 e vencidos em junho de 2010, e para financiamento de parte dos investimentos de 2010.

- a.6) Debêntures - 14ª Emissão - R\$ 600.000 em debêntures, ocorrida em 28 de novembro de 2011, no mercado local, com vencimento final em novembro de 2021.

	<u>Taxa contratual</u>	<u>Pagamentos Juros</u>	<u>Amortização</u>	<u>Vencimento</u>
			R\$ 60.000	Novembro de 2018
14ª Emissão	CDI + 1,50%	Semestrais	Anual R\$ 180.000	Novembro de 2019
			R\$ 180.000	Novembro de 2020
			R\$ 180.000	Novembro de 2021

As emissões de debêntures não são conversíveis em ações, de espécie quirografária, não sendo cobertas por garantia obedecendo à legislação vigente. Estas debêntures não possuem cláusulas de repactuação.

Os recursos captados com a 14ª Emissão de Debêntures foram utilizados para recomposição do caixa em virtude das amortizações de dívida referentes a 2011 e 2012.

- a.7) Debêntures - 15ª Emissão - R\$ 750.000 em debêntures, ocorrida em 09 de outubro de 2012, no mercado local, com vencimento em outubro de 2018.

	<u>Taxa contratual</u>	<u>Pagamentos Juros</u>	<u>Amortização</u>	<u>Vencimento</u>
			R\$ 250.000	Outubro de 2016
15ª Emissão	CDI + 1,24%	Semestrais	Anual R\$ 250.000	Outubro de 2017
			R\$ 250.000	Outubro de 2018

As emissões de debêntures não são conversíveis em ações, de espécie quirografária, não sendo cobertas por garantia obedecendo à legislação vigente. Estas debêntures não possuem cláusulas de repactuação.

Os recursos obtidos com a 15ª Emissão de Debêntures foram utilizados para o pagamento antecipado da 10ª Emissão Debêntures, 12ª Emissão de

Notas Explicativas

Debêntures e Cédulas de Crédito Bancário (CCB's), lideradas pelo Banco Citibank S.A. Diante disso, a controlada Eletropaulo efetuou análises desta nova dívida conforme requerido pelo CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e concluiu que houve alteração substancial em seus termos, caracterizando a extinção dos passivos financeiros existentes, os quais foram liquidados com a 15ª emissão de Debêntures. Desta forma, os saldos dos custos a amortizar das referidas dívidas liquidadas, foram reconhecidas no resultado do exercício.

Os custos referentes à 15ª Emissão foram diferidos e estão sendo amortizados pelo prazo da dívida.

- a.8) RELUZ - Eletrobrás - financiamento caracterizado pelo Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente - RELUZ, instituído pelo Governo Federal e coordenado pelos Ministérios de Minas e Energia e da Justiça, por intermédio da Eletrobrás. O RELUZ tem o objetivo de promover o desenvolvimento de sistemas eficientes de Iluminação Pública, bem como a valorização dos espaços públicos urbanos, melhorando a segurança da população.

O Programa é viabilizado através de contratos de financiamento firmados entre a controlada Eletropaulo e a Eletrobrás e entre a controlada e os Municípios. A Eletrobrás financia a concessionária até o limite de 75% do valor do Projeto.

Em 11 de março de 2008, a Eletrobrás concedeu crédito à controlada Eletropaulo, para financiamento de projeto de melhoria do sistema de iluminação pública do Município de São Bernardo do Campo - SBC, no valor de R\$ 5.352.

	<u>Taxa contratual</u>	<u>Pagamentos Juros</u>	<u>Amortização</u>	<u>Vencimento</u>
RELUZ - SBC	5%	Mensal	Mensal	Junho de 2015

A Eletrobrás, no âmbito do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – RELUZ, concedeu à controlada Eletropaulo, crédito nos valores e datas demonstrados nas tabelas abaixo:

	<u>Contrato</u>	<u>Liberações</u>
26/05/2009	CFC - 2666	535
01/06/2010	CFC - 2666	2.600
25/06/2010	CFC - 2666	594
15/12/2011	CFC - 2666	455
	Total dívida	<u>4.184</u>

- a.9) BNDES - Finame - Banco Itaú - em maio de 2011, a controlada Eletropaulo obteve junto ao Banco Itaú um financiamento no montante de R\$ 4.583 para a compra de medidores, com carência de 24 meses para pagamento de principal.

Notas Explicativas

	<u>Taxa contratual</u>	<u>Pagamentos Juros</u>	<u>Amortização</u>	<u>Vencimento</u>
FINAME	8,7%	Trimestral até maio de 2013. A partir desta data mensal	Mensal (a partir de junho de 2013)	Maio de 2016

- a.10) Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP - em 8 de fevereiro de 2012 a controlada Eletropaulo obteve junto a FINEP recursos no montante de R\$ 37.096 para o financiamento de projetos de inovação. O montante total aprovado é liberado de acordo com cronograma de realizações previsto em contrato. O total liberado até 31 de dezembro de 2012 foi de R\$ 19.881.

	<u>Taxa contratual</u>	<u>Pagamentos Juros</u>	<u>Amortização</u>	<u>Vencimento</u>
FINEP	4,0%	Mensal	Mensal (a partir de fevereiro de 2014)	Maio de 2020

Esse contrato de financiamento obtido junto à instituição FINEP possui como principal característica as taxas de juros contratuais inferiores com relação às taxas de mercado e está relacionado diretamente ao financiamento de projetos de inovação. Desse modo, o subsídio concedido nas taxas de juros desse financiamento é qualificado como uma subvenção governamental (vide nota explicativa nº 18).

- a.11) Cédulas de Crédito Bancário (CCB's) - empréstimo sindicalizado no Brasil formalizado por cédulas de crédito bancário, com várias instituições financeiras lideradas pelo Banco Citibank S.A., ocorrido em 12 de maio de 2006, no montante principal de R\$ 300.000, com vencimento final em maio de 2015.

Em 12 de novembro de 2012, a controlada Eletropaulo realizou o pagamento antecipado total do saldo das Cédulas de Crédito Bancário (CCB's) liderados pelo Banco Citibank. As Cédulas de Crédito Bancário (CCB's) foram pagas, pelo saldo, acrescido da remuneração, calculada pro rata temporis desde a data do último pagamento da remuneração até a data da efetiva liquidação. Os recursos para pagamento total foram provenientes da 15ª Emissão de Debêntures.

- a.12) Cédulas de Crédito Bancário (CCB's) - empréstimo formalizado por cédulas de crédito bancário, com várias instituições financeiras lideradas pelo Banco Bradesco S.A., ocorrido em 25 de novembro de 2009, no montante principal de R\$ 600.000.

Notas Explicativas

	Taxa contratual	Pagamentos Juros	Amortização	Vencimento
Bradesco (CCB's)	CDI + 1,50%	Semestrais	Anual	R\$ 30.000
				Novembro de 2012
				R\$ 30.000
				Novembro de 2013
				R\$ 60.000
				Novembro de 2014
				R\$ 60.000
				Novembro de 2015
				R\$ 120.000
				Novembro de 2016
				R\$ 120.000
				Novembro de 2017
				R\$ 120.000
				Novembro de 2018
				R\$ 60.000
				Novembro de 2019

Com relação às Cédulas de Crédito Bancário emitidas pelo Banco Bradesco, os recursos foram utilizados pela controlada Eletropaulo para liquidação de valores que eram devidos à Receita Federal e que foram renegociados com a adesão ao Programa REFIS da Receita Federal em novembro de 2009.

- a.13) Arrendamento financeiro - Os contratos de arrendamentos mercantis financeiros referem-se a arrendamentos de equipamentos de informática e veículos e não contêm cláusulas sobre pagamentos contingentes, renovação, opção de compra ou que imponham restrições sobre pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio ou de limites em indicadores financeiros.

O saldo de arrendamento mercantil financeiro, em 31 de dezembro de 2012, registrado pela controlada Eletropaulo era de R\$ 7.090 (R\$ 12.053 em 31 de dezembro de 2011) no passivo, e R\$ 6.109 (R\$ 9.464 em 31 de dezembro de 2011) no ativo.

A garantia do arrendamento financeiro é o valor residual dos ativos, no montante de R\$ 6.109 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 9.464 em 31 de dezembro de 2011).

17.3 Os valores relativos ao principal e custos a amortizar apresentam a seguinte composição de moeda e indexadores:

	2012			2011		
	US\$	R\$	%	US\$	R\$	%
Moeda Estrangeira						
Taxa Fixa	15	30	100,00	30	56	100,00
Total	15	30	100,00	30	56	100,00
Moeda Nacional						
CDI	-	2.735.985	98,90	-	2.418.134	99,23
Taxa fixa	-	30.459	1,10	-	18.721	0,77
Total	-	2.766.444	100,00	-	2.436.855	100,00

Notas Explicativas

17.4 Em 31 de dezembro de 2012, as parcelas relativas ao principal dos empréstimos, financiamentos e debêntures, e o custo de transação a amortizar, atualmente classificados no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos:

	Moeda nacional			
	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Arrendamento financeiro	Custo a amortizar
2014	64.675	20.000	1.518	(6.514)
2015	64.616	115.000	739	(6.479)
2016	123.400	465.000	339	(5.731)
2017	122.893	355.000	-	(4.244)
2018	123.035	565.000	-	(2.943)
2019	63.190	260.000	-	(1.234)
2020	548	220.000	-	(523)
após 2020	-	180.000	-	(227)
	562.357	2.180.000	2.596	(27.895)

17.5 As principais moedas e indexadores utilizados para atualização dos empréstimos, financiamentos e debêntures tiveram as seguintes variações:

	2012	2011	2012	2011
	R\$	R\$	%	%
US\$ (Ptax)	2,0435	1,8758	8,94	12,58
CDI (*)	-	-	6,90	10,87

(*) Índice do último dia do exercício

17.6 A movimentação dos empréstimos e financiamentos, debêntures, e encargos de dívidas é como segue:

Moeda Nacional e Estrangeira Instituições Financeiras / Credores	Saldo inicial 31.12.2011	Ingressos	Provisão	Variação	Pagamentos	Custo de empréstimos	Subvenções governamentais (*)	Saldo final 31.12.2012
STN - Resolução nº. 96/93	57	-	3	3	(32)	-	-	31
BNDES Finape	4.059	554	393	-	(375)	-	-	4.631
FINEP	-	20.082	343	-	(308)	-	(3.498)	16.619
RELUZ - Eletrobrás - SBC	2.639	455	175	-	(1.067)	-	-	2.202
Cédulas de Crédito Bancário - Citibank (CCB's)	200.786	-	14.593	-	(217.766)	2.387	-	-
Cédulas de Crédito Bancário - Bradesco (CCB's)	596.068	-	58.166	-	(91.259)	1.804	-	564.779
Arrendamento Mercantil	12.053	1.402	1.073	-	(7.438)	-	-	7.090
Outros	275	-	3.304	-	(3.304)	-	-	275
Total	815.937	22.493	78.050	3	(321.549)	4.191	(3.498)	595.627
Debêntures - 9ª Emissão	256.040	-	24.563	-	(33.901)	1.191	-	247.893
Debêntures - 10ª Emissão	410.597	-	30.605	-	(444.522)	3.320	-	-
Debêntures - 11ª Emissão	203.233	-	19.989	-	(21.535)	113	-	201.800
Debêntures - 12ª Emissão	409.985	-	34.696	-	(446.624)	1.943	-	-
Debêntures - 13ª Emissão	400.193	-	38.945	-	(41.503)	897	-	398.532
Debêntures - 14ª Emissão	-	600.000	57.202	-	(57.803)	326	-	599.725
Debêntures - 15ª Emissão	-	750.000	10.616	-	(2.139)	165	-	758.642
Total	1.680.048	1.350.000	216.616	-	(1.048.027)	7.955	-	2.206.592
Total Geral	2.495.985	1.372.493	294.666	3	(1.369.576)	12.146	(3.498)	2.802.219

(*) Movimentação conforme nota explicativa nº 18.

Notas Explicativas

Moeda Nacional e Estrangeira Instituições Financeiras / Credores	Saldo inicial 31.12.2010	Ingressos	Provisão	Varição	Pagamentos	Custo de empréstimos	Saldo final 31.12.2011
STN - Resolução nº. 96/93	75	-	5	6	(29)	-	57
BNDES Finance	-	4.029	96	-	(66)	-	4.059
RELUZ - Eletrobrás - SBC	3.393	-	151	-	(905)	-	2.639
Cédulas de Crédito Bancário - Citibank (CCB's)	250.397	-	27.323	-	(78.106)	1.172	200.786
Cédulas de Crédito Bancário - Bradesco (CCB's)	594.542	-	77.107	-	(77.216)	1.635	596.068
Arrendamento financeiro	15.404	1.117	3.422	-	(7.890)	-	12.053
Outros	275	-	3.304	-	(3.304)	-	275
Total	864.086	5.146	111.408	6	(167.516)	2.807	815.937
Debêntures - 9ª Emissão	254.678	-	33.112	-	(32.478)	728	256.040
Debêntures - 10ª Emissão	613.430	-	67.362	-	(273.420)	3.225	410.597
Debêntures - 11ª Emissão	203.087	-	26.356	-	(26.308)	98	203.233
Debêntures - 12ª Emissão	408.867	-	50.345	-	(49.934)	707	409.985
Debêntures - 13ª Emissão	399.190	-	51.391	-	(51.193)	805	400.193
Total	1.879.252	-	228.566	-	(433.333)	5.563	1.680.048
	2.743.338	5.146	339.974	6	(600.849)	8.370	2.495.985

17.7 Compromissos financeiros – “Covenants”

Como forma de monitoramento da situação financeira da controlada Eletropaulo pelos credores envolvidos em contratos financeiros são utilizados *covenants* financeiros em alguns contratos de dívida.

A Administração da controlada Eletropaulo mantém o acompanhamento dos seguintes índices financeiros:

- (i) Capacidade de endividamento: mede o nível de endividamento líquido em relação ao EBITDA ajustado^(*) dos últimos 12 meses. Conforme definido no contrato com os bancos, este índice deve ser inferior a 3,5 vezes.
- (ii) Capacidade de pagamento de juros: mede o EBITDA ajustado^(*) sobre despesa financeira caixa dos últimos 12 meses. Conforme definido no contrato com os bancos este índice deve ser superior a 1,75 vezes.

Em 31 de dezembro de 2012, estes índices eram de:

- (i) Dívida líquida/EBITDA ajustado = 4,9 vezes
- (ii) EBITDA ajustado/despesa financeira = 2,04 vezes

Conforme descrito nos contratos de dívida, o não cumprimento dos índices acima, por dois trimestres consecutivos, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida. Sendo assim, em 31 de dezembro de 2012, a controlada Eletropaulo não estava em descumprimento dos termos dos *covenants*.

A controlada Eletropaulo também acompanha outros *covenants* qualitativos, os quais em 31 de dezembro de 2012 foram atendidos.

- (*) EBITDA ajustado – corresponde ao resultado do serviço da controlada Eletropaulo conforme demonstrativo de resultado, excluindo todos os montantes de depreciação e amortização e despesas com a Fundação CESP. Adicionalmente, é ajustado com o impacto dos ativos e passivos regulatórios (positivos e negativos no resultado), conforme as regras regulatórias

Notas Explicativas

determinadas pela ANEEL, desde que não tenham sido incluídos no resultado do serviço mencionado anteriormente.

18. Subvenções governamentais

Conforme mencionado na nota explicativa nº 17, a controlada Eletropaulo possui atualmente uma linha de empréstimos e financiamentos caracterizados como subvenções governamentais, o FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos. A realização dessa subvenção governamental ocorrerá no mesmo período da realização dos projetos e dos ativos adquiridos com estes recursos.

Essas subvenções governamentais foram recebidas para o financiamento de projetos de inovação através do “FINEP”. Não existem condições ou contingências não cumpridas pela controlada Eletropaulo atreladas a essas subvenções.

A movimentação das subvenções governamentais em 31 de dezembro de 2012 é como segue:

	Saldo inicial 31.12.2011	Recebidas durante o período	Baixadas no resultado	Saldo final 31.12.2012
FINEP	-	3.827	(329)	3.498
Total	-	3.827	(329)	3.498
Circulante				760
Não circulante				2.738
Total				3.498

Em 31 de dezembro de 2012, as parcelas relativas às subvenções governamentais, atualmente classificadas no passivo não circulante, terão os seguintes prazos de realização:

	Subvenção governamental
2014	760
2015	653
2016	538
2017	408
2018	266
2019 a 2020	113
	2.738

Notas Explicativas

19. Obrigações com entidade de previdência privada

A controlada Eletropaulo patrocina planos de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários. A Fundação CESP é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela controlada Eletropaulo.

A controlada Eletropaulo, por meio de negociações com os sindicatos representativos da categoria, reformulou o plano em 1997, tendo como característica principal o modelo misto, composto de 70% do salário real de contribuição como benefício definido e 30% do salário real de contribuição como contribuição definida. Essa reformulação teve como objetivo equacionar o déficit técnico atuarial e diminuir o risco de futuros déficits.

O custeio do plano para as parcelas de benefício definido é paritário entre a controlada Eletropaulo e os empregados, sendo as taxas reavaliadas anualmente por atuário independente. O custeio da parcela de contribuição definida é baseado em percentual escolhido livremente pelo participante (de 1% a 100% sobre 30% do salário real de contribuição), com contrapartida da controlada Eletropaulo até o limite de 5% sobre a base de 30% de sua remuneração de contribuição.

O Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS é garantido aos empregados participantes do plano de suplementação que aderiram anteriormente ao novo modelo implementado no momento da privatização da controlada Eletropaulo, e vierem a se desligar, mesmo sem estarem aposentados. Esse benefício assegura o valor proporcional da suplementação relativo ao período do serviço anterior à data da reformulação do novo plano de suplementação. O benefício será pago a partir da data em que o participante completar as carências mínimas previstas no regulamento do novo plano.

Os custos de patrocínio dos planos de pensão e eventuais déficits / (superávits) dos planos são contabilizados em atendimento à Deliberação CVM nº 600/2009.

As contribuições, os custos e o passivo atuarial são determinados anualmente, com base em avaliações realizadas por atuários independentes, sendo as últimas efetuadas em 31 de dezembro de 2012.

A avaliação atuarial dos planos adotou o método da unidade de crédito projetado. O ativo líquido do plano de benefícios é avaliado pelo valor justo.

Notas Explicativas**Ativos e Passivos atuariais:**

	Controlada Eletropaulo	
	2012	2011
Valor presente das obrigações atuariais	12.489.418	9.796.162
Valor justo dos ativos do plano	(8.525.610)	(7.355.487)
Perda atuarial não reconhecida (*)	(2.830.128)	(1.210.129)
Total registrado	1.133.680	1.230.546

(*) A controlada Eletropaulo utiliza o método do corredor para o reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais (esta política contábil é somente válida até o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 – vide nota explicativa nº 19.2).

As movimentações do valor presente das obrigações atuariais com benefícios pós-emprego para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 são demonstradas a seguir:

	Controlada Eletropaulo	
	2012	2011
Valor presente das obrigações atuariais no início do exercício	9.796.162	9.085.610
Custo dos serviços correntes	16.350	14.663
Custo dos juros	916.615	873.037
Benefícios pagos	(775.655)	(728.568)
Contribuições dos empregados	5.875	5.450
Efeito de transferências de passivo	-	2.556
Perda atuarial	2.530.071	543.414
Valor presente das obrigações atuariais no final do exercício	12.489.418	9.796.162

As movimentações do valor justo dos ativos do plano para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 são demonstradas a seguir:

	Controlada Eletropaulo	
	2012	2011
Valor dos ativos do plano no início do exercício	7.355.487	7.094.038
Contribuição do empregador	260.811	252.101
Contribuições dos empregados	5.875	5.450
Impacto decorrente de fusões de planos	-	3.229
Ganhos/(Perdas) atuariais	890.497	(45.469)
Rendimento esperado dos ativos do plano	788.595	774.706
Benefícios pagos	(775.655)	(728.568)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	8.525.610	7.355.487

Notas Explicativas

As despesas reconhecidas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 foram as seguintes:

	Controlada Eletropaulo	
	2012	2011
Custo dos serviços correntes	16.350	14.663
Custo dos juros	916.615	873.037
Rendimento esperado dos ativos do plano	(788.595)	(774.707)
Impacto decorrente de passivo/ativo atuarial da Eletropaulo Telecom	-	(673)
Amortização de ganhos e perdas	15.346	-
Total das despesas benefício definido	159.716	112.320
Outras contribuições	6.993	-
Total das despesas no exercício	166.709	112.320

A movimentação da perda atuarial ainda não reconhecida, devido à utilização do método do corredor, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 é como segue:

	2012
Saldo no início do exercício	(1.210.129)
Perda atuarial gerada pela taxa de desconto	(2.087.167)
Perda atuarial gerada pela experiência demográfica	(442.904)
Ganho atuarial gerado pelo rendimento efetivo dos ativos do plano	890.497
Amortização de perdas atuariais no resultado do exercício	15.346
Outras movimentações	4.229
Saldo no final do exercício	(2.830.128)

As principais categorias de ativos do plano estão demonstradas a seguir:

	Controlada Eletropaulo		
	Distribuição dos investimentos		Limites de alocação estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional
	2012	2011	
Renda fixa	77,19%	72,94%	até 100%
Renda variável	18,53%	22,84%	até 70%
Empréstimos a participantes	1,49%	1,70%	até 15%
Imóveis	2,79%	2,52%	até 8%
Total	100%	100%	

Notas Explicativas

As premissas atuariais utilizadas pela controlada Eletropaulo são as seguintes:

	2013	2012	2011
a1) Determinação do passivo atuarial:			
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial	N/A	8,42% a.a.	9,72% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários	N/A	6,59% a.a.	6,08% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo	N/A	4,50% a.a.	4,00% a.a.
a2) Determinação da despesa atuarial:			
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial	8,42% a.a.	9,72% a.a.	9,98% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano	8,42% a.a.	11,06% a.a.	11,26% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários	6,59% a.a.	6,08% a.a.	6,08% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo	4,50% a.a.	4,00% a.a.	4,00% a.a.
b) Premissas demográficas:			
Tábua biométrica de mortalidade	AT-83		
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Tábua Mercer		
Taxa de rotatividade esperada	0,30 / (tempo de serviço + 1)		

A estimativa da despesa para o exercício de 2013 está demonstrada a seguir:

	Controlada Eletropaulo
	2013
Custo dos serviços correntes	29.337
Custo dos juros	1.018.050
Rendimento esperado dos ativos do plano	(696.484)
Total da despesa projetada para o exercício (*)	350.903

(*) As despesas projetadas para o próximo exercício foram apuradas de acordo com a Deliberação CVM nº 695/2012 de 13 de dezembro de 2012 (maiores detalhes vide nota explicativa nº 19.2).

O valor esperado de contribuições para o exercício de 2013 é de R\$ 283.642.

19.1 Contratos com a Fundação CESP

A controlada Eletropaulo com o objetivo de equacionar o déficit atuarial e diminuir o risco de futuros déficits formalizou instrumentos jurídicos com a Fundação CESP a partir de 1997, na forma de contratos de confissão de dívida e contrato de ajustes de reserva matemática. Estes contratos fazem parte do passivo atuarial determinado pelos atuários independentes, e possuem cláusulas variáveis, conforme segue:

Notas Explicativas

	Consolidado	
	2012	2011
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
<u>Empréstimos e financiamentos:</u>		
Confissão de dívida IIa (i)	397.285	388.861
Confissão de dívida IIb (ii)	206.217	201.844
Contrato de ajustes de reserva matemática (iii)	1.801.840	1.961.711
Total do Contrato	2.405.342	2.552.416
Parcela não registrada (*)	(1.271.662)	(1.321.870)
Total Registrado	1.133.680	1.230.546

(*) A parcela do contrato de ajuste de reserva não registrada em 31 de dezembro de 2012, no montante de R\$ 1.271.662 (R\$ 1.321.870 em 31 de dezembro de 2011) é decorrente da diferença de premissas e metodologias utilizadas pela controlada Eletropaulo para fins de atendimento da Deliberação CVM nº 600/2009 e aquelas utilizadas pela Fundação CESP (administradora do plano de benefícios) para fins de atendimento às Resoluções do Conselho Nacional de Previdência Complementar, e em função da utilização do método do corredor. Por ter o referido contrato um montante variável e ser ajustado anualmente pelos efeitos dos ganhos e perdas atuariais apurados no âmbito da Fundação CESP, essa diferença será eliminada ao longo do tempo com a maturação do plano.

- (i) Refere-se a Instrumento Particular de Aditivo ao Instrumento Particular de Confissão de Dívida e outras Avenças, assinado em 11 de fevereiro de 1999, com interveniência da Secretaria Nacional de Previdência Complementar e aditado pela terceira vez em 13 de agosto de 2009, para pagamento em 233 parcelas mensais, a partir de 01 de janeiro de 2009. Esse contrato é corrigido por índice contratualmente estipulado: IGP-DI + 6% ao ano ou variação da TR + 8% ao ano, dos dois o maior.
- (ii) Refere-se ao valor de mercado dos imóveis da controlada Eletropaulo devolvidos pela Fundação CESP à controlada Eletropaulo, em 31 de dezembro de 1999, aditado pela terceira vez em 13 de agosto de 2009, para pagamento em 233 parcelas mensais, a partir de 01 de janeiro de 2009. As parcelas mensais são corrigidas pela variação da TR + 8% ao ano ou por IGP-DI + 6% ao ano, deles o que for maior.
- (iii) Refere-se ao saldo líquido das reservas a amortizar, déficit e superávit técnico do BSPS, aditado pela segunda vez em 12 de agosto de 2008, para pagamento em 244 parcelas mensais, a partir de 1º de janeiro de 2008. Esse saldo é corrigido mensalmente pelo custo atuarial e ajustado anualmente com base na avaliação atuarial.

Notas Explicativas

A movimentação contábil do passivo registrado (não circulante) é como segue:

	2012	2011
Saldo no início do exercício	1.230.546	1.372.780
Despesa do exercício conforme laudo atuarial	159.716	112.320
Pagamento de contribuições	(260.811)	(254.554)
Outras despesas do exercício	4.229	-
Saldo no final do exercício	1.133.680	1.230.546

19.2 Mudanças no pronunciamento CPC 33 benefícios a empregados

Conforme mencionado na nota explicativa no 3.25, em 13 de dezembro de 2012 a CVM editou a Deliberação nº 695/2012, que aprovou o documento de revisão do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC referente ao pronunciamento CPC 33 - benefícios a empregados.

Este pronunciamento técnico é aplicável a exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, com aplicação retrospectiva, de acordo com o pronunciamento CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro. Desta forma, a deliberação CVM nº 600/2009 foi revogada.

Os principais impactos decorrente da aplicação dessa norma são (i) a eliminação do critério do corredor e (ii) o cálculo da estimativa do retorno dos ativos utilizando a mesma taxa de desconto utilizada no cálculo do passivo atuarial. Para a controlada Eletropaulo, a aplicação dessa norma requererá a descontinuação do método do corredor e consequente registro da perda atuarial não registrada em contrapartida a outros resultados abrangentes.

A Companhia apresenta abaixo os impactos esperados quando da adoção retroativa do referido pronunciamento em seu balanço patrimonial e demonstração do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012. Vale ressaltar que os impactos abaixo são meramente demonstrativos e somente serão registrados quando da aplicação do referido pronunciamento para fins de comparabilidade (a partir de 1º de janeiro de 2013).

	Controlada Eletropaulo		
	CPC 33 CVM 600/09	Ajustes	CPC 33 CVM 695/09
Balanço patrimonial			
Obrigações com entidade de previdência privada	1.133.680	2.830.128	3.963.808
Outros resultados abrangentes	-	(2.830.128)	(2.830.128)
Resultado do exercício			
Despesa com entidade de previdência privada	(159.716)	(80.199)	(239.915)

O aumento no passivo é decorrente do registro do corredor em contrapartida a outros resultados abrangentes no montante de R\$ 2.830.128. A aplicação retroativa da taxa de desconto na estimativa do retorno dos ativos do plano no montante de R\$ 80.199 afetará o montante registrado no resultado do exercício

Notas Explicativas

com despesa de previdência privada em contrapartida de outros resultados abrangente. Adicionalmente haverá o registro dos tributos diferidos ativos em contrapartida de um crédito na rubrica de outros resultados abrangentes no montante de R\$ 962.244.

Conforme mencionado anteriormente, a despesa projetada para o exercício de 2013 já contempla as modificações introduzidas pela nova Deliberação CVM nº 695/2012.

20. Obrigações estimadas

	Consolidado	
	2012	2011
<u>CIRCULANTE</u>		
Férias	31.055	31.320
Programa de incentivo a aposentadoria	11.679	3.279
Participação nos lucros e resultados	45.694	46.088
Encargos sociais sobre férias e gratificações	12.648	12.364
Bônus	2.716	2.791
Total	103.792	95.842
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Assistência Saúde Pós-Emprego - Lei 9.656 (*)	19.364	19.851
Bônus	616	587
Total	19.980	20.438

(*) A avaliação atuarial foi efetuada com o auxílio de uma empresa terceirizada e especializada em cálculos atuariais (atuários independentes) com base em 31 de dezembro de 2012. Os custos são apurados mensalmente no resultado do exercício conforme consta no último laudo atuarial.

21. Provisões para processos judiciais e outros

21.1 Processos com probabilidade de perda classificada como provável

As provisões para processos judiciais e outros estão compostas de seguinte forma:

	Controladora				Consolidado			
	Passivo		Ativo		Passivo		Ativo	
	Provisões para processos judiciais e outros		Cauções e depósitos vinculados		Provisões para processos judiciais e outros		Cauções e depósitos vinculados	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Trabalhista (a)	-	-	-	-	280.693	313.343	265.821	281.987
Plano Cruzado - Reajuste de tarifa (b)	-	-	-	-	16.049	23.661	5.036	7.543
Processos cíveis (c)	-	-	-	-	40.487	43.031	25.784	15.319
Processos regulatórios (d)	-	-	-	-	68.935	26.916	-	-
Processos administrativos - prefeituras (e)	-	-	-	-	725	725	-	-
Processos fiscais (f)	15.963	11.616	14.495	17.073	65.679	61.042	179.334	188.205
Meio Ambiente	-	-	-	-	5.477	11.577	-	-
Outros	-	-	-	-	23.085	22.134	5	10
Total geral	15.963	11.616	14.495	17.073	501.130	502.429	475.980	493.064
Circulante	-	-	-	-	170.019	168.704	-	-
Não circulante	15.963	11.616	14.495	17.073	331.111	333.725	475.980	493.064
Total geral	15.963	11.616	14.495	17.073	501.130	502.429	475.980	493.064

Notas Explicativas

As movimentações dos processos judiciais e outros são como seguem:

	Controladora					Consolidado						
	Passivo					Passivo						
	31.12.2011	Ingressos	Atualizações	Pagamentos	Reversões	31.12.2012	31.12.2011	Ingressos	Atualizações	Pagamentos	Reversões	31.12.2012
Trabalhista	-	-	-	-	-	-	313.343	143.002	14.399	(91.853)	(98.198)	280.693
Plano Cruzado - reajuste de tarifa	-	-	-	-	-	-	23.661	5.448	1.654	(10.297)	(4.417)	16.048
Processos civis	-	-	-	-	-	-	43.031	16.657	6.175	(20.322)	(5.054)	40.487
Processos regulatórios	-	-	-	-	-	-	26.916	38.783	4.724	(1.488)	-	68.935
Processos administrativos - prefeituras	-	-	-	-	-	-	725	-	-	-	-	725
Processos fiscais	11.616	3.441	906	-	-	15.963	61.042	3.623	3.843	(466)	(2.363)	65.679
Meio ambiente	-	-	-	-	-	-	11.577	7.788	-	(11.388)	(2.500)	5.477
Outros	-	-	-	-	-	-	22.134	978	-	-	(27)	23.085
Total geral	11.616	3.441	906	-	-	15.963	502.429	216.279	30.795	(135.814)	(112.559)	501.130
Circulante	-	-	-	-	-	-	168.704	-	-	-	-	170.019
Não circulante	11.616	-	-	-	-	15.963	333.725	-	-	-	-	331.111
Total geral	11.616	-	-	-	-	15.963	502.429	-	-	-	-	501.130

	Controladora					Consolidado						
	Passivo					Passivo						
	31.12.2010	Ingressos	Atualizações	Pagamentos	Reversões	31.12.2011	31.12.2010	Ingressos	Atualizações	Pagamentos	Reversões	31.12.2011
Trabalhista	-	-	-	-	-	-	367.190	32.455	20.029	(65.846)	(40.485)	313.343
Plano Cruzado - reajuste de tarifa	-	-	-	-	-	-	23.790	568	2.382	(1.811)	(1.268)	23.661
Processos civis	-	-	-	-	-	-	41.097	26.816	6.944	(28.955)	(2.871)	43.031
Processos regulatórios	-	-	-	-	-	-	-	26.916	-	-	-	26.916
Processos administrativos - prefeituras	-	-	-	-	-	-	725	-	-	-	-	725
Processos fiscais	8.167	2.440	1.009	-	-	11.616	84.864	3.262	8.144	(919)	(34.309)	61.042
Meio ambiente	-	-	-	-	-	-	10.283	7.772	-	(6.478)	-	11.577
Outros	-	-	-	-	-	-	20.983	1.280	-	-	(129)	22.134
Total geral	8.167	2.440	1.009	-	-	11.616	548.932	99.069	37.499	(104.009)	(79.062)	502.429
Circulante	-	-	-	-	-	-	212.360	-	-	-	-	168.704
Não circulante	8.167	-	-	-	-	11.616	336.572	-	-	-	-	333.725
Total geral	8.167	-	-	-	-	11.616	548.932	-	-	-	-	502.429

As provisões para processos judiciais e outros foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia e sua controlada são parte, cuja probabilidade de perda é considerada como provável na opinião dos assessores legais e da Administração da Companhia e sua controlada. A Administração da Companhia e sua controlada estão fundamentadas na opinião de seus assessores jurídicos e entende não ser possível precisar a data de encerramento das discussões judiciais mencionadas abaixo.

- a) Trabalhista: A controlada Eletropaulo é demandada por empregados e ex-empregados próprios e terceirizados em cerca de 5.048 processos (5.306 processos em 31 de dezembro de 2011) pelos quais são pleiteados equiparação salarial, horas extras, adicional de periculosidade, complementação de aposentadoria entre outros. Os valores dos depósitos recursais relativos às reclamações trabalhistas decorrentes de interposições de recursos nas diversas instâncias de defesa no judiciário montam em R\$ 24.126 (R\$ 23.788 em 31 de dezembro de 2011), e os depósitos judiciais consignados para garantia do pleito montam em R\$ 241.695 (R\$258.199 em 31 de dezembro de 2011).
- b) Plano Cruzado - reajuste de tarifa: Refere-se a processos movidos contra a controlada Eletropaulo por consumidores industriais questionando a legalidade dos aumentos tarifários concedidos pelo DNAEE (atual ANEEL) em 1986, durante o período em que o plano econômico que estabelecia o congelamento de preços estava em vigor, de março a novembro de 1986. Foram revisados os processos e alguns tiveram seus valores alterados amparados em decisões transitadas em julgado que extinguiram em parte os processos relativamente ao valor do principal. Atualmente os processos prosseguem apenas com relação à parte controvertida, resultante da diferença de cálculo do principal apresentado

Notas Explicativas

pelas partes, com provisão no montante de R\$ 16.049 (R\$23.661 em 31 de dezembro de 2011).

- c) Processos cíveis: A controlada Eletropaulo está atualmente envolvida em processos judiciais cíveis de natureza geral e especial e, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, reconhece provisões para os valores das demandas que se encontram passíveis de quantificação e têm suas chances de perda classificadas como provável. Atualmente, tais demandas respondem pela provisão de aproximadamente R\$ 40.487 (R\$ 43.031 em 31 de dezembro de 2011).

Os processos judiciais cíveis de natureza geral em que a controlada Eletropaulo figura no polo passivo envolvem ações consumeristas, vinculadas ao contrato de fornecimento de energia elétrica, ações indenizatórias decorrentes de acidentes na rede elétrica e de danos em geral. Atualmente, tais demandas respondem pela provisão de aproximadamente R\$ 32.400 (R\$ 35.951 em 31 de dezembro de 2011).

Os processos judiciais cíveis de natureza especial envolvem questões decorrentes do relacionamento comercial da controlada Eletropaulo com outras empresas privadas e/ou concessionárias de serviços públicos, bem como questões que envolvam a agente fiscalizadora, organizações não governamentais e/ou o Ministério Público. Atualmente, tais demandas respondem pela provisão de aproximadamente R\$ 8.087 (R\$ 7.080 em 31 de dezembro de 2011).

Dentre os casos que compõe os denominados cíveis de natureza especial, merece destaque a demanda:

Represa Guarapiranga

Em 23 de dezembro de 2004, o Ministério Público do Estado de São Paulo (MP) moveu ação civil pública em face da controlada Eletropaulo e da Associação Desportiva Cultural Eletropaulo visando à reparação de supostos danos ambientais que teriam sido ocasionados pela construção de um clube esportivo e recreativo às margens da Represa de Guarapiranga. A ação foi julgada procedente condenando as Rés, solidariamente, ao cumprimento de obrigação de fazer visando a implementação de medidas de reparação ambiental, bem como à demolição total das obras e construções situadas na área denominada de "primeira categoria", com a implementação do plantio de árvores indicado na perícia técnica realizada.

A decisão de mérito desfavorável à controlada Eletropaulo transitou em julgado em 10 de agosto de 2012. Conforme informações dos assessores legais da controlada Eletropaulo, as chances de perda desta ação são prováveis, o que justifica a constituição de provisão. Em 31 de dezembro de 2012 a melhor estimativa de perda, conforme provisão constituída é de R\$ 2.000 (R\$ 1.082 em 31 de dezembro de 2011).

Notas Explicativas**d) Processos regulatórios**

- d.1) A controlada Eletropaulo recebeu o Auto de Infração nº 0317/TN 1877/2009, em 06 de outubro de 2010, da ARSESP - Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo. A penalidade aplicada, estipulada no Auto de Infração, no montante de R\$ 543 é decorrente de fiscalização técnica realizada nos indicadores DEC/FEC do ano de 2008. A Administração da controlada Eletropaulo, após análises dos assessores legais, decidiu pela quitação integral da referida infração em janeiro de 2012, que montava R\$ 621 (R\$ 543 em 31 de dezembro de 2011).
- d.2) A controlada Eletropaulo recebeu o Auto de Infração nº 0337/TN 2060/2010, em 14 de julho de 2011, da ARSESP - Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo. A penalidade aplicada, estipulada no Auto de Infração, no montante de R\$ 26.761 é decorrente de ação fiscalizadora que ocorreu no período de 21 de junho de 2010 a 2 de julho de 2010. Tratou-se de fiscalização técnica periódica realizada com o objetivo de verificar os processos de qualidade técnica no fornecimento de energia elétrica, do planejamento, da engenharia, operação e manutenção de redes, das linhas e subestações nos anos de 2008, 2009 e parte do ano de 2010. A Administração da controlada Eletropaulo, baseada em análises dos assessores legais, decidiu provisionar o montante que atualizado até 31 de dezembro de 2012 corresponde a R\$ 24.367 (R\$ 21.384 em 31 de dezembro de 2011).
- d.3) A controlada Eletropaulo recebeu o Auto de Infração nº 0339/TN 2186/2011, em 26 de julho de 2011, da ARSESP - Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo. A penalidade aplicada, estipulada no Auto de Infração, é de R\$ 4.842. A ação fiscalizadora teve como objetivo verificar os fatos ocorridos na área de concessão da controlada Eletropaulo no período de 7 a 9 de junho de 2011 que resultaram em interrupções no fornecimento de energia elétrica. A Administração da controlada Eletropaulo, baseada em análises dos assessores legais, decidiu provisionar o montante que atualizado até 31 de dezembro de 2012 corresponde a R\$5.493 (R\$ 4.842 em 31 de dezembro de 2011).
- d.4) A controlada Eletropaulo recebeu o Auto de Infração nº 0373/TN 1899/2009, em 15 de fevereiro de 2012, da ARSESP - Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo. A penalidade aplicada, estipulada no Auto de Infração, no montante de R\$ 2.612 é decorrente de fiscalização comercial. A Administração da controlada Eletropaulo, baseada em análises dos assessores legais, decidiu provisionar o montante que atualizado até 31 de dezembro de 2012 corresponde a R\$ 2.787.

Notas Explicativas

- d.5) A controlada Eletropaulo recebeu o Auto de Infração nº 008/2012-SFF, em 2 de abril de 2012, da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica no montante de R\$ 136.773. As penalidades aplicadas são decorrentes de ação fiscalizadora no Ativo Imobilizado, ocorrida no período de 7 de dezembro de 2010 a 4 de fevereiro de 2011, que impacta a base de remuneração regulatória a qual é utilizada pela ANEEL para calcular a tarifa cobrada de clientes. A Administração da controlada Eletropaulo, baseada em análises preliminares, decidiu provisionar o montante de R\$ 15.214 (atualizado até 31 de dezembro de 2012). A controlada Eletropaulo em 18 de Abril de 2012 apresentou recurso e aguarda o julgamento da ANEEL.
- d.6) A controlada Eletropaulo recebeu o Auto de Infração nº 0389/TN 2240/2011, em 10 de julho de 2012, da ARSESP - Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo. A penalidade aplicada, estipulada no Auto de Infração, no montante de R\$ 1.378 é decorrente de fiscalização nas “Medições Amostrais de Nível de Tensão”. A Administração da controlada Eletropaulo, baseada em análises dos assessores legais, decidiu provisionar o montante atualizado até 31 de dezembro de 2012 no valor de R\$ 1.418.
- d.7) A controlada Eletropaulo recebeu os Termos de Notificações 245, 246 e 247/2010, em 09 de abril de 2010, da CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. A penalidade aplicada é decorrente de fiscalização no sistema de medição para faturamento da ETT Ramon Reberte Filho. A Administração da controlada Eletropaulo, baseada em análises dos assessores legais, decidiu provisionar o montante que atualizado até 31 de dezembro de 2012 corresponde a R\$ 245.
- d.8) A controlada Eletropaulo recebeu o Auto de Infração nº 122/2012-SFF, em 19 de dezembro de 2012, da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica. As penalidades aplicadas são decorrentes de ação fiscalizadora na Base de Remuneração Regulatória, no montante de R\$ 126.379. A Administração da controlada Eletropaulo, baseada em análises preliminares, decidiu provisionar o montante de R\$ 8.681. A controlada Eletropaulo em 2 de Janeiro de 2013 apresentou recurso e aguarda o julgamento da ANEEL.
- d.9) A controlada Eletropaulo recebeu o Auto de Infração nº 402/2012-SFE, em 4 de janeiro de 2013, da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica. As penalidades aplicadas são decorrentes de ação fiscalizadora nos indicadores de continuidade (DEC e FEC) referente ao ano de 2009, no montante de R\$ 9.959. A Administração da controlada Eletropaulo, baseada em análises preliminares, decidiu provisionar o valor integral.
- d.10) A controlada Eletropaulo recebeu o Auto de Infração nº 0396/TN 2233/2011, em 9 de outubro de 2012, da ARSESP - Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo. As penalidades

Notas Explicativas

aplicadas são decorrentes de ação fiscalizadora nos procedimentos adotados pela controlada Eletropaulo em ocorrência prioritária no município de Diadema referente a fio partido energizado, desde a comunicação do rompimento até o momento do acidente fatal. A Administração da controlada Eletropaulo, baseada em análises preliminares decidiu provisionar o montante integral atualizado até 31 de dezembro de 2012 no montante de R\$ 771.

e) Processos administrativos - prefeituras: existem processos de natureza administrativa de prefeituras. A Administração da controlada Eletropaulo, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, reconhece provisão para os valores das demandas cuja probabilidade de perda é considerada provável. A controlada Eletropaulo mantém provisão de R\$ 725 (R\$ 725 em 31 de dezembro de 2011).

f) Processos fiscais:

f.1) A Companhia possui processo o qual discute a não incidência de PIS e COFINS sobre os valores distribuídos a título de Juros sobre Capital Próprio. A Administração, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, definiu que a probabilidade de perda para este processo é provável e, desta forma, registrou provisão no montante de R\$ 15.963 (R\$ 11.616 em 31 de dezembro de 2011).

f.2) Existem processos fiscais de natureza geral. A Administração da controlada Eletropaulo, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, reconhece provisão para os valores das demandas cuja probabilidade de perda é considerada provável.

21.2 Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A controlada Eletropaulo apresenta a seguir um resumo das principais contingências passivas cuja probabilidade de perda foi classificada como possível pela Administração. A controlada Eletropaulo está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível, os quais não foram divulgados em função de ter sido estabelecido o montante mínimo de R\$ 10.000 para fins de divulgação. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos da controlada Eletropaulo.

Notas Explicativas

Notas	Descrição das contingências	Controlada Eletropaulo	
		Valor estimado da contingência	
		2012	2011
(a)	Eletrobrás - Contrato de Financiamento ECF-1.046/1986	1.315.974	1.210.887
(b)	Enquadramento de Consumidores - Ação Civil Pública	Não determinado	Não determinado
(c)	Revisão Tarifária - Exclusão de Valores - Contratos Bilaterais	Não determinado	Não determinado
(d)	Revisão Tarifária - Benefício Fiscal	Não determinado	Não determinado
(e)	Autuações PCLD - Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	52.654	48.299
(f)	Ação Civil Pública Plano Cruzado - ASSOBRAE e ANDEC	Não determinado	Não determinado
(g)	Ação Popular - Maruzan Conrado	21.894	18.880
(h)	Ecovias - Remanejamento de Postes	2.000	Não determinado
(i)	Ecovias - Uso do solo	Não determinado	Não determinado
(j)	AIT	98.569	83.726
(k)	Ação Civil Pública - City Boaçava	Não determinado	Não determinado
(l)	Ação Civil Pública - ETD Panorama	Não determinado	Não determinado
(m)	Ação Civil Pública - Suspensão do Fornecimento	Não determinado	Não determinado
(n)	Ação Civil Pública - Contas Vencidas - 90 dias	Não determinado	Não determinado
(o)	Recolhimento do FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	93.938	88.627
(p)	PASEP - Suspensão de Exigibilidade	38.779	33.526
(q)	NFLDs - Execuções Fiscais	35.366	50.610
(r)	CSLL - Base Negativa	112.277	107.203
(s)	Execuções Fiscais Municipais - Diversas	8.490	3.755
(t)	PIS - Decretos nºs 2445/1988 e 2449/1988	38.969	38.969
(u)	PIS - Estatuto da Decadência	204.092	245.209
(v)	Ação Civil Pública - Restabelecimento de Energia Elétrica	Não determinado	Não determinado
(w)	FINSOCIAL	129.471	-
(x)	COFINS - Anistia	138.600	-

(a) Eletrobrás - Contrato de Financiamento ECF-1.046/1986

Em novembro de 1986 a Eletropaulo Eletricidade de São Paulo S.A. (Eletropaulo Estatal), obteve através do Contrato de Financiamento ECF 1.046/1986 empréstimo das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás).

Tendo em vista os questionamentos que surgiram acerca da periodicidade da correção monetária incidente sobre o valor financiado e a impossibilidade de se chegar a um entendimento com a Eletrobrás, em dezembro de 1988 a Eletropaulo Estatal propôs Ação de Consignação em Pagamento contra a Eletrobrás.

Ao propor a demanda acima mencionada, a Eletropaulo Estatal realizou o depósito judicial do valor que apurou como representativo do saldo devedor, qual seja, aquele que era composto pelo valor principal acrescido de correção monetária anual.

Após apresentar a sua defesa na Ação de Consignação em Pagamento, em abril de 1989 a Eletrobrás ajuizou Ação de Cobrança contra a Eletropaulo Estatal perante a 5ª Vara Cível da Comarca do Rio de Janeiro (5ª Vara Cível), fundamentando seu pedido de cobrança na alegação de que os valores depositados na Ação de Consignação não estavam de acordo com os termos do Contrato de Financiamento ECF 1.046/1986, já que este, de acordo com a interpretação da Eletrobrás, previa correção monetária mensal do valor principal e não anual conforme sustentado pela Eletropaulo Estatal.

Durante o andamento de ambas as ações, foi firmado o Protocolo de Cisão em 22 de dezembro de 1997, onde a Eletropaulo Estatal foi cindida em 04 (quatro)

Notas Explicativas

empresas, quais sejam: atual Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (controlada Eletropaulo), Bandeirante Energia S.A. (Bandeirante), Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. (EMAE) e Empresa Paulista de Transmissão de Energia S.A. (EPTE), sendo que esta última acabou por ser incorporada pela controlada Eletropaulo de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (CTEEP).

Em abril de 1999, a 5ª Vara Cível, em decisão de primeira instância, julgou tanto a Ação de Cobrança como a Ação de Consignação em Pagamento em favor da Eletrobrás, reconhecendo, na primeira ação, que a correção monetária do Contrato de Financiamento ECF 1.046/1986 é mensal e, na segunda ação, que o valor depositado pela Eletropaulo Estatal não estava de acordo com os termos do mencionado Contrato.

Em setembro de 2001, a Eletrobrás iniciou Ação de Execução, também na 5ª Vara Cível, e, com base no seu entendimento dos termos constantes do Protocolo de Cisão da Eletropaulo Estatal exigiu, em termos proporcionais da controlada Eletropaulo (90,11%) e da CTEEP (9,89%) os valores que lhes teriam sido transferidos como passivo.

Por conta de tal posicionamento, foi exigido da CTEEP o pagamento de valor correspondente ao depositado na Ação de Consignação em Pagamento (valor principal do Contrato de Financiamento acrescido de correção monetária anual) e da controlada Eletropaulo de valor estimado de R\$ 1.315.974 atualizado até 31 de dezembro de 2012 (R\$1.210.887 em 31 de dezembro de 2011), quantia que representa a diferença entre a correção anual e a correção mensal do Contrato de Financiamento.

Em novembro de 2002, em decisão de primeira instância, a 5ª Vara Cível não acolheu os argumentos da controlada Eletropaulo e a manteve como parte do processo, sendo que desta decisão foi apresentado Recurso perante o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ).

Em setembro de 2003 o TJRJ acolheu todos os argumentos levados pela controlada Eletropaulo, acabando por reconhecer, com base no Protocolo de Cisão da Eletropaulo Estatal, que a controlada Eletropaulo não seria responsável pela quitação do Contrato de Financiamento ECF 1.046/1986, já que o passivo por ele representado teria sido vertido à EPTE, empresa incorporada pela CTEEP.

Tendo em vista a decisão que lhes foi desfavorável a Eletrobrás em dezembro de 2003, e a CTEEP em março de 2004, apresentaram Recursos ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e ao Supremo Tribunal Federal (STF) com vistas a reformar a decisão do TJRJ.

Sem adentrar nos méritos dos processos ou nas disposições do Contrato de Financiamento, em junho de 2006 o STJ reverteu a decisão que eximia a controlada Eletropaulo de qualquer responsabilidade pelos débitos discutidos no processo e a excluía da relação litigiosa. De acordo com a mencionada Corte

Notas Explicativas

Superior, o litígio entre as partes requer ampla dilação probatória e a apreciação de questões através de procedimento que não a Exceção de Pré-Executividade interposta e, por tal motivo, o processo deveria retornar à primeira instância (5ª Vara Cível) para uma completa análise das questões que envolvem as três empresas (controlada Eletropaulo, CTEEP e Eletrobrás), o Contrato de Financiamento e o Protocolo de Cisão da Eletropaulo Estatal.

Contra esta decisão perante o STJ foram apresentados, em dezembro de 2006 “Embargos de Declaração” e, em abril de 2007 “Embargos de Divergência” e “Recurso Extraordinário”, sendo que todos os recursos foram decididos contra a controlada Eletropaulo.

Tendo sido apresentados todos os recursos cabíveis, tanto no STJ como no STF, e não cabendo qualquer outra medida, o processo foi devolvido à primeira instância (5ª Vara Cível).

Paralelamente, em fevereiro de 2008, a CTEEP ajuizou Ação Ordinária contra a controlada Eletropaulo e a Eletrobrás perante a 5ª Vara Cível, sendo que o referido processo visa à obtenção de decisão que reconheça a CTEEP como não responsável pelo pagamento de qualquer quantia que esteja sendo cobrada pela Eletrobrás em virtude das ações que tiveram por objeto a discussão dos termos do Contrato de Financiamento ECF 1.046/1986. Em setembro de 2008, a controlada Eletropaulo apresentou sua defesa, sendo que tal demanda no momento se encontra suspensa para análise de questões referentes ao local correto para julgamento do feito.

No dia 17 de abril de 2009, com base no Código de Processo Civil Brasileiro (CPC), a Eletrobrás solicitou que seja iniciado o procedimento judicial de “Liquidação de Sentença por Arbitramento” perante a 5ª Vara Cível, procedimento este que visa auferir o valor em discussão através de trabalho a ser realizado por perito judicial.

Em 26 de maio de 2009, a controlada Eletropaulo apresentou manifestação concordando com a apuração de valores através de cálculos por Liquidação de Sentença, mas ressaltando que neste processo a forma mais adequada para apuração de valores seria a Liquidação de Sentença por Artigos, e não por Arbitramento, como sugerido pela Eletrobrás, na medida em que diversos dos pontos do Protocolo de Cisão da Eletropaulo Estatal devem ser analisados em sua plenitude, já que não foram observados pela sentença de 1999, em especial toda e qualquer questão relativa a qual das empresas cindidas (controlada Eletropaulo e/ou CTEEP) cabe a responsabilidade pelo pagamento.

Em 25 de fevereiro de 2010 a D. Juíza da 5ª Vara Cível acolheu o pedido de Liquidação de sentença por Arbitramento, sendo que em vista dos termos da mencionada decisão, a controlada Eletropaulo apresentou Embargos de Declaração à 5ª Vara Cível postulando que a Liquidação de Sentença seja processada na modalidade de Artigos, e a Eletrobrás apresentou impugnação à

Notas Explicativas

nomeação do perito, sendo que ambos foram rejeitados pela D. Juíza da 5ª Vara Cível em 4 de março de 2010.

Contra a rejeição de seu recurso, em 31 de março de 2010, a controlada Eletropaulo apresentou Agravo de Instrumento perante o TJRJ, o qual foi acolhido em 15 de abril de 2010, para determinar a ampla produção de provas acerca dos fatos que norteiam a responsabilidade pelo pagamento do débito, restando decidido que a Liquidação de Sentença seja processada na modalidade de Artigos, conforme requerido pela controlada Eletropaulo.

Em 28 de abril de 2010, a Eletrobrás apresentou recurso perante TJRJ objetivando o reconhecimento da suspeição do perito, sendo tal recurso reconhecido como prejudicado pelo TJRJ em 14 de maio de 2010, em virtude da decisão que acolheu o recurso apresentado pela controlada Eletropaulo. Isso se deu em virtude do fato de que o procedimento de liquidação de sentença deverá ser reiniciado perante a 5ª Vara Cível.

Em março de 2011 a controlada Eletropaulo tomou conhecimento que, em 6 de dezembro de 2010, a Eletrobrás teria solicitado a iniciação do processo de liquidação e que por tal motivo, o processo teria sido submetido à análise da 5ª Vara Cível.

Em julho de 2011 a 5ª Vara Cível determinou que a controlada Eletropaulo e a CTEEP apresentassem suas respostas ao pedido de início da liquidação por artigos, o que foi respondido pela controlada Eletropaulo em 10 de agosto de 2011 e pela CTEEP em 26 de julho de 2011.

Em dezembro de 2012, foi proferida decisão de 1ª instância julgando antecipadamente a liquidação por artigos, atribuindo à controlada Eletropaulo a responsabilidade pelo pagamento do saldo de correção monetária, referente ao contrato de financiamento ECF 1.046/1986, firmado com a Eletrobrás. Tal decisão não considerou a ordem para que fosse realizado o procedimento de liquidação da sentença com ampla produção de provas, do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ), bem como desconsiderou o pedido de produção de provas apresentado pelas partes.

Contra a decisão acima referida, em 7 de janeiro de 2013, a controlada Eletropaulo apresentou recurso ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, pedindo a imediata suspensão da execução, bem como a posterior anulação da decisão, para que seja determinada a realização de ampla produção de provas, inclusive pericial.

Em 21 de janeiro de 2013, tornou-se pública a liminar concedida pelo Desembargador Carlos Santos de Oliveira, do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro ("Liminar"), acatando pedido preliminar do recurso interposto pela controlada Eletropaulo contra a decisão proferida em 12 de dezembro de 2012, pela 5ª Vara da Comarca do Rio de Janeiro no processo nº 0010021-19.1989.8.19.0001. Com a concessão da Liminar, o procedimento de primeira

Notas Explicativas

instância fica suspenso, aguardando o julgamento do recurso apresentado pela controlada Eletropaulo.

Uma vez revertida a decisão desfavorável à controlada Eletropaulo, a estimativa é que os trabalhos periciais não se encerrem em um prazo inferior a 6 meses a ser contado do início dos trabalhos periciais. Ao final dos trabalhos, caberá ao perito apontar o montante da dívida e o responsável pelo pagamento.

Encerrado o Procedimento Judicial de Liquidação de Sentença, e se forem apurados valores a serem pagos pela controlada Eletropaulo, a Eletrobrás poderá reiniciar o processo de execução contra a controlada Eletropaulo, sendo que, quando tal fato acontecer, para que a controlada Eletropaulo possa se defender, será necessário apresentar garantia nos termos do Código do Processo Civil Brasileiro.

Ainda de acordo com o disposto no Código do Processo Civil Brasileiro, a Eletrobrás terá o direito de solicitar ao juízo da causa o levantamento da garantia ofertada pela controlada Eletropaulo, mesmo antes da decisão final. Na eventualidade da solicitação da Eletrobrás ser deferida, a controlada Eletropaulo poderá ter um desembolso de caixa e impacto negativo em seu resultado uma vez que o referido desembolso passará a ser tratado como um ativo contingente em vista da possibilidade de sua recuperação quando da decisão final do mérito da causa.

Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a controlada Eletropaulo terá que desembolsar o valor de R\$ 1.315.974, atualizado até 31 de dezembro de 2012 (R\$ 1.210.887 em 31 de dezembro de 2011).

(b) Enquadramento de consumidores - ação civil pública

O Ministério Público Federal e a Pró-Teste ingressaram em 1º de junho de 2005 com uma ação civil pública contra a controlada Eletropaulo e a ANEEL requerendo o enquadramento na sub-classe baixa renda as unidades consumidoras incluídas nos empreendimentos habitacionais de interesse social. O pedido de tutela antecipada para determinar o imediato enquadramento dos mencionados consumidores na sub-classe baixa renda foi indeferido e esta decisão foi objeto de recurso da Pró-Teste para o Tribunal Regional Federal da 3ª Região, sendo mantida a decisão de indeferimento. Em outubro de 2008 a demanda foi julgada improcedente. Contra a decisão que lhes foi desfavorável, os autores apresentaram recursos perante o Tribunal Regional Federal da 3ª Região. O valor envolvido nesta ação não pode ser estimado, uma vez que se trata de ação civil pública e, em sendo alterado o teor da decisão que foi favorável à controlada Eletropaulo, os usuários deverão requerer individualmente o cumprimento e os benefícios decorrentes da decisão. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a controlada Eletropaulo terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação.

Notas Explicativas

(c) Revisão tarifária - exclusão de valores - contratos bilaterais

O Ministério Público Federal, em 05 de dezembro de 2003, instaurou ação civil pública contra a controlada Eletropaulo e a ANEEL visando à desconsideração dos valores do contrato firmado entre a controlada e Tietê na composição tarifária, bem como o reembolso aos clientes por tarifas supostamente cobradas a maior em 2003. O valor da causa era de R\$553, em 30 de setembro de 2007. A liminar foi indeferida e contra esta decisão foi interposto recurso ao Tribunal Regional Federal da 3ª região, ao qual foi negado provimento. Após a apresentação das contestações e consequentes réplicas, a demanda foi julgada improcedente. Em março de 2012, o recurso apresentado pelo Ministério Público Federal foi acolhido para determinar que o processo passe por uma perícia para apurar se houve eventual onerosidade excessiva para os consumidores, sendo que contra tal decisão, foi apresentado pela controlada Eletropaulo pedido de esclarecimento, rejeitado em junho de 2012. Em 3 de julho de 2012 a controlada Eletropaulo apresentou recurso ao STJ e STF contra a decisão que reformou a sentença de improcedência da ação. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a controlada Eletropaulo terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação, sendo que no presente caso eventuais desembolsos em caso de condenação da controlada Eletropaulo deverão ser requeridos pelos usuários supostamente lesados.

(d) Revisão tarifária – inclusão benefício fiscal

Em 16 de novembro de 2004 foi distribuída ação por conta da análise da Revisão Tarifária de 2003, o Tribunal de Contas da União emitiu parecer desfavorável à ANEEL e à controlada Eletropaulo, fazendo constar em seu acórdão que a controlada Eletropaulo teria sido beneficiada indevidamente em razão da indevida contabilização dos benefícios gerados pelo pagamento de juros sobre capital próprio na composição tarifária. Em vista de tais argumentos, o Ministério Público Federal propôs ação civil pública contra a controlada Eletropaulo e a ANEEL, visando o reconhecimento e consequente extinção do benefício indevidamente gerado, bem como a devolução aos clientes dos valores supostamente cobrados a maior. Com a apresentação de defesa pelas partes requeridas e o encerramento da fase de produção de provas, o processo foi julgado favoravelmente em primeira instância à controlada Eletropaulo, sendo mencionado que não houve qualquer benefício indevido por parte da mesma. Aguarda-se julgamento do recurso apresentado pelo Ministério Público Federal. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a controlada Eletropaulo terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação.

(e) Autuações PCLD - provisão de créditos de liquidação duvidosa

Pela ANEEL foram lavrados dois autos de infração (em 4 de maio de 2000 - AI nº 015/TN170 e em 5 de abril de 2001 – AI 027/TN0336/1) em decorrência da inclusão dos créditos contra o Poder Público na PCLD - Provisão de Créditos de Liquidação Duvidosa. A controlada Eletropaulo propôs dois mandados de

Notas Explicativas

segurança com o objetivo de anular tais autuações, sendo ambas julgadas improcedentes. Contra tais decisões de primeira instância foram apresentados os recursos cabíveis e com base no critério de cálculo adotado pela ANEEL o valor dessas autuações monta em R\$ 52.654, atualizado até 31 de dezembro de 2012 (R\$ 48.299 em 31 de dezembro de 2011).

AI nº 015/TN170 - Em 4 de julho de 2012 sobreveio decisão desfavorável ao recurso interposto pela controlada Eletropaulo no mandado de segurança, sendo proposto um novo recurso de agravo em 6 de julho de 2012. Com base no último cálculo apresentado pela ANEEL o valor de tal autuação monta em R\$ 11.816. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a controlada Eletropaulo terá que desembolsar o valor mencionado.

AI nº 027/TN0336/1 - Ainda aguarda decisão ao recurso apresentado pela controlada Eletropaulo, com base no último cálculo apresentado pela ANEEL no valor de R\$ 40.838. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a controlada Eletropaulo terá que desembolsar o valor mencionado.

(f) Ação civil pública plano cruzado - ASSOBRAE e ANDEC

A ASSOBRAE alega que a controlada Eletropaulo teria se beneficiado do aumento, supostamente ilegal, de 20% na cobrança de suas tarifas de energia elétrica fixado pelas Portarias nº 38/1986 e 45/1986 do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (“DNAEE”) durante a vigência do Plano Cruzado. Em 14 de março de 2011 sobreveio decisão de 1ª Instância favorável à controlada Eletropaulo, ao que a ASSOBRAE apresentou recurso. Em 31 de dezembro de 2012, aguarda-se julgamento do recurso apresentado pela ASSOBRAE. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a controlada Eletropaulo terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação, em função de depender de ações individuais dos consumidores.

(g) Ação popular - Maruzan Conrado

Em 26 de janeiro de 2006, o Sr. Maruzan Conrado Oliveira, propôs ação popular contra a controlada Eletropaulo, a SABESP, o Município de Taboão da Serra e o Sr. Fernando Fernandes Filho visando a desconstituição do acordo de Reconhecimento, Confissão e Parcelamento de dívida celebrado entre os co-réus, bem como o ressarcimento dos danos que supostamente teriam sido causados ao erário público. O processo encontra-se em fase de instrução. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a controlada Eletropaulo terá que desembolsar o valor de aproximadamente R\$ 21.894, atualizado até 31 de dezembro de 2012 (R\$ 18.880 em 31 de dezembro de 2011).

(h) Ecovias - remanejamento de postes

Em 28 de julho de 2004, a Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ajuizou demanda judicial visando obrigar a controlada Eletropaulo a remanejar os postes

Notas Explicativas

nas rodovias por ela administradas ou colocar defensas metálicas, sem qualquer ônus para a autora. No momento, aguarda-se a conclusão de trabalhos periciais. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a controlada Eletropaulo terá que desembolsar o valor de aproximadamente R\$ 2.000, atualizado até 31 de dezembro de 2012.

(i) Ecovias - uso do solo

Em 28 de agosto de 2003, a Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A ajuizou demanda judicial contra a controlada Eletropaulo visando legitimar a cobrança de preço público pelo uso do solo ocupado pelos postes de iluminação, instalados nas faixas de domínio das rodovias por ela administradas, pretendendo também emitir autorização para fixação de postes. A Ecovias teve seu pleito provido parcialmente no STJ em 16 de março de 2012, e contra tal decisão a controlada Eletropaulo já apresentou seu recurso, em 22 de março de 2012. Em abril de 2012 a ABRADÉE requereu seu ingresso no processo como parte interessada. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a controlada Eletropaulo terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação.

(j) AIT

Em 25 de junho de 2002, a AIT – Automação Industrial Informática e Telecomunicação Ltda. (“AIT”) ajuizou ação indenizatória contra a controlada Eletropaulo, por meio da qual requereu o pagamento de indenização em razão de suposta perda de participação no mercado de informática que teria sido ocasionada pelo descumprimento e posterior rompimento do contrato firmado com a Eletropaulo Estatal. Proferida decisão pela 1ª instância, com base em um dos cenários apresentados pelo perito judicial, decidindo que a AIT deveria receber R\$ 51.000 pelos danos sofridos. A controlada Eletropaulo agora discute a questão em sede recursal. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a controlada Eletropaulo terá que desembolsar aproximadamente o valor de R\$ 98.569, atualizado até 31 de dezembro de 2012 (R\$ 83.726 em 31 de dezembro de 2011).

(k) Ação civil pública - City Boaçava

A Sociedade Amigos do Bairro City Boaçava moveu ação civil pública que visa impedir o reforço na linha de transmissão LTA Pirituba-Bandeirante 3-4, sob a alegação de que as radiações oriundas dos campos eletromagnéticos gerados pela referida linha produzem efeitos danosos aos seres humanos que residem em suas imediações. Foi proferida sentença parcialmente procedente. Contra a mencionada decisão, foi interposto recurso de apelação, o qual foi julgado em desfavor da controlada Eletropaulo. Em vista das questões constitucionais contidas na decisão, foi interposto recurso extraordinário, o qual aguarda julgamento perante o Supremo Tribunal Federal. Em 3 de março de 2011, por conta de um requerimento apresentado pela controlada Eletropaulo, o Supremo Tribunal Federal suspendeu os efeitos da decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São

Notas Explicativas

Paulo até o julgamento do mérito do recurso apresentado. Em junho de 2011 a ANEEL requereu seu ingresso no processo na qualidade de “*amicus curiae*”. Em setembro de 2011 o Supremo Tribunal Federal reconheceu que a matéria discutida no recurso apresentado pela controlada Eletropaulo é de “Repercussão Geral”, pelo que o ministro relator do caso no STF convocou audiência pública para ouvir o depoimento de pessoas com autoridade e experiência sobre o tema relativo ao campo eletromagnético de linhas de transmissão de energia elétrica. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a controlada Eletropaulo terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação.

(l) Ação civil pública - ETD Panorama

A Sociedade Amigos da Cidade Jardim moveu uma ação civil pública que visa impedir a construção da ETD Panorama. A ação foi julgada improcedente e foram opostos embargos de declaração pela parte contrária, que foram rejeitados. Foi interposta apelação pela Sociedade. Em 31 de dezembro de 2012, aguardava-se julgamento do recurso interposto pela Sociedade perante o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a controlada Eletropaulo terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação.

(m) Ação civil pública - suspensão no fornecimento

O Departamento de Assistência Judiciária e Defesa do Consumidor de Santo André, em 06 de janeiro de 2006, ajuizaram ação civil pública contra a controlada Eletropaulo objetivando (1) impedir a suspensão do fornecimento de energia elétrica dos usuários do Município de Santo André em virtude da apuração de fraude nas instalações de medição, (2) a declaração de nulidade dos termos de confissão de dívida firmados com os munícipes de Santo André, com a consequente devolução em dobro dos valores eventualmente recebidos indevidamente e, ainda, (3) que no caso de apuração de fraudes, seja a controlada Eletropaulo obrigada a demonstrar a autoria e materialidade das eventuais fraudes apuradas bem como estipular critérios objetivos para sua apuração. Proferida decisão parcialmente procedente em 1ª instância, em 31 de dezembro de 2012 o processo aguardava discussão em 2ª instância. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a controlada Eletropaulo terá impacto em suas operações, bem como terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação.

(n) Ação civil pública - contas vencidas - 90 dias

Em 15 de abril de 2005, o Ministério Público Federal ajuizou ação civil pública contra a controlada Eletropaulo objetivando (1) definir o prazo de prescrição da cobrança de valores referentes a contas de consumo em atraso para 90 dias, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (CDC), (2) também de acordo com o CDC, a restituição em dobro de qualquer quantia que tenha sido erroneamente cobrada de consumidores que assinaram confissões de dívida que

Notas Explicativas

eram parcialmente ou totalmente compostas de débitos de terceiros (ex proprietários, inquilinos ou ocupantes), e, por fim, (3) que a ANEEL fiscalize o cumprimento de tais determinações pela controlada Eletropaulo. Pela 1ª Instância foi proferida sentença parcialmente procedente, e contra tal decisão a controlada Eletropaulo apresentou recurso perante o Tribunal Regional Federal da 3ª Região, o qual aguarda julgamento. No momento é aguardado o cumprimento da parte da sentença que determina a identificação dos consumidores porventura atingidos pela decisão e a quantificação do valor envolvido na demanda judicial. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a controlada Eletropaulo terá impacto em suas operações, bem como terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo, não são passíveis de quantificação.

(o) Recolhimentos do FGTS - fundo de garantia por tempo de serviço

Em novembro de 1998 foram lavradas pela Caixa Econômica Federal 3 (três) notificações relativas a suposta falta de recolhimento de FGTS durante o período de janeiro de 1993 a setembro de 1998 no valor de R\$ 93.938 (atualizados até 31 de dezembro de 2012). Após a apresentação dos competentes recursos, em março de 2007, houve decisão desfavorável no âmbito administrativo e a consequente inscrição deste débito em Dívida Ativa da União. Diante disso, por entender como infundada a cobrança pretendida, a controlada Eletropaulo ajuizou uma Ação Cautelar para, diante da apresentação de uma Carta de Fiança, suspender o débito até que o mérito da discussão seja julgado. Até o momento, a controlada Eletropaulo aguarda decisão de 1ª Instância.

(p) PASEP - suspensão de exigibilidade

Em novembro de 2006 a controlada Eletropaulo ajuizou Ação Cautelar a fim de suspender a exigibilidade dos débitos de PASEP no valor de R\$ 38.779 (atualizado até 31 de dezembro de 2012) cobrado por meio do Processo Administrativo nº 10880.036851/90-51, o que foi concedido mediante a apresentação de Carta de Fiança. Tendo em vista a decisão desfavorável em 1ª Instância, a controlada Eletropaulo apresentou recurso, o qual ainda aguarda julgamento.

(q) Notificação Fiscal de Lançamento de Débitos (NFLDs) - execuções fiscais

Notificações Fiscais de Lançamento de Débitos Previdenciários (NFLDs) – Tratam-se de 3 (três) Execuções Fiscais promovidas pelo INSS, que totalizam o montante de R\$ 35.366 (atualizados até 31 de dezembro de 2012). Em suma, as discussões versam sobre a possível incidência da Contribuição Previdenciária sobre diferentes verbas de cunho não remuneratório.

(r) CSLL - base negativa

Em novembro de 2007, a controlada Eletropaulo ajuizou Ação Declaratória visando afastar a aplicação da MP nº 2.158/2001, que determinou que as empresas decorrentes de cisão parcial somente poderiam aproveitar os créditos de base

Notas Explicativas

negativa de CSLL na exata proporção do patrimônio líquido da empresa cindida. A controlada Eletropaulo insurge-se contra a aplicação desta regra, pois quer que seja respeitada proporção definida no protocolo de cisão, que é anterior à publicação da mencionada MP. A diferença entre os percentuais de saldo credor perfaz o montante de R\$ 112.277 (atualizados até 31 de dezembro de 2012). Atualmente, a controlada Eletropaulo conta com uma decisão favorável em 1ª Instância e aguarda o julgamento do recurso apresentado pela União. Apesar desta decisão, que suspende a exigibilidade do débito, em setembro de 2010, a Receita Federal lavrou Auto de Infração e proferiu um Despacho Decisório em face da controlada Eletropaulo exigindo valores de CSLL compensados nos 3º e 4º trimestres de 2005 e nos anos de 2006 e 2007, os quais até o momento aguardam decisão administrativa.

(s) Execuções fiscais municipais - diversas

A controlada Eletropaulo possui diversas Execuções Fiscais ajuizadas pelas Municipalidades de sua área de concessão, exigindo basicamente débitos de IPTU, Multas Posturais e ISS. O total dos débitos classificados como perda possível é de R\$ 8.490 (atualizados até 31 de dezembro de 2012).

(t) PIS – Decretos-Lei n^{os} 2.445/1988 e 2.449/1988

Em julho de 2000, a controlada Eletropaulo ajuizou Ação Judicial visando o reconhecimento dos créditos de PIS decorrentes do pagamento a maior efetuado durante a vigência dos mencionados Decretos, que haviam sido julgados inconstitucionais pelo STF. Em maio de 2012, a controlada Eletropaulo obteve decisão definitiva favorável reconhecendo o direito ao mencionado crédito. Contudo, há em trâmite 5 (cinco) Execuções Fiscais que visam a cobrança dos débitos compensados pela controlada Eletropaulo em 2002. Como tais débitos foram compensados com os créditos já reconhecidos pela decisão definitiva mencionada acima, eventual exposição da controlada Eletropaulo cinge-se à multa de mora de 20% aplicáveis aos débitos compensados, o que perfaz o montante de R\$ 38.969 (atualizado até 31 de dezembro de 2012).

(u) PIS – Estatuto da decadência

Trata-se de Execução Fiscal visando a cobrança de supostos débitos de PIS no valor de R\$ 204.092 (atualizados até 31 de dezembro de 2012) decorrentes da aplicação das normas impostas pela MP 1.407/1996. Em oposição a esta cobrança, a controlada Eletropaulo apresentou defesa sustentando a decadência do direito do Fisco exigir estes valores em função do tempo decorrido entre os fatos geradores e a devida constituição do débito tributário, que teria tardado mais de 5 anos.

(v) Ação Civil Pública - restabelecimento de energia elétrica

Estado de São Paulo e a Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON ajuizaram ação civil pública em 22 de junho de 2011 contra a controlada Eletropaulo, perante a Justiça Estadual do Estado de São Paulo, com

Notas Explicativas

fundamento na interrupção no fornecimento de energia no período entre os dias 7 e 9 de junho de 2011, quando a cidade de São Paulo foi atingida por um ciclone extratropical agravado por intensas chuvas. Após ser citada dos termos da ação e da liminar concedida, a controlada Eletropaulo apresentou recurso perante o Superior Tribunal de Justiça, o qual determinou a suspensão da liminar concedida pelo TJSP. Contra a decisão do STJ, o PROCON apresentou recurso que restou rejeitado pelo próprio STJ em dezembro de 2011. Na ação civil pública, a controlada Eletropaulo apresentou sua contestação em 14 de outubro de 2011. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a controlada Eletropaulo terá que desembolsar valores, os quais, em razão da atual situação do processo, não são passíveis de quantificação.

(w) FINSOCIAL

Em julho de 2012 a controlada Eletropaulo foi intimada de 2 (dois) Despachos Decisórios que homologaram parcialmente as compensações realizadas com créditos de FINSOCIAL. Vale ressaltar que tais créditos decorrem de uma decisão judicial definitiva que o reconheceram, permanecendo a discussão somente com relação ao seu montante. O valor da parcela ainda não homologada é de R\$ 129.471 (atualizado até dezembro de 2012). Aguarda-se decisão sobre os recursos apresentados.

(x) COFINS - Anistia

Ação Judicial proposta pela controlada Eletropaulo em face da Fazenda Nacional visando o reconhecimento dos valores pagos a título de COFINS, considerando as reduções de multa e juros garantidas pela anistia prevista na Lei 9.779/99. Em maio de 2012, houve decisão de 2ª Instância reconhecendo o direito às reduções trazidas pela anistia. Contudo, no teor desta mesma decisão, foi proferido o entendimento de que os encargos legais de 20% sobre o valor do débito não teriam sido afastados pela anistia, permanecendo, portanto, a exigência com relação a este montante, que perfaz o valor de R\$ 138.600 (atualizado até 31 de dezembro de 2012).

Cartas de fiança e caução

Em 31 de dezembro de 2012, a controlada Eletropaulo possui cartas de fiança para processos judiciais e compra de energia. As principais cartas de fiança da controlada Eletropaulo estão relacionadas abaixo:

Natureza	Quantidade	Valor	Taxa a.a.
Fiscal	38	1.244.916	1,00% a 6,00%
Cível	2	5.893	1,65% a 1,75%
Trabalhista	25	46.143	1,00% a 6,00%
Comercial - compra de energia	18	9.262	1,00%

Notas Explicativas

22. Encargos tarifários e do consumidor a recolher

	Consolidado	
	2012	2011
<u>CIRCULANTE</u>		
Conta de desenvolvimento energético - CDE	41.153	36.811
Quota para a CCC - sistemas isolados	28.757	54.348
Quota para a reserva global de reversão	11.610	10.650
Outras encargos	285	269
Total	81.805	102.078
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Quota para a reserva global de reversão	2.705	27.088
	2.705	27.088

23. Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética

	Consolidado	
	2012	2011
<u>CIRCULANTE</u>		
Pesquisa e desenvolvimento	19.448	13.113
Fundo nacional de desenvolvimento tecnológico	1.618	1.354
Ministério de Minas e Energia	809	677
Eficiência energética	26.404	25.583
Subtotal	48.279	40.727
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Pesquisa e desenvolvimento	25.649	35.919
Eficiência energética	-	40.783
Subtotal	25.649	76.702
Total	73.928	117.429

As movimentações de pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética são como segue:

	31.12.2011	Provisões	Pagamentos	Aplicações	Atualização monetária	31.12.2012
Pesquisa e desenvolvimento	49.032	15.861	-	(23.366)	3.570	45.097
Fundo nacional de desenvolvimento tecnológico	1.354	15.861	(15.597)	-	-	1.618
Ministério de Minas e Energia	677	7.931	(7.799)	-	-	809
Eficiência energética	66.366	39.504	-	(82.836)	3.370	26.404
Total	117.429	79.157	(23.396)	(106.202)	6.940	73.928

	31.12.2010	Provisões	Pagamentos	Aplicações	Atualização monetária	31.12.2011
Pesquisa e desenvolvimento	66.043	17.443	-	(40.193)	5.739	49.032
Fundo nacional de desenvolvimento tecnológico	2.805	17.443	(18.894)	-	-	1.354
Ministério de Minas e Energia	1.402	8.723	(9.448)	-	-	677
Eficiência energética	92.961	43.609	-	(79.299)	9.095	66.366
Total	163.211	87.218	(28.342)	(119.492)	14.834	117.429

Notas Explicativas

24. Outras obrigações

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
<u>CIRCULANTE</u>				
Devolução - obrigações vinculadas à concessão	-	-	38.323	38.597
Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública - cosip	-	-	48.787	45.851
Empréstimo compulsório Eletrobrás	-	-	568	1.287
Recebimento em duplicidade de clientes	-	-	18.417	14.794
Programa baixa renda	-	-	3.840	3.610
PIS/Cofins diferença de alíquota	-	-	-	6.676
Taxa de fiscalização - ANEEL	-	-	1.976	2.031
Adicional CCC- Lei no 12.111	-	-	2.427	2.031
Ajuste de faturas - consumidores	-	-	11.274	8.931
Bônus Itaipu	-	-	2.797	2.423
Outras	423	450	47.777	46.014
Total	423	450	176.186	172.245
<u>NÃO CIRCULANTE</u>				
Adiantamento relacionado a venda de bens (*)	-	-	20.000	47.613
Outras	-	-	6.949	7.823
Total	-	-	26.949	55.436

(*) Através da escritura pública de compromisso de compra e venda, lavrada em 2 de abril de 2007 e posteriores modificações, a controlada Eletropaulo se comprometeu a vender à Golf Village Empreendimentos Imobiliários S.A., imóveis de sua propriedade e posse pelo valor de R\$ 80.000. O reconhecimento contábil da venda ocorre somente quando da transferência efetiva da matrícula. Em dezembro de 2012, a controlada Eletropaulo concluiu a venda dos imóveis remanescentes, os quais ainda se encontravam sob sua posse e responsabilidade. Desta forma, o valor recebido a título de adiantamento e anteriormente classificado na rubrica de outras obrigações foi compensado com o valor dos imóveis transferidos (registrados na rubrica outros créditos – bens e direitos destinados à alienação). Adicionalmente, houve o reconhecimento no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 do efeito da correção monetária (resultado financeiro) relativo à venda no montante de R\$ 42.477.

Em 28 de dezembro de 2012, a controlada Eletropaulo celebrou Instrumento Particular de Compromisso de Venda e Compra de Imóvel tendo por objeto a alienação de imóvel de sua propriedade (Cambuci) para a GTIS Cambuci Empreendimentos e Participações Ltda., sendo esta alienação sujeita à aprovação prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Como a controlada Eletropaulo ainda possui propriedade e posse em relação ao imóvel situado no Cambuci, a assinatura do Instrumento Particular de Compromisso de Venda e Compra de Imóvel não gerou impactos contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, os quais são esperados até 2014. O valor recebido na assinatura do contrato no montante de R\$ 20.000 foi classificado como adiantamento na rubrica de outras obrigações.

Notas Explicativas

25. Patrimônio

25.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2012, o capital social autorizado da Companhia, totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 958.782, integralmente representado por 95.061.053, ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal (R\$ 958.782 representado por 95.061.053 ações em 31 de dezembro de 2011).

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 não houve emissão ou resgate de ações.

25.2 Composição acionária

<u>Acionistas</u>	2012		2011	
	Ordinárias		Ordinárias	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Companhia Brasileira de Energia	93.404.112	98,26	93.404.099	98,26
Outros	1.656.941	1,74	1.656.954	1,74
Total das ações	95.061.053	100	95.061.053	100

25.3 Reserva de lucros

(a) Reserva legal

De acordo com a legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para a reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital social. A reserva legal poderá ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não poderá ser usada para fins de distribuição de dividendos.

(b) Reserva estatutária

Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de dezembro de 2011, foi aprovada a modificação do Estatuto Social da Companhia, para a criação de Reserva Especial para reforço do capital de giro e financiamento da manutenção, expansão e do desenvolvimento das atividades que compõem o objeto social da Companhia. A Administração pode propor à deliberação da Assembleia Geral a destinação de até 75% do lucro líquido ajustado a essa reserva estatutária. O saldo da referida reserva em conjunto com as demais reservas de lucros, com exceção das reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social.

De acordo com a legislação societária brasileira, o prejuízo do exercício deverá, obrigatoriamente, ser absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem. Desta forma, a Companhia absorveu R\$ 25.263 do prejuízo do exercício com parte da reserva estatutária.

Notas Explicativas

25.4 Ajustes de avaliação patrimonial

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo do ajuste de avaliação patrimonial é composto somente pela mais valia dos ativos registrados na controlada Eletropaulo em 2007 (reavaliação de ativos), no montante de R\$ 228.800, líquido de imposto de renda e contribuição social (R\$ 232.629 em 31 de dezembro de 2011).

A controlada Eletropaulo mudou prospectivamente sua política contábil e registrou no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, todo o efeito da estimativa do valor justo do ativo financeiro de concessão anteriormente registrada no patrimônio líquido. Desta forma, não há saldo reflexo registrado no patrimônio líquido da Companhia relacionado com estimativa do valor justo dos bens do ativo financeiro de concessão (em 31 de dezembro de 2011 o saldo líquido de imposto de renda e contribuição social é de R\$ 22.577). Os saldos estão sendo apresentados líquidos do imposto de renda e contribuição social, conforme segue.

		%	2012	2011
Mais valia dos ativos registrados na controlada Eletropaulo em 2007 - Líquido de imposto de renda e contribuição social			738.778	751.144
Participação da Companhia na controlada Eletropaulo	30,97%		228.800	232.629
Atualização dos bens do ativo financeiro de concessão na controlada Eletropaulo - Líquido de imposto de renda e contribuição social			-	72.900
Participação da Companhia na controlada Eletropaulo	30,97%		-	22.577
Total dos ajustes de avaliação patrimonial			228.800	255.206

26. Destinação do resultado

O Estatuto Social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei nº 6.404/1976.

Os juros sobre o capital próprio são calculados em conformidade com os limites estabelecidos na legislação tributária brasileira e fazem parte da totalidade dos dividendos distribuídos no ano. O imposto de renda corresponde a 15% do valor dos juros sobre capital próprio.

	2012	2011
Lucro líquido do período	(30.675)	436.885
Realização do ajuste de avaliação patrimonial (reserva reavaliação, líquida)	3.829	26.375
Constituição de reserva legal	-	(23.163)
Constituição de reserva estatutária	-	(136.766)
Dividendos e JSCP prescritos	-	534
Ajuste por conta de dividendos e JSCP prescritos de controladas (i)	1.583	2.503
Absorção de prejuízos com reserva de lucros	25.263	-
Subtotal	-	306.368
Dividendos intermediários distribuídos	-	(128.000)
Juros sobre Capital Próprio propostos	-	(20.988)
Proposta de dividendos complementares excedentes ao mínimo obrigatório	-	(157.380)
Saldo de Lucros Acumulados	-	-

Notas Explicativas

Dividendos intermediários distribuídos
Juros sobre Capital Próprio propostos - (Bruto)
Dividendos complementares propostos excedente ao mínimo obrigatório

Ação	2012	2011
Tipo	R\$ p/ ação	R\$ p/ ação
ON	-	1,35
ON	-	0,22
ON	-	1,66

Conforme destacado na nota explicativa nº 25.3, a Companhia absorveu R\$ 25.263 do prejuízo do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, com parte da reserva estatutária.

27. Lucro (Prejuízo) por ação

Os dados de lucro por ação são apresentados por tipo e natureza de ação. Tal apresentação está de acordo com a prática no Brasil de negociação e cotação de ações em lotes de ações.

A tabela a seguir apresenta o lucro (prejuízo) básico e diluído por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011:

	2012	2011
Numerador:		
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício de operações continuadas	(30.675)	417.149
Lucro líquido do exercício de operações descontinuadas	-	19.736
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	(30.675)	436.885
Denominador (em milhares de ações):		
Média ponderada do número de ações ordinárias	95.061	95.061
Lucro básico e diluído por ação (em Reais - R\$)		
Lucro (Prejuízo) básico e diluído por ação ordinária de operações continuadas	(0,32269)	4,38822
Lucro básico e diluído por ação ordinária de operações descontinuadas	-	0,20760
Lucro (Prejuízo) básico e diluído por ação ordinária - Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	(0,32269)	4,59584

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, as quantidades de ações da Companhia não sofreram alterações.

Não houve transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e data da conclusão destas demonstrações contábeis.

Notas Explicativas

28. Receita operacional líquida

	Consolidado					
	2012			2011		
	Número de consumidores faturados (*)	MWh (*)	R\$	Número de consumidores faturados (*)	MWh (*)	R\$
Receita de prestação de serviço de distribuição de energia elétrica						
Classe de consumidores:						
Residencial	6.094.754	17.029.132	6.622.458	5.956.173	16.407.714	6.458.449
Industrial	27.972	5.803.454	1.910.996	28.465	5.995.610	2.017.368
Comercial	340.098	11.815.282	4.125.763	344.606	11.614.381	4.151.582
Rural	774	31.369	3.661	769	29.971	3.523
Poder Público:						
Federal	1.281	179.159	61.600	1.273	171.761	60.435
Estadual	4.288	676.277	184.814	4.230	629.343	185.014
Municipal	9.722	456.835	171.861	9.365	449.959	174.547
Iluminação pública	1.902	886.737	181.580	1.613	872.695	175.404
Serviço público	1.319	691.671	189.605	1.295	645.478	183.289
Encargo de capacidade emergencial	-	-	9	-	-	9
Remuneração do ativo financeiro	-	-	156.661	-	-	148.426
Transferência para atividades de distribuição	-	-	(6.533.372)	-	-	(7.339.115)
Subtotal - Fornecimento	6.482.110	37.569.916	7.075.636	6.347.789	36.816.912	6.218.931
Outras						
PIS/Cofins diferença de alíquota	-	-	17.083	-	-	(36.505)
Transferência para obrigações especiais - ultrapassagem de demanda (**)	-	-	(23.845)	-	-	(17.214)
Transferência para obrigações especiais - excedente de reativos (**)	-	-	(75.000)	-	-	(35.150)
Não faturado	-	-	(16.774)	-	-	18.967
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD	451	7.986.746	755.675	306	8.284.379	829.224
Transferência para atividades de distribuição	-	-	6.533.372	-	-	7.339.115
Transferência para obrigações especiais - ultrapassagem de demanda - TUSD (**)	-	-	(10.474)	-	-	(1.452)
Transferência para obrigações especiais - excedente de reativos - TUSD (**)	-	-	(11.935)	-	-	(2.712)
Remuneração do ativo financeiro - TUSD	-	-	12.358	-	-	14.325
Energia no curto prazo	-	-	103.015	-	-	50.887
Receita de construção	-	-	831.115	-	-	738.745
Outras receitas	-	-	123.468	-	-	122.992
Receita Operacional Bruta	6.482.561	45.556.662	15.313.694	6.348.095	45.101.291	15.240.153
Quota para reserva global de reversão	-	-	(70.003)	-	-	(67.938)
Encargo de capacidade emergencial	-	-	(9)	-	-	(9)
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	-	-	(79.157)	-	-	(87.218)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	(493.840)	-	-	(441.728)
Conta de Consumo de Combustível - CCC	-	-	(524.224)	-	-	(620.186)
Encargos do consumidor - proinfa	-	-	(42.974)	-	-	(44.485)
Encargos do consumidor Lei nº 12.111	-	-	(23.791)	-	-	(26.165)
ICMS	-	-	(2.782.729)	-	-	(2.786.262)
Cofins - corrente	-	-	(1.098.730)	-	-	(1.092.389)
Pis - corrente	-	-	(238.540)	-	-	(237.163)
ISS	-	-	(499)	-	-	(1.032)
Deduções a Receita a Bruta	-	-	(5.354.496)	-	-	(5.404.575)
Receita Operacional Líquida	6.482.561	45.556.662	9.959.198	6.348.095	45.101.291	9.835.578

(*) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

(**) Baseado no Despacho da ANEEL nº 4.991, de 29 de dezembro de 2011 e de acordo com a metodologia aprovada para o 3º Ciclo de Revisão Tarifária, as receitas auferidas com ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, devem ser contabilizadas como obrigações especiais.

Notas Explicativas

29. Custo do serviço de energia elétrica

	Consolidado			
	MWh (*)		R\$	
	2012	2011	2012	2011
Energia elétrica comprada para revenda:				
ITAIPU	9.900.264	9.963.335	(1.038.715)	(891.634)
Contrato bilateral - AES Tiête (**)	11.138.112	11.107.680	(1.982.718)	(1.858.254)
Contrato bilateral - Outros	43.685	211.987	(7.609)	(35.440)
Compra - CCEE	125.933	-	(32.460)	6.723
Compra - CCEAR	22.519.838	22.487.785	(2.590.599)	(1.998.921)
ICMS sobre perdas comerciais	-	-	(2.900)	41.967
(-) Créditos PIS/Cofins	-	-	489.508	430.533
Total	43.727.832	43.770.787	(5.165.493)	(4.305.026)
Energia elétrica comprada para revenda - Proinfa	1.003.809	950.230	(210.785)	(159.045)
Total	44.731.641	44.721.017	(5.376.278)	(4.464.071)

	Consolidado	
	2012	2011
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição:		
Uso da Rede Básica	(1.043.505)	(906.958)
Encargos do Serviço do Sistema - ESS	(349.451)	(223.160)
Transporte de Energia - Furnas/Itaipu	(88.761)	(82.950)
ONS - Operador Nacional do Sistema	(29.954)	(24.734)
CUSD - Custo do Uso do Sistema de Distribuição	(11.998)	(23.439)
Conexão a Rede Básica - CTEEP	(85.542)	(74.171)
(-) Créditos PIS/Cofins	127.021	110.335
Total	(1.482.190)	(1.225.077)

(*) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

(**) Veja informações sobre o contrato com a AES Tietê na nota explicativa nº 33 – partes relacionadas.

Notas Explicativas

30. Outros custos

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Ganhos na alienação de bens e direitos	-	-	1.789	6.448
Arrendamentos e aluguéis	(1)	-	(21.863)	(12.220)
Seguros	(15)	(38)	(3.406)	(2.807)
Tributos	(6)	(3)	(28.875)	(27.979)
Doações, contribuições e subvenções	(42)	(39)	(2.551)	(4.204)
Tarifa bancária	-	(3)	(44.808)	(44.948)
Publicidade	(858)	(975)	(18.194)	(29.812)
Responsabilidade social	-	-	(2.290)	(16.100)
Perdas na desativação de bens e direitos	-	-	(56.919)	(24.650)
Indenização por danos elétricos e não elétricos - PID	-	-	(10.301)	(5.461)
Baixa do ativo financeiro de concessão	-	-	(8.326)	(2.271)
Taxa de administração do plano - Fundação CESP	-	-	(10.179)	(9.465)
Créditos de PIS e COFINS	-	-	228	392
Outros	(109)	(482)	(2.534)	(6.073)
Total	(1.031)	(1.540)	(208.229)	(179.150)

31. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
<u>Receitas financeiras</u>				
Renda de aplicações financeiras	718	1.184	111.917	150.114
Selic - Finsocial	-	-	-	54.713
Acréscimo moratório - consumidores	-	-	84.183	84.405
Multas	-	-	5.661	7.037
Subvenções governamentais	-	-	329	-
PIS - Crédito tributário - nota explicativa nº 6	-	-	18.478	-
Outras	1.978	1.156	20.834	24.407
Total	2.696	2.340	241.402	320.676
<u>Despesas financeiras</u>				
Encargo de dívidas - empréstimos moeda nacional	-	-	(307.027)	(344.909)
Encargo de dívidas - empréstimos moeda estrangeira	-	-	215	207
Juros capitalizados transferidos para o intangível em curso	-	-	8.579	29.597
Juros sobre Pis/Pasep e Cofins	-	-	-	745
Multas moratórias, compensatórias e sancionatórias	-	-	(1.533)	(1.381)
Processos regulatórios - nota explicativa nº 21	-	-	(43.507)	(26.916)
DIC/FIC/DMIC/DICRI (*)	-	-	(24.871)	(29.703)
Ganhos e perdas em investimentos	-	-	(11.862)	(21.235)
Outras	(2.378)	(3.000)	(33.870)	(47.136)
Total	(2.378)	(3.000)	(413.876)	(440.731)
<u>Variações monetárias e cambiais líquidas</u>				
Variações monetárias - moeda nacional	-	-	56.342	61.781
Variações monetárias - Golf Village - nota explicativa nº 24	-	-	42.477	-
Variações monetárias - ativo financeiro de concessão	-	-	(15.119)	-
Variações monetárias sobre P&D e eficiência energética	-	-	(6.940)	(14.834)
Variações monetárias sobre depósitos judiciais	-	-	45.122	50.485
Variações cambiais - Itaipu	-	-	(12.357)	(20.510)
Variações cambiais - outras	-	-	(207)	(53)
Total	-	-	109.318	76.869
Total Líquido	318	(660)	(63.156)	(43.186)

(*) DIC, FIC, DMIC e DICRI são indicadores que refletem a qualidade do fornecimento de energia elétrica prestada aos clientes. Indicam a duração e frequência da interrupção de energia, assim como a duração máxima (tolerância) que o consumidor pode ter o fornecimento de energia interrompido. Quando estes indicadores ultrapassam as metas estabelecidas pela ANEEL, os consumidores recebem uma compensação financeira na

Notas Explicativas

fatura de energia. A controlada Eletropaulo efetua o ressarcimento ao cliente, através de crédito na fatura, em até dois meses após a ocorrência.

32. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são calculados com base nas alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo 25% para o Imposto de Renda e 9% para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Os tributos diferidos relativos a provisões temporariamente indedutíveis, prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e reserva de reavaliação são registrados nas contas patrimoniais (vide nota explicativa nº 7). A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

	Controladora				Consolidado			
	2012		2011		2012		2011	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
a) Composição dos tributos no resultado:								
Na rubrica de tributos:								
Correntes	(2.569)	(934)	1	-	(3.647)	(517)	(533.209)	(199.927)
Diferidos	(227)	(82)	(95)	(240)	(32.919)	(11.851)	(13.316)	(5.000)
Total	(2.796)	(1.016)	(94)	(240)	(36.566)	(12.368)	(546.525)	(204.927)
b) Demonstração do cálculo dos tributos - Despesa:								
Resultado antes dos tributos	(26.863)	(26.863)	417.483	417.483	92.774	92.774	2.253.253	2.253.253
Adições (exclusões):								
Juros sobre o capital próprio a pagar	-	-	(20.988)	(20.988)	(54.318)	(54.318)	(94.027)	(94.027)
Juros sobre o capital próprio a receber	15.867	15.867	21.336	21.336	15.867	15.867	21.336	21.336
Doações	-	-	-	-	2.738	2.738	16.845	16.845
Gratificação a administradores - parcela não dedutível	-	-	-	-	2.671	2.671	4.686	4.686
Benefício fiscal P&D - Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	(9.814)	(9.814)	(21.441)	(21.441)
Perdas indedutíveis no contas a receber	-	-	-	-	4.281	4.281	-	-
Perdas de Capital - Baixa de Imobilizado	-	-	-	-	9.184	9.184	12.998	12.998
Multas indedutíveis	-	-	-	-	1.805	1.805	2.804	2.804
Despesas indedutíveis	-	-	-	-	4.675	4.675	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	(21.569)	(21.569)	(466.218)	(466.218)	-	-	-	-
Amortizações	45.946	45.946	45.946	45.946	45.946	45.946	45.946	45.946
Outros	1.438	1.438	2.215	2.215	9.699	9.705	27.813	30.095
Total das adições (exclusões)	41.682	41.682	(417.709)	(417.709)	32.734	32.740	16.960	19.242
Base de cálculo antes da compensação	14.819	14.819	(226)	(226)	125.508	125.514	2.270.213	2.272.495
Compensação de Prejuízo Fiscal e Base Negativa	(4.446)	(4.446)	-	-	(4.446)	(4.446)	-	-
Base de cálculo (*)	10.373	10.373	(226)	(226)	121.062	121.068	2.270.213	2.272.495
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%	25%	9%	25%	9%
Despesa com tributos às alíquotas nominais	(2.593)	(934)	-	-	(31.377)	(11.296)	(567.553)	(204.525)
Incentivos	-	-	-	-	-	-	21.541	-
Compensação de base de cálculo	-	-	-	-	-	-	24	-
Baixa IR/CS sobre PSAP	-	-	-	-	-	479	151	-
Ajuste IRPJ/CSLL - Baixa de Créditos Prescritos	-	-	-	-	(706)	-	(1.632)	(742)
Ajuste IRPJ/CSLL 2009 - Exclusão P&D	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste - IRPJ/CSLL 2010	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste - IRPJ/CSLL 2011	-	-	-	-	(372)	(62)	1.149	413
Outros	(203)	(82)	-	-	(4.111)	(1.489)	(205)	(73)
Total da (despesa) receita com tributos	(2.796)	(1.016)	-	-	(36.566)	(12.368)	(546.525)	(204.927)
Alíquota Efetiva	-	-	-	-	39,4%	13,3%	24,3%	9,1%

(*) A Companhia apurou no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, prejuízo fiscal e base negativa no montante de R\$ 226, desta forma, não havendo imposto de renda e contribuição social correntes a pagar. Contudo, a Companhia efetuiu o registro dos impostos diferidos passivos no montante de R\$ 335. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia apurou imposto de renda e contribuição social correntes a pagar no montante de R\$ 3.503, devido basicamente ao reconhecimento dos juros sobre capital próprio a receber de sua controlada Eletropaulo.

Em 2009, foi sancionada a Lei nº 11.941/2009, resultado da conversão em lei da Medida Provisória nº 449/2008, criando o chamado Regime Tributário de Transição ("RTT"), o qual, em síntese, busca neutralizar os impactos da adoção das novas práticas contábeis instituídos pela Lei nº 11.638/2007 e pelos artigos 37

Notas Explicativas

e 38 da própria Lei nº 11.941/2009. Para os anos-calendário de 2008 e 2009, o RTT foi optativo e passou a ser obrigatório a partir do ano-calendário de 2010.

A Companhia e sua controlada optaram pelo Regime Tributário de Transição, e desde 2008 vem registrando imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ajustes oriundos da adoção das novas práticas contábeis (CPC's), não gerando impactos de caixa. Tal regime vigorará até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos tributários dos novos métodos e critérios contábeis.

33. Partes relacionadas

A Companhia é controlada diretamente pela Companhia Brasileira de Energia (Brasiliiana), a qual, por sua vez, é uma controlada indireta da The AES Corporation. A Brasiliiana é uma sociedade por ações, de capital aberto, e tem por objetivo exercer o controle direto, além do controle indireto da Companhia, das seguintes empresas operacionais: AES Tietê S.A. (Tietê), e AES Uruguaiana Empreendimentos S.A.(Uruguaiana S.A.), mediante participação direta no capital dessas sociedades.

Adicionalmente, a Brasiliiana detém o controle de uma comercializadora de energia elétrica e prestadora de serviços relacionados à distribuição de energia elétrica (a AES Infoenergy Ltda., que teve sua denominação social alterada em 19 de novembro de 2012 para AES Serviços Tc Ltda.).

Os investimentos detidos pela Brasiliiana em duas empresas de telecomunicações (Eletropaulo Telecomunicações Ltda. e AES Com Rio) foram vendidos em 31 de outubro de 2011.

Notas Explicativas

33.1 Partes relacionadas:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Ativo				
Companhia Brasileira de Energia (ii)	-	-	15.112	14.184
AES Eletropaulo - juros sobre o capital próprio	13.487	18.135	-	-
AES Eletropaulo - dividendos	167	37.401	-	-
AES Sul - outros créditos	-	-	2.759	2.759
AES Sul - sublocação (vi)	-	-	6	-
AES Serviços TC Ltda. - outros créditos	-	-	-	37
	13.654	55.536	17.877	16.980
Passivo				
Companhia Brasileira de Energia - juros sobre o capital próprio	-	17.529	2.128	20.391
Companhia Brasileira de Energia - dividendos	-	-	25	5.901
AES Tietê - nota explicativa nº 15 (i)	-	-	204.847	237.315
AES Serviços TC Ltda. - corte/religa (v)	-	-	255	-
AES Big Sky (iii)	-	-	460	-
	-	17.529	207.715	263.607
Patrimônio Líquido				
Companhia Brasileira de Energia (iv)	429.200	429.200	429.200	429.200
	429.200	429.200	429.200	429.200
	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Resultado				
AES Tietê - nota explicativa nº 29 (i)	-	-	(1.982.718)	(1.858.254)
AES Big Sky (iii)	-	-	(2.260)	(5.121)
Companhia Brasileira de Energia	-	-	-	707.313
Companhia Brasileira de Energia (ii)	-	-	928	-
AES Serviços TC - corte/religa (v)	-	-	(1.820)	-
AES Tietê - sublocação (vi)	-	-	457	-
Companhia Brasileira de Energia - sublocação (vi)	-	-	1	-
AES Serviços TC Ltda. - sublocação (vi)	-	-	127	-
AES Sul - sublocação (vi)	-	-	25	-
AES Rio PCH - sublocação (vi)	-	-	1	-
AES Holdings Brasil - sublocação (vi)	-	-	1	-
Eletropaulo Telecomunicações - outras receitas (*)	-	-	-	3.244
Eletropaulo Telecomunicações - serviços de terceiros (*)	-	-	-	(3.053)
	-	-	(1.985.258)	(1.155.871)

(*) A Eletropaulo Telecomunicações Ltda. deixou de ser uma empresa do grupo AES Brasil em 31 de outubro de 2011.

- (i) Em dezembro de 2000, a controlada Eletropaulo assinou contrato de compra e venda de energia elétrica com a empresa coligada Tietê, pelo prazo de quinze anos. De acordo com esse contrato, a controlada Eletropaulo passou a comprar a partir de 2003 da Tietê a energia correspondente à redução de 25% ao ano nas quantidades dos contratos iniciais. Prazo de vigência deste contrato é 31 de dezembro de 2015.

Esse contrato foi homologado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. O preço médio no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 178,01 por MWh (R\$ 167,29 por MWh para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011). Este contrato é atualizado anualmente pelo IGP-M.

Notas Explicativas

- (ii) Refere-se ao montante a receber da Companhia Brasileira relativo a venda da Eletropaulo Telecomunicações Ltda. para a Tim Celular S.A..
- (iii) Refere-se ao valor da contratação da prestação de serviços de processamento e operacionalização da gestão de sistemas informatizados e integrados com a empresa coligada AES Big Sky.
- (iv) Refere-se a valores devidos à controladora Brasileira em função da reestruturação societária do Grupo AES, os quais deverão ser objeto de capitalização. Esses valores não estão sujeitos à atualização monetária e prazo de vencimento.
- (v) Refere-se ao Contrato de Prestação de Serviços entre a Controlada Eletropaulo e a AES Serviços TC, tendo por objeto a prestação de serviços técnicos comerciais de corte, religação, modificação, aferição, verificação e ligação de energia elétrica.
- (vi) Corresponde ao contrato de Sublocação de parte de imóvel comercial celebrados entre a controlada Eletropaulo (Sublocadora) e as demais empresas (Sublocatárias), pelo prazo de 10 anos. A ANEEL aprovou a operação por meio do Despacho nº 2.804/2012.

33.2 Remuneração da Alta Administração

De acordo com a orientação contida na Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, a Companhia e suas controladas estão divulgando a remuneração de sua Alta Administração. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a remuneração é conforme segue:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Benefícios de curto prazo (a)	86	14	10.453	8.797
Benefícios pós-emprego (b)	-	-	205	141
Outros benefícios de longo prazo (c)	-	-	260	334
Benefícios de rescisão contrato de trabalho	-	-	35	31
Remuneração baseada em ações (d)	-	-	845	831
Total	86	14	11.798	10.134

A remuneração da Alta Administração inclui os montantes relativos à AES Com Rio até 30 de junho de 2011.

- a) Compostos por ordenados, salários e contribuições para a previdência social e benefícios não monetários (tais como assistência médica, moradia, automóveis e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados);
- b) Compostos por pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego;
- c) Compostos por licença remunerada, gratificação por tempo de serviço, participação nos lucros, gratificações e outras compensações diferidas;

Notas Explicativas

- d) Compostos por ações e opções de ações à alta administração através da outorga de instrumentos patrimoniais, concedidos pela The AES Corporation.

A remuneração dos administradores da Companhia e suas controladas foram aprovadas pelos seus acionistas em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 16 de abril de 2012.

34. Seguros

Em 31 de dezembro de 2012, a cobertura de seguros estabelecida pela Administração da controlada Eletropaulo para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil é como segue:

	Período de vigência		Importância segurada
	de	até	
Risco			
Riscos operacionais	1-abr-2012	1-abr-2013	R\$ 1.833.700
Vida em grupo	1-nov-2012	1-nov-2013	25 X salário, limitado a R\$ 1.300
Responsabilidade civil geral	1-jun-2012	1-jun-2013	R\$ 30.000
Frota veículos - RCF	31-ago-2012	31-ago-2013	RCFV garantia única R\$ 1.000

Em linha com a política de contratação de seguros da Companhia, contratou-se apólice de seguro de Responsabilidade Civil de Administradores (D&O) visando garantir aos administradores o reembolso dos valores pagos a título de indenização decorrentes de reparação de danos causados a terceiros ou à Companhia ou sua controlada, durante o exercício de suas atividades. A apólice está vigente até 15 de fevereiro de 2013 e tem limite máximo de indenização de R\$ 50.000. O seguro foi contratado em nome da Brasiliana, sendo que a mesma também abrange os executivos da Companhia e de sua controlada. Desta forma, cada sociedade controlada pela Brasiliana é responsável pelo pagamento de parte do prêmio da apólice, cujo critério para o rateio é definido em função do percentual de ativo total de cada uma das empresas.

O escopo dos trabalhos dos auditores independentes não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração e que considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

35. Instrumentos financeiros e gestão de riscos (Consolidado)

35.1 Considerações gerais

Os principais instrumentos financeiros, de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia e sua controlada, estão reconhecidos nas seguintes rubricas:

- a) Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 4);
- b) Investimentos de curto prazo (nota explicativa nº 4);

Notas Explicativas

- c) Consumidores, concessionárias e permissionárias (nota explicativa nº 5);
- d) Contas a receber - Acordos (nota explicativa nº 8);
- e) Cauções e depósitos vinculados; (nota explicativa nº 21);
- f) Ativo financeiro de concessão (nota explicativa nº 11);
- g) Fornecedores (nota explicativa nº 15);
- h) Empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro (nota explicativa nº 17);
- i) Subvenções governamentais (nota explicativa nº 18);
- j) Encargos tarifários e do consumidor a recolher (nota explicativa nº 22);
- k) Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar.

35.2 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

2012			
	Valor contábil	Valor justo	Categoria
ATIVO (Circulante e não circulante)			
Caixa e equivalentes de caixa	114.175	114.175	Ativo financeiro pelo valor justo por meio do resultado
Investimentos de curto prazo	710.043	710.043	Ativos financeiros disponíveis para venda
Consumidores, concessionárias e permissionárias	1.594.016	1.594.016	Empréstimos e recebíveis
Contas a receber - acordos	314.055	314.055	Empréstimos e recebíveis
Cauções e depósitos vinculados	475.980	475.980	Empréstimos e recebíveis
Ativo financeiro de concessão	1.181.937	1.181.937	Ativos financeiros disponíveis para venda
Total	4.390.206	4.390.206	
PASSIVO (Circulante e não circulante)			
Fornecedores	1.382.389	1.382.389	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro	2.802.219	2.829.455	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Subvenções governamentais	3.498	3.498	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Encargos tarifários e do consumidor a recolher	84.510	84.510	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	52.400	52.400	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Total	4.325.016	4.352.252	

2011			
	Valor contábil	Valor justo	Categoria
ATIVO (Circulante e não circulante)			
Caixa e equivalentes de caixa	162.995	162.995	Ativo financeiro pelo valor justo por meio do resultado
Investimentos de curto prazo	1.232.561	1.232.561	Ativos financeiros disponíveis para venda
Consumidores, concessionárias e permissionárias	1.520.600	1.520.600	Empréstimos e recebíveis
Contas a receber - acordos	352.298	352.298	Empréstimos e recebíveis
Cauções e depósitos vinculados	493.064	493.064	Empréstimos e recebíveis
Ativo financeiro de concessão	1.041.813	1.041.813	Ativos financeiros disponíveis para venda
Total	4.803.331	4.803.331	
PASSIVO (Circulante e não circulante)			
Fornecedores	1.063.104	1.063.104	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro	2.495.985	2.508.686	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Encargos tarifários e do consumidor a recolher	129.166	129.166	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	170.829	170.829	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Total	3.859.084	3.871.785	

As rubricas caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo são compostas basicamente por certificados de depósitos bancários (CDBs), operações compromissadas e títulos públicos. CDBs e operações compromissadas são marcados a mercado mensalmente com base na curva da taxa CDI para a data final do exercício, conforme definido em sua data de contratação. Para títulos públicos, a marcação a mercado é realizada com base nas taxas atuais obtidas da ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais).

Para as rubricas empréstimos, financiamentos e debêntures, o método de mensuração utilizado para cálculo do valor de mercado foi o fluxo de caixa

Notas Explicativas

descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

Para a rubrica ativo financeiro de concessão, vide nota explicativa nº 3.3.

Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia e sua controlada optaram por divulgá-los com valores equivalentes.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

35.3 Hierarquia do valor justo

A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros registrados a valor justo, conforme método de mensuração:

2012				
Valor justo	Mensuração			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
ATIVO (Circulante e Não Circulante)				
Caixa e equivalentes de caixa	114.175	114.175	-	-
Investimentos de curto prazo	710.043	-	710.043	-
Ativo financeiro de concessão	1.181.937	-	1.181.937	-
Total - Ativo	2.006.155	114.175	1.891.980	-

2011				
Valor justo	Mensuração			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
ATIVO (Circulante e Não Circulante)				
Caixa e equivalentes de caixa	162.995	54.835	108.160	-
Investimentos de curto prazo	1.232.561	-	1.232.561	-
Ativo financeiro de concessão	1.041.813	-	1.041.813	-
Total - Ativo	2.437.369	54.835	2.382.534	-

A mensuração dos instrumentos financeiros está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado:

Nível 1 – preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 – outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e

Nível 3 – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, não houve transferências decorrentes de avaliações de valor justo entre os níveis 1 e 2, nem para dentro ou fora do nível 3.

Notas Explicativas

35.4 Gerenciamento de riscos

(a) Estrutura de gerenciamento de riscos

Em sua estrutura, a Companhia conta com a Gerência de Análises Contábeis e Riscos que tem como principais atribuições garantir a adequada operacionalização dos controles voltados às demonstrações contábeis, bem como auxiliar na revisão de processos de maneira a assegurar que as políticas, procedimentos e normas internas em geral estabeleçam controles e níveis de aprovação de desembolsos adequados.

A Companhia conta também com uma Diretoria de Auditoria Interna, que atua em quatro segmentos: operacional, financeiro, tecnologia da informação e forense. A primeira avalia todos os processos e procedimentos ligados à operação da Companhia, a segunda avalia as demonstrações contábeis, a terceira os controles de segurança da informação e a investigação de possíveis fraudes e irregularidades, ambas em conformidade com a Lei Sarbanes-Oxley, exigências da legislação brasileira, normas regulatórias do setor elétrico e normas e procedimentos internos.

O plano anual de auditoria é elaborado em conformidade com o resultado da avaliação de riscos e tem como principal objetivo prover avaliação independente sobre riscos, ambiente de controle e deficiências significativas que possam impactar as demonstrações contábeis e processos da Companhia. Eventuais deficiências ou não conformidades são remediadas através de ação estabelecida pelos responsáveis de processos e sua implementação devidamente acompanhada pela área de Auditoria Interna.

Os principais controles que impactam as demonstrações contábeis da Companhia são revistos a cada quatro meses com base em testes de eficácia. No caso de identificação de eventuais pontos de melhoria sobre esses controles, a Companhia elabora um plano de ação com o intuito de implementá-los, com definição de prazos e alocação de responsabilidades para colocar em prática a melhoria desses controles de forma efetiva.

Outro aspecto relevante de controle interno, diz respeito à segregação de funções, que é objeto de constante monitoramento através de sistema especializado.

O plano de auditoria é aprovado pela Reunião de Diretoria, bem como os planos de ação para regularização de potenciais melhorias em base trimestral. O plano de auditoria também é apresentado aos Conselhos de Administração e Fiscal. Além disso, os resultados das auditorias são periodicamente informados ao Conselho Fiscal para acompanhamento.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia e sua controlada possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

Notas Explicativas

(b.1) Risco de crédito

Consiste no risco da Companhia e de sua controlada incorrerem em perdas devido a um cliente ou uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de: (a) contas a receber de clientes; e (b) equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Contas a receber

A controlada Eletropaulo está obrigada, por força de regulamentação do setor de energia elétrica e por cláusula incluída no contrato de concessão, a fornecer energia elétrica para todos os clientes localizados na sua área de concessão. De acordo com a regulamentação do setor de energia elétrica, a controlada Eletropaulo tem o direito de cortar o fornecimento de energia elétrica dos consumidores que não efetuem o pagamento das faturas.

Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer perda destes valores.

A Companhia e sua controlada atuam de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, centralizando as suas transações apenas em instituições de primeira linha e sem estabelecimentos de limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco do crédito na data de 31 de dezembro de 2012 é:

Consolidado	2012
Caixa e equivalentes de caixa	114.175
Investimentos de curto prazo	710.043
Consumidores, concessionárias e permissionárias	1.594.016
Contas a receber - acordos	314.055
Total da exposição	2.732.289

(b.2) Risco de liquidez

A Companhia e sua controlada adotam como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e minimizar riscos de liquidez; (ii) estabelecer diretrizes

Notas Explicativas

para contratação de operações de hedge para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia e sua controlada. Para as rubricas de “empréstimos e financiamentos” e “debêntures” estão sendo considerados os fluxos de caixa projetados. Por se tratar de uma projeção, estes valores diferem dos divulgados na nota explicativa nº 17. As informações refletidas na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

Consolidado	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Exercício findo em 31.12.2012					
Fornecedores	1.382.389	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	817	79.693	111.648	413.653	207.283
Debêntures	10.025	194.561	198.468	1.402.302	1.419.831
Arrendamento mercantil	1.854	2.640	1.518	1.078	-
Encargos tarifários e do consumidor a recolher	81.805	-	2.705	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio declarados	17.193	35.207	-	-	-
Total	1.494.083	312.101	314.339	1.817.033	1.627.114

De acordo com o CPC 40 Instrumentos Financeiros: Evidenciação, quando o montante a pagar não é fixado, o montante evidenciado é determinado com referência às condições existentes na data de encerramento do exercício. Portanto, o CDI utilizado nas projeções corresponde ao índice verificado na data de 28 de dezembro de 2012.

(b.3) Operações com instrumentos financeiros derivativos

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Companhia e sua controlada não possuem operações com instrumentos financeiros derivativos.

(b.4) Riscos de mercado

Riscos de taxas de juros

A controlada Eletropaulo possui empréstimos relevantes remunerados pela variação do DI, acrescidos de juros contratuais entre 1,12% a 1,75% ao ano. Consequentemente, o resultado da controlada Eletropaulo é afetado pela variação desses índices.

As aplicações financeiras foram efetuadas em fundos com liquidez diária e estão ajustadas pelo valor das quotas desses fundos em 31 de dezembro de 2012.

O montante de exposição líquida da Companhia e sua controlada aos riscos de taxas de juros na data base de 31 de dezembro de 2012 é:

Notas Explicativas

Consolidado	2012
Investimentos de curto prazo	710.043
Empréstimos e financiamentos - principal	(570.000)
Debêntures - principal	(2.200.000)
Total da exposição líquida	(2.059.957)

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos e nas dívidas aos quais a Companhia e sua controlada estavam expostas na data base de 31 de dezembro de 2012, foram definidos 05 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 28 de dezembro de 2012, foi extraída a projeção do indexador CDI para um ano e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a receita e despesa financeira bruta, que representa o efeito esperado no resultado e patrimônio líquido em cada cenário projetado, não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2012, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Aplicações financeiras - consolidado		Projeção receitas financeiras - 01 ano				
		Taxa de juros	Posição em 31.12.2012	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)
CDI				3,63%	5,44%	7,25%
Investimentos de curto prazo	CDI		710.043	25.739	38.609	51.478
Subtotal			710.043	25.739	38.609	51.478

Dívidas - consolidado		Projeção despesas financeiras - 01 ano				
		Taxa de juros	Posição em 31.12.2012	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)
CDI				3,63%	5,44%	7,25%
Debêntures - 9ª Emissão	CDI+1,12% a.a.		(250.000)	(11.977)	(16.552)	(21.128)
Debêntures - 11ª Emissão	CDI+1,75% a.a.		(200.000)	(10.887)	(14.570)	(18.254)
Debêntures - 13ª Emissão	CDI+1,50% a.a.		(400.000)	(20.738)	(28.086)	(35.435)
Debêntures - 14ª Emissão	CDI+1,50% a.a.		(600.000)	(31.107)	(42.130)	(53.152)
Debêntures - 15ª Emissão	CDI+1,24% a.a.		(750.000)	(36.863)	(50.606)	(64.349)
Cédulas de Crédito Bancário - Bradesco (CCB's)	CDI+1,50% a.a.		(570.000)	(29.551)	(40.023)	(50.495)
Subtotal			(2.770.000)	(141.123)	(191.967)	(242.813)
Total da exposição líquida			(2.059.957)	(115.384)	(153.358)	(191.335)

Risco de moeda

A controlada Eletropaulo está exposta ao risco de variação cambial, atrelado ao dólar norte-americano, através dos pagamentos de energia comprada de Itaipu, entretanto, as alterações de variação cambial são repassadas ao consumidor na tarifa, através do mecanismo da Conta de Compensação de Variações de Itens da Parcela A/CVA.

O montante de exposição líquida da Companhia e sua controlada ao risco de moeda na data base de 31 de dezembro de 2012 é:

Notas Explicativas

Consolidado	2012
Empréstimos e financiamentos - controlada Eletropaulo	31
Total da exposição líquida	31

Análise de sensibilidade ao risco de moeda

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador ao qual a controlada Eletropaulo está exposta em sua dívida na data base de 31 de dezembro de 2012, foi utilizada a projeção do dólar norte americana para o período de um ano, com base no relatório FOCUS de 28 de dezembro de 2012.

Desta forma, foi apurado o efeito esperado no resultado e patrimônio líquido da controlada Eletropaulo, não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos do contrato programado para um ano.

Moeda estrangeira controlada Eletropaulo	Posição em 31.12.2012	Atual		Projetado		Impacto esperado
		Cotação	Cenário em R\$	cotação	Cenário em R\$	
STN - Resolução nº 96/1993	15	2,04	31	2,07	31	(0)

Risco de preço

Revisão Tarifária Periódica 2011 e Reajuste Tarifário 2012

Em 2 de julho de 2012, a Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), em Reunião Pública de Diretoria realizada nesta mesma data, homologou o resultado da Terceira Revisão Tarifária Periódica da controlada Eletropaulo.

O índice de revisão tarifária aprovado foi de -9,33% (efeito médio a ser percebido pelo consumidor) e de -5,60% (efeito econômico), retroativo a 4 de julho de 2011 e aplicável a partir de 4 de julho de 2012.

A tabela abaixo mostra uma comparação entre os valores finais aprovados pela ANEEL e aqueles propostos na Audiência Pública 025/2012:

Componentes da tarifa	Audiência pública (Nota técnica 87/2012 SRE/ANEEL)	Valores finais (Nota técnica 213/2012 SRE/ANEEL)
Parcela A	7.742.000	7.708.718
Parcela B		
Base de remuneração bruta	10.622.082	10.748.787
Base de remuneração líquida	4.376.200	4.445.093
WACC antes dos impostos	11,36%	11,36%
Taxa de depreciação regulatória	3,82%	3,82%
Custo anual das instalações móveis e imóveis	98.323	98.562
Custos operacionais	1.016.695	1.016.666
Receitas irre recuperáveis	115.478	112.688
Parcela B antes de outras receitas e ajustes	2.128.281	2.138.368
Outras receitas	(70.345)	(73.502)
Ajuste em função de investimentos realizados	(22.338)	(36.215)
Índice de produtividade da parcela B	(21.644)	(21.597)
Parcela B após outras receitas e ajustes	2.013.954	2.007.054
Perdas não técnicas		
Ponto de partida	13,34%	11,56%
Fator X		
Componente Pd	1,03%	1,03%
Componente T	0%	0%

Notas Explicativas

A ANEEL reduziu o índice regulatório das perdas não técnicas, refletindo a performance de redução de perdas da controlada Eletropaulo no 2º ciclo tarifário e a mudança da empresa referencial utilizada para a definição da trajetória de redução de perdas. Com isso, foi definida uma trajetória de perdas não técnicas referenciadas ao mercado de baixa tensão com redução anual de 1,0 p.p ao ano, partindo de 11,56% (julho de 2011 a junho de 2012) e chegando em 8,56% (julho de 2014 a junho de 2015).

Adicionalmente, em 3 de julho de 2012, a ANEEL autorizou um reajuste tarifário médio de +5,51% a ser aplicado em sua tarifa a partir de 4 de julho de 2012 sobre a tarifa homologada em 2 de julho de 2012.

Esse reajuste é composto pelos seguintes itens:

Reajuste tarifário 2012		
Parcela A	Encargos setoriais	-2,63%
	Energia comprada	6,16%
	Encargos de transmissão	0,05%
	Parcela A	3,59%
	Parcela B	0,86%
Reajuste base		4,45%
CVA total		0,61%
Custos financeiros de Parcela A		0,55%
Subsídios tarifários		-0,10%
Reajuste total		5,51%

Parcela A

A Parcela A foi corrigida em 4,54%, representando 3,59% no reajuste econômico com os seguintes componentes:

- (i) Encargos Setoriais - R\$ 1.545.394, com redução de 14,63%. Destaque para a redução de 48,21% na Conta de Consumo de Combustível - CCC, que totalizou R\$ 345.083, devido a redução do custo unitário decorrente da aprovação do orçamento da CCC para o ano de 2012. Somente a variação desse encargo representou 3,19% de redução no reajuste tarifário deste ano;
- (ii) Energia Comprada - R\$ 5.572.585, com aumento de 12,53%. A variação decorre principalmente do incremento de 14,17% no preço médio ponderado dos leilões de energia contratada para os próximos 12 meses e também pelo aumento da taxa do dólar considerado no Reajuste Tarifário de 2012 de R\$ 2,0348 versus o considerado na revisão tarifária de 2011 de R\$ 1,5870;
- (iii) Encargos de Transmissão - R\$ 1.202.608, com aumento de 0,46%. Os encargos de transmissão refletem as tarifas de uso do sistema de publicadas através da Resolução Homologatória 1.316, de 26 de junho de 2012.

Notas Explicativas

Parcela B

O índice de ajuste da Parcela B foi de 4,11%, que representa uma participação positiva de 0,86% no reajuste econômico, resultado da combinação dos seguintes componentes:

1. IGP-M de 5,14%, no período de 12 meses findos em 3 de julho de 2012;
2. Fator X equivalente a 1,03%.

Componentes financeiros

Os componentes financeiros aplicados a este Reajuste Tarifário totalizam R\$ 111.147, entre os quais destacamos: (i) R\$ 64.092 de CVA; (ii) efeito negativo de R\$ 42.789 da neutralidade dos Encargos Setoriais; (iii) R\$ 103.827 referentes a sobrecontratação de energia.

O ajuste financeiro relativo ao adiamento da revisão tarifária de 2011, calculado pela ANEEL no reajuste tarifário de 2012, resultou no valor negativo de R\$ 1.091.768 (sendo, R\$ 1.053.058 de principal e R\$ 38.710 de atualização monetária), o qual será considerado como componente financeiro nos reajustes tarifários subsequentes.

Revisão Tarifária de 2011

De acordo com o contrato de concessão, a revisão tarifária da Companhia deveria ter ocorrido em 4 de julho de 2011. Porém, devido ao atraso na definição da metodologia a ser aplicada no 3º Ciclo de Revisão Tarifária, a ANEEL decidiu postergar a aplicação da nova metodologia de revisão tarifária para 4 de julho de 2012, em conjunto com o reajuste tarifário.

Conforme estabelecido pela ANEEL, o montante relativo ao passivo regulatório referente à postergação da aplicação da metodologia do 3º ciclo de revisão tarifária periódica não foi considerado no reajuste tarifário de 2012.

De acordo com a nota técnica 203/2012, o montante poderá ser devolvido nas proporções de 1/3 e 2/3 nos reajustes tarifários de 2013 e 2014, respectivamente.

No entanto, o montante a ser devolvido em cada reajuste e a forma de correção monetária deverão ainda ser definidos pela ANEEL.

Em 21 de novembro de 2012, foi aberto processo para que fossem examinados determinados ativos pertencentes à base blindada da Base de Remuneração Regulatória da controlada Eletropaulo e eventual sobreavaliação de ativos e possível devolução de valores cobrados em excesso de consumidores. Em 18 de fevereiro de 2013 foi nomeado o Diretor Relator para o referido processo.

Notas Explicativas

A tabela abaixo mostra o efeito percebido pelos consumidores das diversas classes de consumo, após aplicação do reajuste sobre o percentual negativo da revisão tarifária. O efeito médio percebido pelos consumidores foi de -2,26%.

Classe de Consumo	Índice
Alta Tensão	-3,71%
Baixa Tensão	-1,45%
Média Total	-2,26%

(c) Outros riscos

(c.1) Risco de regulação

As atividades da controlada Eletropaulo, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da controlada Eletropaulo.

(c.2) Risco de volatilidade dos custos da “Parcela A”

O reconhecimento dos ativos e passivos regulatórios tem a finalidade de neutralizar os impactos econômicos no resultado em função dos aumentos dos custos não gerenciáveis denominados de “Parcela A” ocorridos entre o período do reajuste tarifário anual. As Normas Internacionais de Contabilidade não permitem o registro destes ativos e passivos. Dessa forma, com a adoção das referidas normas, o resultado da controlada Eletropaulo está sujeito a volatilidade decorrente das variações do aumento destes custos entre o período do reajuste tarifário.

(c.3) Risco de aceleração de dívidas

A controlada Eletropaulo tem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (“covenants”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas à atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Em 31 de dezembro de 2012, a controlada Eletropaulo não estava em descumprimento dos termos dos covenants (vide nota explicativa no 17.7).

(c.4) Risco de contratação de energia

O portfólio de contratos de energia de 2012 consiste nos seguintes componentes: Contratos Bilaterais da controlada Eletropaulo com a AES Tietê e outros pequenos geradores; Contrato de Itaipu e PROINFA; e Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR's. De acordo com o Decreto MME nº 5.163/2004, as distribuidoras devem efetuar contratos regulados de compra de energia somente através de leilões públicos federais, com duração estabelecida pelo próprio MME.

Notas Explicativas

Os custos associados à compra de energia são compostos por itens não gerenciáveis. A legislação atual estabelece que as empresas de distribuição devam garantir o atendimento a cem por cento dos seus mercados de energia e prevê que a ANEEL deverá considerar, no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica, até cento e três por cento do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento da Distribuidora.

Os principais fatores de incerteza na compra de energia estão relacionados à previsão de 5 e 3 anos da carga e à expectativa de preços futuros. Tais fatores podem implicar em penalidades por insuficiência de contratação, quando a contratação for inferior a 100%, e em custos não repassáveis às tarifas de fornecimento quando a contratação for superior a 103%. Para mitigação desses riscos, há instrumentos de contratação de energia elétrica previstos pela regulamentação tais como leilões de ajuste, MCSD (Mecanismo de Compensação de Sobras e Déicits), opção por redução dos CCEAR's de energia existente devido a (i) migração de clientes ao mercado livre, (ii) acréscimos na aquisição de energia decorrentes de contratos celebrados antes da edição da Lei nº 10.848/2004, e (iii) outras variações de mercado.

A estratégia de suprimento de energia busca assegurar que o nível de contratação permaneça na faixa entre 100% e 103%, minimizando os custos com a compra de energia requerida para atender todos os clientes cativos. Adotou-se, dessa forma, uma abordagem de gestão de risco na compra de energia focada na identificação, mensuração e gestão dos riscos de volume e preços, além da utilização de ferramentas de otimização para suporte na decisão de contratação de energia.

Conforme disposto na Portaria MME nº 45, de 9 de março de 2007 e nas regras estabelecidas pela Resolução Normativa ANEEL nº 305, de 18 de maio de 2008, a eventual exposição no nível de contratação a qual as Distribuidoras possam ser submetidas, por fatos alheios a sua vontade, poderá ser repassada à tarifa da Distribuidora. Este repasse deverá ser concedido, desde que atendidas as condições dispostas na portaria anteriormente mencionada. Adicionalmente, caberá à ANEEL analisar a isenção da aplicação de penalidade por eventual não atendimento à obrigação de contratação da totalidade de seu mercado.

As incertezas do cenário macroeconômico e meteorológico impactam significativamente as projeções da carga para contratação. Apesar dos esforços da controlada Eletropaulo em investimentos na área, os modelos não conseguem capturá-los na sua totalidade. Os modelos norteiam as contratações com níveis de riscos aceitáveis e no decorrer do tempo há a necessidade de ajustes sobre as previsões. Outro fator que impacta fortemente as projeções na área de concessão da controlada Eletropaulo é mudança de perfil das atividades dos clientes, onde tem ocorrido uma tendência de redução na participação da classe Industrial e aumento nas classes residencial e comercial.

Notas Explicativas

(d) Gestão de capital

A controlada Eletropaulo controla sua estrutura de capital de acordo com as condições econômicas, para possibilitar pagamentos de dividendos, retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de debêntures, entre outros instrumentos que julgar necessário. Desde o exercício findo em 31 de dezembro de 2008, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital.

A controlada Eletropaulo inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos e debêntures, menos caixa e equivalentes de caixa e investimento de curto prazo.

	Controlada Eletropaulo	
	2012	2011
Empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas	2.802.219	2.495.985
Caixa e equivalentes de caixa	114.142	162.952
Investimentos de curto prazo	699.899	1.227.520
Dívida líquida	1.988.178	1.105.513
Patrimônio líquido	3.576.844	4.009.711
Dívida líquida / Patrimônio líquido	56%	28%

Não há relevância na estrutura de capital da controladora, desta forma, o capital é analisado apenas ao nível da controlada.

36. Informações por segmento

Os segmentos operacionais da Companhia são internamente organizados principalmente como entidades jurídicas. A Companhia e suas controladas analisam os segmentos/companhias regularmente com base em informações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, na tomada de suas decisões baseando-se em diversos fatores, sendo a receita e lucro os fatores financeiros predominantes.

A Administração da Companhia não analisa geograficamente informações por segmento.

Os segmentos operacionais da Companhia, tendo em vista a natureza das controladas é dividido da seguinte forma:

- Holding - Companhia;
- Distribuição - Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.; e
- Telecomunicações - AES Com Rio - reclassificada para operações descontinuadas.

Notas Explicativas

A Companhia apresenta a seguir as informações por segmentos:

	Holding	Distribuição			
	AES Elpa	AES Eletropaulo	Subtotal	Eliminações e reclassificações	Total consolidado
Receita Líquida	-	9.959.198	9.959.198	-	9.959.198
Custo com Energia Elétrica comprada de terceiros e transmissão	-	(6.882.509)	(6.882.509)	-	(6.882.509)
Despesas Operacionais					
Pessoal, material e serviço de terceiros	(1.773)	(1.270.038)	(1.271.811)	-	(1.271.811)
Outras	(1.031)	(1.601.971)	(1.603.002)	-	(1.603.002)
Total Despesas Operacionais	(2.804)	(9.754.518)	(9.757.322)	-	(9.757.322)
Resultado Financeiro	318	(51.612)	(51.294)	(11.862)	(63.156)
Imposto de Renda/Contribuição Social	(3.812)	(45.122)	(48.934)	-	(48.934)
Resultado de equivalência patrimonial	21.569	-	21.569	(21.569)	-
Amortização de outros intangíveis	(45.946)	-	(45.946)	-	(45.946)
Lucro/Prejuízo Líquido de Operações Descontinuadas	-	-	-	-	-
Participação de não controladores	-	-	-	(74.515)	(74.515)
Resultado líquido das operações continuadas	(30.675)	107.946	77.271	(107.946)	(30.675)
Resultado líquido das operações descontinuadas	-	-	-	-	-
			2012		
TOTAL DO ATIVO	1.844.810	10.499.218	12.344.028	(1.116.045)	11.227.983
TOTAL DO PASSIVO	22.541	6.922.375	6.944.916	(13.654)	6.931.262

	2011				
	Holding	Distribuição	Telecomunicações		
	AES Elpa	AES Eletropaulo	AES Com Rio	Subtotal	Eliminações e reclassificações
Receita Líquida	-	9.835.578	-	9.835.578	-
Custo com Energia Elétrica comprada de terceiros e transmissão	-	(5.712.032)	-	(5.712.032)	-
Despesas Operacionais					
Pessoal, material e serviço de terceiros	(589)	(1.058.606)	-	(1.059.195)	-
Outras	(1.540)	(720.426)	-	(721.966)	-
Total Despesas Operacionais	(2.129)	(7.491.064)	-	(7.493.193)	-
Resultado Financeiro	(660)	(21.291)	-	(21.951)	(21.235)
Imposto de Renda/Contribuição Social	(334)	(751.118)	-	(751.452)	-
Resultado de equivalência patrimonial	466.218	-	-	466.218	(466.218)
Amortização de outros intangíveis	(45.946)	-	-	(45.946)	-
Lucro/Prejuízo Líquido de Operações Descontinuadas	19.736	-	-	19.736	-
Participação de não controladores	-	-	-	-	(1.084.652)
Resultado líquido das operações continuadas	436.885	1.572.105	-	2.008.990	(1.572.105)
Resultado líquido das operações descontinuadas	-	-	19.736	-	-
			2011		
TOTAL DO ATIVO	2.068.662	10.765.981	-	12.834.643	(1.295.785)
TOTAL DO PASSIVO	37.344	6.756.270	-	6.793.614	(59.073)

37. Ativos e passivos regulatórios

Em função da adoção das normas internacionais de contabilidade e as Normas Contábeis adotadas no Brasil, a controlada Eletropaulo reverteu integralmente os saldos dos ativos e passivos regulatórios. Caso os ativos e passivos regulatórios não tivessem sido revertidos, a controlada Eletropaulo teria registrado em suas demonstrações contábeis os seguintes saldos:

Notas Explicativas

		Controlada Eletropaulo	
		2012	2011
ATIVO			
<u>CIRCULANTE</u>			
Consumidores, concessionárias e permissionárias	-	59.616	
Compensação de variação dos itens da parcela A - CVA	427.138	321.543	
Outros componentes financeiros da tarifa	45.573	66.291	
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	472.711	447.450	
<u>NÃO CIRCULANTE</u>			
Consumidores, concessionárias e permissionárias	-	29.157	
Compensação de variação dos itens da parcela A - CVA	286.341	134.638	
Outros componentes financeiros da tarifa	9.761	140.932	
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	296.102	304.727	
TOTAL DO ATIVO	768.813	752.177	
PASSIVO		2012	2011
<u>CIRCULANTE</u>			
Compensação de variação dos itens da parcela A - CVA	174.112	463.241	
Outros componentes financeiros da tarifa	49.420	208.702	
Revisão Tarifária - Fator Xe	36.186	34.503	
Impacto da postergação da revisão tarifária - nota nº 35.4	181.961	356.843	
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	441.679	1.063.289	
<u>NÃO CIRCULANTE</u>			
Compensação de variação dos itens da parcela A - CVA	65.322	95.024	
Outros componentes financeiros da tarifa	18.528	22.398	
Revisão Tarifária - Fator Xe	54.279	62.917	
Impacto da postergação da revisão tarifária - nota nº 35.4	909.807	-	
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE	1.047.936	180.339	
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
Lucros/Prejuízos acumulados	(491.451)	(126.459)	
Resultado do exercício	(229.351)	(364.992)	
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(720.802)	(491.451)	
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	768.813	752.177	
		2012	2011
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		(775.769)	(643.738)
<u>CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA</u>			
Custo com energia elétrica			
Energia elétrica comprada para revenda	390.290	133.942	
Encargos do uso do sistema de transmissão e distribuição	206.054	117.863	
Custo de operação			
Serviços de terceiros	-	19.491	
TOTAL DAS DESPESAS OPERACIONAIS	596.344	271.296	
<u>RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA</u>			
Receitas financeiras	23.622	15.260	
Despesas financeiras	(73.548)	(7.810)	
TOTAL RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA	(49.926)	7.450	
RESULTADO DO EXERCÍCIO	(229.351)	(364.992)	

Notas Explicativas

A controlada Eletropaulo apresenta a seguir a composição dos ativos e passivos regulatórios por ciclo tarifário:

Controlada Eletropaulo			
2012			
CVA			
4.7.2011 até 3.7.2012	4.7.2012 até 3.7.2013	TOTAL	
ATIVO			
<u>CIRCULANTE</u>			
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	13.559	4.725	18.284
Conta de Consumo de Combustível - CCC	-	11.876	11.876
Energia Itaipu - custo/variação cambial	16.534	3.298	19.832
Encargos do serviço do sistema - ESS	-	62.308	62.308
Transporte de energia - Itaipu	27	29	56
Transporte de energia pela rede básica	2.372	-	2.372
Compra de energia elétrica	104.584	194.094	298.678
Proinfa	13.521	211	13.732
Sobrecontratação Energia - RN ANEEL 305/2008	33.306	-	33.306
Reserva Global de Reversão RGR	-	6.860	6.860
Outros componentes financeiros	2.505	2.902	5.407
Subtotal	186.408	286.303	472.711
<u>NÃO CIRCULANTE</u>			
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	4.725	4.725
Conta de Consumo de Combustível - CCC	-	11.876	11.876
Energia Itaipu - custo/variação cambial	-	3.298	3.298
Encargos do serviço do sistema - ESS	-	72.108	72.108
Proinfa	-	211	211
Compra de energia elétrica	-	194.094	194.094
Transporte de energia - Itaipu	-	29	29
Reserva Global de Reversão RGR	-	6.860	6.860
Outros componentes financeiros - Exposição CCEAR entre Submercados	-	2.901	2.901
Subtotal	-	296.102	296.102
Total	186.408	582.405	768.813
<u>PASSIVO</u>			
<u>CIRCULANTE</u>			
Conta de Consumo de Combustível - CCC	(2.362)	-	(2.362)
Energia Itaipu - custo/variação cambial	(110.383)	(54.236)	(164.619)
Encargos do serviço do sistema - ESS	(5.845)	-	(5.845)
Transporte de energia pela rede básica	-	(1.286)	(1.286)
Exposição CCEAR entre submercados	(2.138)	-	(2.138)
Efeito Neutralidade	(21.394)	(432)	(21.826)
Sobrecontratação Energia - RN ANEEL 305/2008	-	(18.096)	(18.096)
Outros componentes financeiros - Subsídio Baixa Renda	(7.360)	-	(7.360)
Revisão Tarifária - Fator Xe	(36.186)	-	(36.186)
Postergação Revisão Tarifária 2011	(181.961)	-	(181.961)
Subtotal	(367.629)	(74.050)	(441.679)
<u>NÃO CIRCULANTE</u>			
Encargos do serviço do sistema - ESS	-	(9.801)	(9.801)
Energia Itaipu - custo/variação cambial	-	(54.236)	(54.236)
Transporte de energia pela rede básica	-	(1.285)	(1.285)
Sobrecontratação Energia - RN ANEEL 305/2008	-	(18.096)	(18.096)
Efeito Neutralidade	-	(432)	(432)
Revisão Tarifária - Fator Xe	(54.279)	-	(54.279)
Postergação Revisão Tarifária 2011	(909.807)	-	(909.807)
Subtotal	(964.086)	(83.850)	(1.047.936)
Total	(1.331.715)	(157.900)	(1.489.615)
Total Geral - Líquido	(1.145.307)	424.505	(720.802)

Notas Explicativas

38. Investimentos em meio ambiente (não auditado)

	Controlada Eletropaulo	
	2012	2011
Gastos Meio Ambiente		
Custos diretos - gerência de meio ambiente	3.068	3.225
SGA - sistema de gestão ambiental e outros	1.463	1.676
Licenciamentos e compensações ambientais	1.313	810
Recuperação da qualidade do solo e águas subterrâneas	11.256	6.616
Prevenção à poluição (construção de bacias coletoras de óleo - ETD's)	2.078	2.677
Treinamentos operacionais (brigada - emergência química)	1	76
Comunicação (semana do meio ambiente, divulgação, impressos, etc.)	-	13
Créditos de carbono	-	50
Subtotal	19.179	15.143
Projetos de P&D (*)	655	2.176
Projetos de eficiência energética (*)	35.008	54.978
Total	54.842	72.297

(*) Em conformidade com a Lei nº 9.991/2000 e disposições posteriores correlatas, as concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, devem aplicar, anualmente, um percentual mínimo de 1% de sua receita operacional líquida em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e de Eficiência Energética, segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL.

Do total de gastos com meio ambiente efetuado pela controlada Eletropaulo em 31 de dezembro de 2012, R\$ 2.538(R\$ 3.864 em 31 de dezembro de 2011) foram destinados a investimentos ao ativo imobilizado. A política de capitalização dos gastos é efetuada com base nas instruções gerais do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica - MCSPEE.

A controlada Eletropaulo em busca da excelência ambiental ampliou em 2012 seu escopo de certificação ambiental ISO 14001:04 para todas as suas atividades, reafirmando seu compromisso no atendimento à legislação ambiental, aos seus padrões ambientais e manutenção de seu Sistema de Gestão Ambiental. Para sua manutenção estão previstos vários projetos relacionados à prevenção à poluição, dentre eles está a construção de caixas de contenção e separadoras de água e óleo em subestações, com previsão de investimentos até 2015. Ainda foram realizadas e estão previstas melhorias da gestão da arborização urbana, fiscalização de contratados, gestão de resíduos, licenciamentos e compensações ambientais, gestão de passivos ambientais, manutenção de áreas verdes, treinamentos, comunicação e projetos em parceria com prefeituras.

Ainda haverá a continuação das pesquisas sobre campos eletromagnéticos e desenvolvimento de alternativas para biorremediação de solos contaminados por óleo mineral.

39. Plano de remuneração baseado em ações

A controlada Eletropaulo não possui um plano próprio de remuneração baseado em ações, sendo que este plano é estabelecido, administrado e custeado por sua controladora indireta The AES Corporation, sem ônus à controlada Eletropaulo.

Notas Explicativas

Este plano abrange os diretores estatutários e não estatutários, tendo como objetivo reforçar a retenção dos executivos e criar valor para o negócio de forma sustentável e de longo prazo. Seus desembolsos estão condicionados ao alcance das metas corporativas globais e individuais, refletidos também na variação positiva do preço da ação da The AES Corporation.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 3.16, o custo de transações de outorga de títulos patrimoniais é reconhecido no resultado do exercício em contrapartida a conta específica de reserva de capital, a qual indica o compromisso futuro do controlador da controlada Eletropaulo de aportar os recursos necessários para suportar a outorga das ações e opções de ações adquiridas pelos diretores da controlada Eletropaulo. Após o aporte dos recursos, a reserva de capital poderá ser utilizada para aumentar o capital da controlada Eletropaulo em favor da The AES Corporation, sendo garantida aos demais acionistas a participação nesse aumento de capital, de forma a manter sua participação acionária. O efeito na demonstração do resultado da controlada Eletropaulo no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 845 (R\$ 820 em 31 de dezembro de 2011). O saldo acumulado em 31 de dezembro de 2012 na conta de reserva de capital de ações e opções de ações outorgadas é de R\$ 17.297 (R\$ 16.452 em 31 de dezembro de 2011).

A The AES Corporation possui dois tipos de remuneração com base em ações:

- (a) *Stock Options*: o diretor estatutário recebe o direito de comprar ações da The AES Corporation por um valor determinado após um período de 3 anos, ou seja, 1/3 das opções outorgadas tornam-se exercíveis a cada ano que permanece na controlada Eletropaulo. As opções de ações têm um prazo contratual de dez anos e em nenhuma circunstância as opções concedidas dão direito a seu detentor de liquidar a opção em dinheiro ou em outros ativos da The AES Corporation.

A média ponderada do valor justo de cada concessão de opções foi estimada, na data da concessão, utilizando o modelo de precificação de opções "*Black-Scholes*", utilizando a média ponderada das seguintes premissas:

	Controlada Eletropaulo	
	2012	2011
Volatilidade esperada (%)	26	31
Rendimento esperado do dividendo anual (%)	1	-
Prazo de vida esperado das opções (anos)	6	6
Taxa de retorno livre de risco (%)	1,16	2,65

Considerando as premissas acima, os valores justos destas opções emitidas em 31 de dezembro de 2012 e 2011, eram de US\$ 3,26 e US\$ 4,54, respectivamente.

O quadro a seguir apresenta a quantidade, as médias ponderadas do preço de exercício e do prazo contratual remanescente e as movimentações das *Stock Options* durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011:

Notas Explicativas

Em circulação em 31 de dezembro de 2010

Exercidas durante o exercício

Canceladas e expiradas durante o exercício

Outorgadas durante o exercício

Transferidas

Em circulação em 31 de dezembro de 2011

Opções de ações exercíveis em 31 de dezembro de 2011

Controlada Eletropaulo		
Quantidade de Opções	Média ponderada do preço de exercício (US\$)	Média ponderada do prazo contratual remanescente
230.923	15,11	
(6.035)	4,56	
(199.025)	14,68	
10.435	12,88	
160.538	14,14	
196.836	14,80	4,0
175.797	15,29	3,5

Em circulação em 31 de dezembro de 2011

Exercidas durante o exercício

Canceladas e expiradas durante o exercício

Outorgadas durante o exercício

Em circulação em 31 de dezembro de 2012

Opções de ações exercíveis em 31 de dezembro de 2012

Quantidade de Opções	Média ponderada do preço de exercício (US\$)	Média ponderada do prazo contratual remanescente
196.836	14,80	
(5.881)	4,44	
(54.205)	15,36	
6.792	13,7	
143.542	14,96	4,2
127.952	15,18	3,7

- (b) *Restricted Stock Units*: o diretor recebe as ações da The AES Corporation, mas só adquire de fato as ações na proporção de 1/3 a cada ano que permanece na controlada Eletropaulo. Em nenhuma circunstância estas outorgas dão direito a seu detentor (ou obrigam a The AES Corporation) a liquidar as ações restritas em dinheiro ou em outros ativos da The AES Corporation.

Os valores justos destas ações em 31 de dezembro de 2012 e 2011 correspondem aos valores de fechamento das ações da The AES Corporation na data da outorga das ações.

O quadro a seguir apresenta a quantidade, as médias ponderadas do preço de exercício e do prazo contratual remanescente e as movimentações das *Restricted Stock Units* durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011:

Ações ainda não elegíveis em 31 de dezembro de 2010

Ações que se tornaram elegíveis durante o exercício

Canceladas e expiradas durante o exercício

Outorgadas durante o exercício

Transferidas

Ações ainda não elegíveis em 31 de dezembro de 2011

Controlada Eletropaulo		
Quantidade	Média ponderada do preço de exercício (US\$)	Média ponderada do prazo contratual remanescente
75.871	10,00	
(22.867)	9,61	
(24.525)	12,64	
49.118	13,26	
3.448	8,96	
81.045	11,24	1,4

Ações ainda não elegíveis em 31 de dezembro de 2011

Ações que se tornaram elegíveis durante o exercício

Canceladas e expiradas durante o exercício

Outorgadas durante o exercício

Transferidas

Ações ainda não elegíveis em 31 de dezembro de 2012

Quantidade	Média ponderada do preço de exercício (US\$)	Média ponderada do prazo contratual remanescente
81.045	11,24	
(35.445)	9,89	
(14.783)	11,87	
41.546	14,01	
(333)	8,13	
72.030	13,64	1,6

Notas Explicativas

40. Compromissos

O principal insumo da controlada Eletropaulo é a energia elétrica, e a sua contratação ocorre, essencialmente, através de leilões públicos regulamentados pela ANEEL.

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico instituiu a contratação de energia por meio de leilões em um esforço para reestruturar o Setor de Energia Elétrica a fim de fornecer incentivos aos agentes privados e públicos para construir e manter capacidade de geração e garantir o fornecimento de energia no Brasil a tarifas moderadas por meio de processos competitivos de leilões públicos de energia.

Em 31 de dezembro de 2012, a controlada Eletropaulo possuía quatro tipos básicos de acordos de fornecimento: (i) quotas de compra de energia de Itaipu, que se estendem até 2027, (ii) quotas de suprimento de energia de projetos do PROINFA; (iii) acordos bilaterais (curto e longo prazo) com geradoras particulares, inclusive a coligada Tietê; e (iv) compras através de Leilão (vide nota explicativa nº 29).

Adicionalmente, a controlada Eletropaulo incorre em custo pelo acesso ao sistema de distribuição e de transmissão, cujas tarifas são homologadas pela ANEEL (vide nota explicativa nº 29).

A controlada Eletropaulo também possui compromissos relacionados a encargos setoriais tais como: Conta de Consumo de Combustível - CCC, Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, Reserva Global de Reversão – RGR e Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE, cujas tarifas também são homologadas pela ANEEL (vide nota explicativa nº 28).

41. Operação descontinuada

Como parte da transação de venda da AES Com Rio pela AES Elpa para a Companhia Brasileira de Energia, os acionistas da AES Elpa aprovaram, por unanimidade, em assembleia geral extraordinária realizada em 26 de julho de 2011, a redução do capital social da AES Elpa (“Redução de Capital”). O investimento na AES Com Rio foi utilizado para pagamento da redução de capital.

Em 31 de outubro de 2011, a controladora Brasileira concluiu a venda, para a TIM Celular S.A. (“TIM”), das ações de emissão da AES Com Rio, nos termos do Contrato de Compra e Venda de Ações e Quotas celebrado entre Brasileira e TIM em 8 de julho de 2011.

Desta forma, nas demonstrações contábeis da Companhia, os saldos referentes a AES Com Rio foram reclassificados para operações descontinuadas para o

Notas Explicativas

período findo em 30 de junho 2011 nas demonstrações dos resultado, fluxo de caixa e valor adicionado.

O resultado da AES Com Rio até 30 de junho de 2011 é apresentado a seguir:

	Controladora	Consolidado
	1.1.2011 a 30.6.2011	1.1.2011 a 30.6.2011
Receita Líquida	-	52.811
Pessoal	-	(6.205)
Entidade de previdência privada	-	(100)
Serviços de terceiros	-	(6.770)
Material	-	(1.024)
Provisão/Reversão para créditos de liquidação duvidosa	-	154
Provisão/Reversão para processos judiciais e outros	-	12
Depreciação e amortização	-	(6.055)
Outras receitas e custos	-	(3.998)
Total das despesas	-	(23.986)
Resultado de Participações Societárias	19.736	-
Lucro Bruto	19.736	28.825
<u>Receita (Despesa) Financeira</u>		
Receita	-	1.206
Despesa	-	(138)
Variações monetárias/cambiais	-	7
Total Resultado Financeiro	-	1.075
Resultado antes dos tributos	19.736	29.900
Contribuição social	-	(2.589)
Imposto de renda	-	(7.181)
Contribuição social diferida	-	(104)
Imposto de renda diferido	-	(290)
	19.736	19.736

Os fluxos de caixa líquido incorridos pela AES Com Rio são:

	2011
Atividades operacionais	21.760
Atividades de investimento	(14.982)
Atividade de financiamento	(5.181)

Os montantes acima descritos estão com sinais invertidos em relação às transferências para as atividades descontinuadas das demonstrações dos fluxos de caixa, pois, nos fluxos estão sendo demonstradas as saídas de caixa de cada atividade da AES Com Rio.

O total de pagamento de imposto de renda e contribuição social até 30 de junho de 2011 é R\$ 9.127.

Notas Explicativas

42. Evento subsequente

a) Resolução Homologatória nº 1.436/13

Conforme Resolução Homologatória nº1436/13 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) a partir de 24 de janeiro de 2013, as tarifas de energia elétrica praticadas pela controlada Eletropaulo foram reajustadas.

A tarifa da concessionária foi reduzida 20% em média. Esse índice refere-se à diminuição do custo com a compra de energia, despesas de transmissão, redução de encargos setoriais e retirada de subsídios da estrutura tarifária que anteriormente eram pagos pelos consumidores através de suas tarifas.

Os clientes perceberão benefícios parciais de redução na tarifa a partir do dia 24 de janeiro e completos somente a partir do dia 26 de fevereiro.

b) Eletrobrás - Contrato de Financiamento ECF-1.046/1986

Em 21 de fevereiro de 2013, foi publicada decisão do TJRJ favorável à controlada Eletropaulo, que anulou integralmente a decisão de 1ª instância. Dessa forma, o processo deverá ser reiniciado em 1ª instância para que se prossiga com a análise das questões técnicas e jurídicas, assim como realização de perícia contábil. Ao término de tal procedimento, deverá ser proferida nova decisão, que indicará o responsável e o valor devido à Eletrobrás.

A estimativa é que os trabalhos periciais não se encerrem em um prazo inferior a 6 meses a ser contado do início dos trabalhos periciais. Ao final dos trabalhos, caberá ao perito apontar o montante da dívida e o responsável pelo pagamento.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Durante os exercícios de 2012 e 2011, a Companhia e suas controladas efetuaram o pagamento de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 174.673 e R\$ 686.361, respectivamente.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Ao Conselho de Administração e Acionistas da
AES Uruguiana Empreendimentos S.A.
Barueri – São Paulo

Examinamos as demonstrações contábeis da AES Uruguiana Empreendimentos S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no primeiro parágrafo apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da AES Uruguiana Empreendimentos S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfases

Conforme mencionado na nota explicativa nº. 6.1 às demonstrações contábeis, a Companhia registrou em 31 de dezembro de 2012, no ativo não circulante, valores a receber no montante de R\$33.121 mil e, no passivo não circulante, valores a pagar no montante de R\$70.887 mil, relativos a transações de compra e venda de energia realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, reconhecidas até 31 de dezembro de 2002. Esses valores foram registrados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE e podem estar sujeitos a modificações dependendo da decisão de processos judiciais em andamento movidos pela Companhia, relativos, em sua maioria, à interpretação das regras de mercado em vigor para aquele período.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1.2 às demonstrações contábeis, nos últimos exercícios as operações da Companhia foram significativamente afetadas pelas interrupções de fornecimento de gás natural utilizado na produção de energia elétrica resultando em prejuízos operacionais recorrentes. Devido à deterioração financeira ocasionada pelo acréscimo significativo dos custos de energia elétrica a Companhia tomou a iniciativa de antecipar o encerramento dos contratos de venda de energia para 31 de dezembro de 2009. Em 01 de abril de 2009, conforme descrito nas notas explicativas nº 1 e 11, essas condições adversas no ambiente econômico da Companhia, fizeram com que a sua Administração determinasse a paralisação das atividades operacionais e concluísse pela necessidade de registrar provisões para perda de recuperação no valor total de seus ativos de longo prazo, no montante de R\$ 476.886 mil, em 31 de dezembro de 2012. A Administração da Companhia vem buscando a implementação de medidas para equacionamento do fornecimento de gás, conforme mencionado na nota explicativa nº1. As demonstrações contábeis foram preparadas, no pressuposto do sucesso dessas medidas, e não incluem quaisquer outros ajustes relativos à realização e classificação dos demais ativos não alcançados pela provisão para perda de recuperação ou quanto aos valores e a classificação de passivos que seriam requeridos caso a Companhia descontinuasse ou liquidasse seus negócios. Em data subsequente, 6 de fevereiro de 2013, e conforme mencionado na nota 25 a Companhia reiniciou as suas operações, e em função do atingimento de resultados futuros irá revisar as suas estimativas de recuperação dos seus ativos de longo prazo.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar para companhias fechadas que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 24 de fevereiro de 2012, que não conteve nenhuma modificação.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2013

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

José Luiz Ribeiro de Carvalho
Contador CRC 1SP141128/O-2

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

ES ELPA S.A.

NIRE 35.300.191.749
CNPJ/MF nº 01.917.705/0001-30

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, com base nas informações e esclarecimentos da auditoria externa e com base nos trabalhos, entrevistas e acompanhamentos realizados ao longo do exercício, e considerando, ainda, o Relatório dos Auditores KPMG Auditores Independentes, datado de 19 de fevereiro de 2013, opina que as Demonstrações Contábeis e correspondentes Notas Explicativas, o Relatório Anual da Administração e a proposta da Administração da Companhia para a Destinação do Resultado, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012, em todos os seus aspectos relevantes, estão em condições de serem apreciados pelos acionistas da Companhia, quando da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária prevista para ocorrer em 04 de abril de 2013.

Barueri, 27 de fevereiro de 2013.

Luis Eduardo Frisoni Junior

Kurt Janos Toth Nelson Akio Fujimoto

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES**

Os Diretores da AES ELPA S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 01.917.705/0001-30, com sede na Avenida Doutor Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº. 939, 5º andar, sala individual 1, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Barueri – SP, nos termos e para os fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº. 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que (1) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes; e (2) reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Contábeis da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012.

Barueri, 19 de fevereiro de 2013.

Diretores:

Britaldo Pedrosa Soares
Diretor Presidente e Relações com Investidores

Pedro de Freitas Almeida Bueno Vieira
Diretor

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Os Diretores da AES ELPA S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 01.917.705/0001-30, com sede na Avenida Doutor Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº. 939, 5º andar, sala individual 1, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Barueri – SP, nos termos e para os fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº. 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que (1) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes; e (2) reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Contábeis da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012.

Barueri, 19 de fevereiro de 2013.

Diretores:

Britaldo Pedrosa Soares
Diretor Presidente e Relações com Investidores

Pedro de Freitas Almeida Bueno Vieira
Diretor